

EXTENSÃO RURAL PARTICIPATIVA ?

O Caso do Projeto de Telextensão Rural para o Médio Amazonas

por

Rubem Martins Amorese

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Apresentada no Departamento de Comunicação da

Universidade de Brasília

em cumprimento de exigências do

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Brasília - 1982

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE EXPRESSÃO E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

EXTENSÃO RURAL PARTICIPATIVA?  
O Caso do Projeto de Telextensão Rural para o Médio Amazonas

por

Rubem Martins Amorese

Tese apresentada à Universidade de Brasília como parte das exigências para outorga do grau de Mestre, aprovada aos vinte e seis dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e dois, pela seguinte Comissão Julgadora:

Prof. VENÍCIO ARTUR DE LIMA - PhD.  
(orientador/presidente)

Profa. HELENE MARIE L. L. BARROS - PhD.  
(examinadora)

Prof. MURILO CÉSAR OLIVEIRA RAMOS - PhD.  
(examinador)

## RECONHECIMENTOS

Quero registrar aqui minha gratidão a todos quantos sabem ter contribuído para a concretização deste trabalho.

Fiquei sabendo, afinal, por quê, neste local, as pessoas sempre dirigem uma palavra carinhosa aos seus cônjuges e filhos.

## SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS...	i
RELAÇÃO DE QUADROS...	ii
RESUMO...	iii
SUMMARY...	iv

INTRODUÇÃO...	1
---------------	---

### PARTE I

#### QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

Aproximação aos Conceitos de Participação e Comunicação Participativa Comunicação e Cultura...	8
---------------------------------------------------------------------------------------------------	---

#### CAPÍTULO 1

Revisão de Literatura...	13
--------------------------	----

#### CAPÍTULO 2

Participação e Comunicação: Uma Proposta de Estudo...	30
-------------------------------------------------------	----

1. Matriz de Intesidade de Participação...	32
--------------------------------------------	----

1.1. Condições para Participação...	34
-------------------------------------	----

1.2. Etapas da Ação em que a Participação se Dá...	50
----------------------------------------------------	----

1.3. Matriz Proposta...	57
-------------------------	----

2. Comunicação e Participação...	58
----------------------------------	----

## PARTE II

### QUADRO EMPÍRICO

Estudo de Caso: O Projeto de Telextensão Rural para o Médio Amazonas  
O Projeto de Telextensão Rural (descrição)... 61

### CAPÍTULO 3

#### Considerações Metodológicas

1. A Escolha do Objeto... 66
2. Identificação dos "Participantes do Projeto"... 67
3. A Pesquisa... 68
  - 3.1. Sua Natureza... 68
  - 3.2. As Comunidades Visitadas... 69
  - 3.3. Procedimentos... 70
  - 3.4. O Teste de Compreensão... 72
4. Análise de Documentos... 74

### CAPÍTULO 4

#### Discurso Interpretativo: Resultados da Pesquisa... 75

1. As Condições de Participação nas Etapas do Projeto de Telex-  
tensão Rural... 77
  - 1.1. As Etapas do Projeto... 77
  - 1.2. Análise de Documentos... 78
  - 1.3. Participação na Concepção... 88
  - 1.4. Participação no Planejamento/montagem... 92
  - 1.5. Participação na Execução/operacionalização... 97
  - 1.6. Participação na Avaliação... 101
2. Conclusão

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES... 104

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

Bibliografia Anotada sobre Participação... 112

### APÊNDICE B

Agenda para Entrevista... 138

Comunicados Atendidas pelo Projeto de Telextensão Rural... 141

## BIBLIOGRAFIA GERAL... 142

## RELAÇÃO DE QUADROS

QUADRO 1: O Processo de Motivação... 38

QUADRO 2: Paradigma de Tipos de Mudança Social (ROGERS)... 53

QUADRO 3: Paradigma de Tipos de Mudança Social (Proposto)... 54

## RELAÇÃO DE FIGURAS

- FIGURA 1: Matriz de Intensidade de Participação (esquema)... 33
- FIGURA 2: Matriz de intensidade de Participação (proposta)... 57
- FIGURA 3: Localização das Comunidades Rurais Atendidas pelo Projeto  
de Telextensão Rural... 70

## RESUMO

Este estudo é dirigido a contribuir para com a compreensão da forma como se processa a *participação* das classes populares em programas e ações do Estado, comumente chamados de programas de desenvolvimento de comunidade. Esta contribuição pretende ser oferecida no restrito âmbito do estudo da forma como se dá a participação dos produtores rurais de Itacoatiara, Estado do Amazonas, no Projeto de Teleextensão Rural, proposto pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER daquela Unidade da Federação.



## SUMMARY

This study aims at contributing to the comprehension of how *participation* of grass-root levels occur in state programs, such as governmental community development actions. This contribution intends to be offered in the strict context of the study of the way participation happens to take place among the rural workers of Itacoatiara, Amazonas State, in relation to the Projeto de Telextensão Rural (Rural Telextension Project), proposed by that State's Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Enterprise of Technical Assistance and Rural Extension).

## INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais marcantes do momento histórico atualmente vivido por nosso país está relacionado à questão da participação das classes populares<sup>1</sup> em decisões e ações que afetam diretamente suas vidas e seus destinos. O processo de abertura à representação política das populações, em suas diversas tendências, tem gerado grande polêmica, em termos de suas possibilidades, em todos os níveis da sociedade. A questão já está presente, inclusive, nas políticas e instituições governamentais, como que a evidenciar posições divergentes nos centros de decisão.

Nesse contexto, a busca da democratização das decisões passa a estar presente, em maior ou menor escala, nas preocupações, atitudes e movimentos populares ou oficiais, em todas as áreas da vida nacional. A possibilidade de participação vem, então, a manifestar-se na forma de uma utopia, para uns, de uma ameaça, para outros, de um sofisma, para terceiros, e assim por diante, conforme os interesses envolvidos na questão.

Instala-se, a partir de então, a controvérsia política e teórica sobre as possibilidades de real participação popular em ações e programas de interesse social -- principalmente naquelas iniciativas propostas pelo próprio Estado -- no atual estágio de desenvolvimento das estruturas sócio-econômicas nacionais.

---

1. Entende-se por classes populares, ou classes subalternas, os estratos sociais que se constituem na maior parte da população, compreendendo desde as camadas situadas na base da escala social, até as "médias baixas".

O presente trabalho tem a intenção de envolver-se nessa questão, e contribuir para com a discussão do assunto, a partir da análise de uma ação institucional específica: o Projeto de Telextensão Rural, instalado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas (EMATER-AM), no Município de Itacoatiara.

Esta instituição, como de fato qualquer outra, define-se pela função de reproduzir as relações dominantes na sociedade, instrumentalizada por organizações concretas -- os escritórios locais e regionais, as empresas estaduais e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) --, que constituem o suporte material efetivo dessa reprodução. Sob este prisma, torna-se teoricamente viável uma análise da natureza da ação do Estado, a partir do estudo da natureza da ação de suas organizações. Torna-se evidente, outrossim, que as particularizações no estudo dessas organizações, reduzirão, de alguma forma, a compreensão global. Este trabalho, por isso, tem a medida de suas limitações, em termos de suas possibilidades de compreensão do Estado, ao abordar apenas algumas de suas muitas manifestações.

No âmbito da Extensão Rural tem sido crescente a preocupação explícita com a participação. A nível estadual vários trabalhos teóricos e tentativas práticas têm sido levados a efeito, no sentido de se oferecer ao produtor condições de participar da ação extensionista. Algumas dessas experiências são recuperadas e utilizadas neste trabalho, como subsídios para a reflexão. Quer-se destacar, entretanto, como marco importante da posição assumida pelo Sistema<sup>2</sup>, a publicação, pela EMBRATER, de um documento normativo, no qual propõe, para todo o SIBRATER uma metodologia de planejamento calcada "no princípio da co-participação"<sup>3</sup>, com o objetivo de uniformizar sua ação.

Explicita-se assim o objeto deste trabalho, como sendo, contribuir para com o estudo das possibilidades de participação das classes populares em ações e programas do Estado. Essa contribuição se dará no restrito âmbito da discussão e distinção dos espaços eventualmente abertos para a participação de pequenos produtores rurais amazonenses em programas de Extensão Rural.

Os procedimentos adotados para a consecussão deste trabalho estarão divididos em dois grandes quadros:

- 
2. SIBRATER: Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Criado no governo Geisel, para dar continuidade às atividades de Extensão Rural, desenvolvidas pelo extinto sistema ABCAR. Tem por objetivo a implementação de políticas governamentais para o setor rural, no sentido de seu aumento de produção e produtividade, com reflexos na melhoria da qualidade de vida do pequeno e médio produtores.
  3. EMBRATER, *Procedimentos para o Planejamento Local de Extensão Rural*.

a) uma proposta conceitual, em que se procurará estudar as condições necessárias a uma participação autêntica; e

b) uma aplicação prática desse instrumental, num estudo de caso; o Projeto de Telextensão Rural para o Médio Amazonas, desenvolvido pela EMATER-AM, com assessoria da EMBRATER.

Conquanto se entenda que as instituições, e entre elas o próprio Estado, exerçam um papel de reprodução da ideologia dominante -- ou hegemônica --, através do controle que levam a efeito sobre o cotidiano dos grupos sociais, não tem este trabalho a intenção de utilizar esta via de análise para extrapolar suas observações e conclusões, do caso estudado para a instituição Extensão Rural, como um todo, ou para o próprio Estado, que esta representa. Está-se consciente de que este tipo de enfoque exigiria um trabalho mais amplo de configuração institucional da Extensão, implicando no estudo de suas propostas básicas; suas práticas de intervenção historicamente interpretadas; seu papel, no cenário do desenvolvimento do capital industrial e financeiro; suas atribuições dentro da tarefa que o Estado tem de garantir as condições de produção e reprodução do capital e do trabalho, entre outros. Exigiria também um instrumental metodológico que permitisse comprovar a representatividade do caso estudado, o que não se constitui, absolutamente, preocupação, no tipo de abordagem aqui proposto.

Com uma outra ótica, poder-se-ia limitar à análise interna dos processos extensionistas, no intuito de verificar em que nível a proposta metodológica de Itacoatiara é superior às formas de Extensão convencionalmente utilizadas. Conquanto este tipo de comparação não seja completamente evitado, implicaria, para ser levado a efeito como objeto central de análise, numa completa redefinição epistemológica e metodológica da presente proposta, além de requerer uma maior vivência nas lides da Extensão, por parte deste autor.

O que se quer deixar claro é que não se descarta outras linhas de análise, que poderiam tratar o tema a partir de outros ângulos, abordando as questões acima apontadas e outras, a partir de outras posturas teóricas, tais como a abordagem macro-societal ou a investigação interna aos processos. A forma de pesquisa aqui empreendida privilegiou, muitas vezes, o nível micro-societal de abordagem do fato social, sem, no entanto, perder de vista as ligações deste nível com o "todo histórico", de forma a não invalidar o método dialético. Trata-se, assim, de uma opção que deixa um grande espaço aberto para outras aproximações que, certamente, irão completá-la.

Na realidade, a natureza deste trabalho se apresenta como consideravelmente modesta: não pretende ele analisar a Extensão Rural -- embora isso se torne uma passagem inevitável --; mas sim a participação, como é oferecida pela Extensão, no Projeto de Itacoatiara. A forma de proceder a essa análise também não é pretenciosa: busca apenas oferecer uma interpretação para a forma como se operacionalizam as intenções manifestas de abertura de espaço para participação do produtor nas atividades extensionistas locais. Para isto, estabelece-se um quadro teórico referencial, com o qual se permitirá problematizar a realidade observada. Destarte, o objetivo aqui perseguido não será o de provar ou invalidar alguma hipótese, mas sim de estimular a reflexão e o debate sobre o tema em questão. Pretende-se utilizar a interpretação como instrumento de aproximação à verdade.

O pressuposto em que se apóia esta proposta -- a ser desenvolvido no segundo capítulo -- é que "a coisa", o objeto do conhecimento, não se mostra em sua completude ao observador: ela se apresenta apenas em seu aspecto fenomênico, escondendo, ao mesmo tempo, sua essência, e vice-versa. Nesse sentido, ao se tomar o fenômeno -- separado de sua essência -- pela "coisa", tem-se uma percepção falsa de sua natureza. A forma de se transpor a barreira da aparência seria oferecida pela decomposição dessa "coisa" em suas partes constituintes, para análise. Nisso, grosso modo, consiste a tarefa do estudo crítico. E esse estudo se dá pela problematização da realidade observada.

Como linha de orientação, este estudo propõe a *abordagem cultural*, como uma alternativa aos modelos positivistas, aplicados às ciências sociais, isto é, uma fuga dos modelos teóricos behavioristas e funcionalistas. Essa abordagem se apresenta, então, como "uma perspectiva emergente nos estudos de comunicação, que -- apoiada numa visão humanista de valorização da criatividade humana e numa concepção não positivista da ciência -- reivindica uma definição mais ampla do conceito de comunicação, aproximando-o do conceito antropológico de cultura como sistema simbólico, a exemplo dos "estudos culturais" ingleses e da tradição das "ciências da cultura", na Alemanha."<sup>4</sup> Propõe, assim, o estudo da comunicação a partir do que revelam as práticas, artefatos, símbolos, valores e formações produzidos pelo homem, como decorrência de suas relações na produção da vida material, em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em que vive.

O presente trabalho é estruturado em cinco capítulos, seguidos de dois apêndices e uma bibliografia geral.

O primeiro capítulo -- "Revisão de Literatura" -- faz uma seleção,

---

4. LIMA, V. *Comunicação e Cultura*, 9.

dentre os documentos disponíveis a este autor, dos textos mais representativos sobre o tema participação. O sentido dessa seleção foi o de se fazer representar todas as opiniões e posições disponíveis sobre o tema, sem as enfadonhas repetições que adviriam de uma listagem completa. Essa listagem é oferecida, no entanto, ao final do trabalho.

A revisão de que se trata aqui, mais que uma recapitulação do que já foi escrito a respeito, pretende salientar dois pontos:

a) a inexistência de uma conceituação segura de participação e de suas implicações nas diversas práticas humanas analisadas: comunicação, pesquisa, ação social e planejamento;

b) um grande número de questões já levantadas e não inteiramente tratadas, sobre o assunto; os problemas a ser enfrentados ao se abordar o tema.

O segundo capítulo -- "Participação e Comunicação: Uma Proposta de Estudo" -- tem por objetivo básico sistematizar o material oferecido no capítulo 1, dando a ele organicidade. Propõe também um elenco de aspectos a ser considerados em qualquer estudo sobre o tema. Trata-se do cerne do quadro onde se procura aplicar o método dialético de análise. Sua idéia central é a de que uma concepção participativa de determinada prática social deve pressupor o acesso a informações sobre essa prática; a possibilidade de crítica dessas informações e da prática em si; e a opção de tomar parte ou não, condicionada apenas por motivações positivas. Nesse sentido, a comunicação, ou a extensão rural, ao ser encaradas como práticas culturais, tornam-se alvo dos mesmos elementos de análise e passíveis das mesmas restrições apontadas no capítulo.

O terceiro capítulo - "Considerações Metodológicas" -, além de precisar a metodologia aplicada à pesquisa de campo, tece considerações críticas sobre o próprio processo de condução e elaboração deste trabalho, destacando e problematizando sua própria prática investigadora. Mais que uma mera exposição de metodologia, é uma auto-análise, onde as dificuldades, problemas, dilemas e outros obstáculos são sucintamente abordados.

O quarto capítulo -- "Discurso Interpretativo. Resultados da Pesquisa" -- procede à análise dos dados disponíveis, propondo uma discussão sobre seu significado; apresentando conclusões, sugestões e linhas alternativas a ser utilizadas pelo Projeto.

Este capítulo é composto de dois momentos principais: aquele em que analisa os documentos produzidos e/ou utilizados pelo Projeto de Teletensão Rural, atendo esta análise exclusivamente às informações encontradas nesses

documentos, com o objetivo de obter dele indicações sobre os limites estabelecidos pelo Estado à participação no programa proposto; e aquele em que se complementam essas informações com dados da pesquisa de campo realizada junto aos produtores rurais envolvidos com o referido projeto.

A discussão central desse capítulo gira em torno das oportunidades oferecidas pelo Projeto, para participação em suas etapas de concepção, planejamento/montagem, execução e avaliação; analisa também o aproveitamento feito pelos produtores, monitores e extensionistas, dessas oportunidades.

O apêndice "A", consiste de uma bibliografia anotada sobre participação. Esta seção complementa o primeiro capítulo, oferecendo todos os textos compulsados neste trabalho, com um pequeno resumo e comentário de seus conteúdos. Contribui, ainda, com o agrupamento desses títulos em quatro grandes áreas de atividades, discriminadas no segmento inicial: participação social, planejamento participativo, pesquisa participante e comunicação participativa.

O apêndice "B" reúne uma listagem das 30 comunidades de Itacoatiara, atendidas pelo Projeto de Telextensão Rural, constando de sua localização e do nome de seu monitor, à época da pesquisa; e a agenda para a entrevista, utilizada na pesquisa de campo, em sua versão final.

A Bibliografia Geral relaciona, com referências completas, e por ordem alfabética, todos os documentos consultados e citados neste trabalho. Trata-se de complemento necessário às notas-de-rodapé constantes no corpo deste trabalho, pelo fato destas se limitarem ao último nome do autor -- que remete para esta bibliografia --, o título da obra e a página em que se encontra a passagem citada.

Acrescente-se, finalmente, que este trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto da participação, e muito menos, de se apresentar como "o" retrato fiel da prática estudada. Prefere-se entender este estudo como uma proposta de discussão do assunto, no sentido de se obter da problematização o conhecimento concreto desse objeto. Por outro lado, deseja-se apresentar a análise do Projeto de Telextensão como *um* retrato, considerado bastante fiel, da prática extensionista em foco.

## PARTE I

### QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

Aproximação aos Conceitos  
de  
Participação e Comunicação Participativa



## COMUNICAÇÃO E CULTURA

O título desta introdução ao Quadro Teórico pode gerar expectativas não desejadas. Justifica-se somente na medida em que revela a preocupação com *práticas culturais*. Estabelece-se aqui a ótica pela qual a comunicação ( e, por associação, a extensão rural) será abordada: aquela de um fenômeno que se apresenta como intermediário e viabilizador de relações sociais. Considera-se que tanto a comunicação quanto as relações sociais que ela torna possíveis não se dão ao acaso; são fruto de uma ação concreta e histórica do homem sobre seu mundo, no sentido de modificá-lo.

O termo *cultura* se relaciona com *práticas*, no sentido em que estas revelam o "processo" de transformação da natureza pelo homem, práticas (processos<sup>1</sup>) essas, no entanto, já influenciadas pelo resultado historicamente acumulado e legado de práticas anteriores. Ao modificar seu mundo, o homem cria também formas simbólicas -- pelas quais atribui significados e valores ao resultado dessas ações --, com as quais intercambiam suas experiências vivenciais.

Neste sentido, torna-se importante estudar as condições em que se produzem e reproduzem as práticas criativas do homem em sociedade, quer ao nível de sua intervenção direta sobre o mundo, que ao da elaboração e intercâmbio de suas formas simbólicas ou ideológicas.

Ao se relacionar para a produção de sua vida material o homem depen-

---

1. Associa-se, neste trabalho, os termos "prática" e "artefato" a "processo" e "produto", respectivamente.

de da comunicação. Esse elemento, encarado como *processo* ou como *produto*, viabiliza toda a dinâmica social. É por meio dele, em última análise, que o homem pode se tornar social -- e portanto se definir realmente como homem --; é ele que viabiliza seu relacionamento; é por ele, enfim, que o homem tem consciência de si mesmo e do outro. Disso decorre que a consciência dos homens está condicionada a duas instâncias:

- a) sua capacidade de se comunicar ou de se relacionar, e
- b) o modo mesmo em que se dá esse relacionamento.

A primeira lhe é dada por condições subjetivas (tais como aptidões, condicionamentos, crenças, valores, atitudes, educação etc.), e também por condições objetivas (tais como instrumentos, canais, meios, políticas etc.), de que disponha.

A segunda, pelas estruturas criadas pelas relações de produção material da sociedade.

O método dialético de análise social, que se pretende utilizar neste trabalho, não pode prescindir dessas duas instâncias, pois necessita do nível psicológico para compreender o efeito das estruturas sociais sobre o comportamento do indivíduo e do grupo social; e do nível macro-societal, para a compreensão dos elementos hegemônicos, historicamente dados e estruturalmente influentes no fato social. O método dialético pretende integrar esses níveis num movimento de ida e vinda, que permita percorrer o caminho do particular para o geral e do geral para o particular, na busca da compreensão do objeto de interesse.

Considera-se que nesses dois níveis residam as *condições*, a ser desenvolvidas no próximo capítulo, para uma relação social horizontal e participativa: essas *condições para participação* influirão preponderantemente no processo seletivo dos que participam e dos que não participam de determinada ação coletiva. Em suma, trata-se do estudo de credenciais historicamente concedidas a um indivíduo, grupo ou classe, e das condições de poder de que disponha esse grupo para tomar parte na ação proposta.

## 1. A PRÁTICA E O ARTEFATO COMUNICATIVOS

Referiu-se acima à comunicação enquanto processo e enquanto produto. Tratam-se de dois momentos analíticos da práxis comunicativa que se completam na análise cultural.

Enquanto processo a comunicação aparece como o intermediário de relações sociais; em alguns momentos ela se confunde com esse relacionamento, ao mesmo tempo em que o torna possível. Assim sendo, a comunicação pode ser vista sob este prisma, como uma *prática* a que os homens se lançam para modificar o mundo em que vivem. Para essa prática, esses homens criam e lançam mão de instrumentos, mecanismos e convenções que lhes possibilitem alcançar seus objetivos: são os meios de comunicação.

O produto da prática comunicativa é chamado por WILLIAMS<sup>2</sup> de artefato. Tanto pode ser uma onda sonora, vocalmente emitida quanto um filme, um jornal, ou mesmo sua impressora, ou projetor.

A importância desta abordagem é que a comunicação, ao ser analisada, tanto como prática como artefato, permite um passo além do véu da técnica e do efeito; um passo na direção das condições de produção do artefato comunicativo. Ao se compreender que o homem, produzindo seus bens, elabora artefatos, símbolos e valores que se separam dele e que vão se transformar em uma dimensão de sua própria vida e, que irão influenciar todas as suas práticas produtivas, passa-se a buscar o entendimento deste homem a partir das relações sociais historicamente desenvolvidas por ele na produção de sua existência; passa-se a estudar esse homem a partir do que dizem suas práticas -- e as relações entre diversas práticas -- sobre a natureza de sua sociedade. O estudo da comunicação passa, então, a ser uma busca do que dizem as práticas e artefatos desenvolvidos nesta área, da natureza das relações sociais desenvolvidas pelos homens que as produziram.

Ao produzir cultura, o homem revela ser resultado dela, no sentido em que mostra valer-se de instrumentos, dados, conceitos e valores historicamente legados, para modificar seu mundo. Este círculo permite que se preceda a uma abordagem histórica de um determinado conjunto de práticas, no sentido de resgatar seu real significado para o grupo nelas envolvido. Neste sentido, a *abordagem cultural* da comunicação tem que ter sempre em conta o aspecto histórico do desenvolvimento das relações de produção em questão. O "corte" temporal implica em empobrecimento do poder interpretativo da análise.

Ao cuidar de práticas comunicativas, a *abordagem cultural* da comunicação declara estar preocupada em compreender a natureza das relações sociais que se produzem nesse momento. E isso pode ser feito de uma forma recorrente. Qualquer artefato cultural revela práticas culturais subjacentes à sua produção, que, por sua vez, implicam em relações sociais necessárias a

---

2. WILLIAMS, *Cultural Studies and Communications*.

esse resultado. Assim uma peça de propaganda, abordada culturalmente, há de revelar aspectos da natureza da sociedade em que se produziu; há de revelar parte da natureza das relações sociais desenvolvidas para sua produção; revelará elementos da cultura dessa sociedade, através de conjuntos de valores e crenças manifestos; e também facetas das relações sociais existentes entre as classes ou grupos de interesses, representados pelos "produtores, emissores e receptores" da referida peça. O que há de recorrente neste tipo de estudo é que a análise do artefato pode elucidar as práticas e as relações sociais em que se dão; e a análise das relações e das práticas produtivas podem auxiliar na interpretação da natureza eventualmente oculta do artefato.

## 2. EXTENSÃO RURAL COMO PRÁTICA CULTURAL

Uma abordagem cultural e interpretativa do estudo da extensão rural deverá considerar, pelo menos, dois aspectos, que se propõem ser levados em conta no quadro empírico deste trabalho.

O primeiro é aquele em que se analisa o processo, enquanto prática comunicativa e, portanto, a partir das relações que estabelecem as pessoas na produção de sua vida real e de suas conseqüentes formas simbólicas.

Neste sentido, as relações entre o extensionista e o produtor deverão ser analisadas dentro de um quadro geral de relações de poder, dado na sociedade global. Esse quadro fornecerá valiosas informações sobre o nível de coerência entre a natureza do processo comunicativo proposto pelo técnico, ou agência que representa, e a natureza das relações reais existentes entre ele e o produtor, enquanto entendidos como classes de interesses diferentes. Questões poderão ser levantadas sobre o poder de determinação dessas relações sociais sobre o processo comunicativo. Também sobre o poder de determinação do modo de produção dominante sobre o mesmo processo.

Supõe-se, por outro lado, que a concentração em práticas auxiliará a perceber o verso da moeda, ou seja, a prática comunicativa como proposta de alteração ou modificação dessas relações; ou ainda como denunciadora de formas disfarçadas de dominação e manipulação.

Também se incluem dentro desta perspectiva a análise das instituições -- nos seus sentidos físico e jurídico -- voltadas para o setor primário, principalmente para a pequena produção, a partir da perspectiva de seus compromissos e elos de lealdade para com as classes dominantes. Nessa linha poder-se-á encontrar um rico campo, no estudo da emergência de práticas al-

ternativas ou contra-hegemônicas, como que a confirmar o caráter dialético dessas mesmas relações.

O segundo, decorrente deste, propõe que se interprete a natureza das relações de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial ao campo, a partir da análise de seus artefatos. Esta via estaria a analisar e interpretar as relações produtor - Estado, a partir de peças físicas de comunicação, tais como livros, folhetos, slides, álbuns seriados, filmes, programas de rádio e televisão, jornais e qualquer outro elemento recuperável, como conversas gravadas, atas de reuniões, depoimentos, relatos, etc. Estudos que analisem as condições e formas em que se deram: a consciência da necessidade desses artefatos; sua concepção, elaboração e prática, poderão dizer muito sobre a natureza das relações que esses artefatos retratam. Estes dados poderiam, por exemplo, revelar o caráter ritual ou transmissivo da comunicação que viabiliza; poderão oferecer aspectos da ideologia que impregna e justifica os referidos artefatos.

## CAPÍTULO 1

### REVISÃO DE LITERATURA

Não há qualquer interesse, para este trabalho, o estudo da participação, enquanto algo abstrato. Todos os autores aqui apresentados utilizam o termo para qualificar uma *prática cultural*<sup>1</sup> determinada, alvo de seu interesse.

Neste sentido, buscou-se, junto a estudiosos do assunto -- aos quais se teve acesso --, aspectos e conceitos ligados ao tema, sem isolá-los das práticas às quais estavam associados.

Essas práticas definem quatro grandes títulos que polarizam e concentram a grande maioria dos documentos sobre o assunto. São eles:

a) *Participação Social*, em que se concentra a atenção no estudo das possibilidades concretas de envolvimento das populações urbanas e rurais -- com evidente concentração naqueles estratos marginalizados, periféricos ou considerados, de alguma forma, oprimidos pela desigualdade da dis-

---

1. Entende-se aqui "prática cultural" como qualquer ação ou atividade humana deliberadamente direcionada a criar ou modificar as relações do homem com seu mundo prático-sensível. Neste sentido, a educação, a comunicação social, a literatura, o teatro, uma construção arquitetônica, o metrô, etc., são considerados práticas culturais. A criação (resultante dessa ação criadora) é considerada por WILLIAMS, *Cultural Studies and Communications*, como "artefato cultural".

tribuição das oportunidades, produtos, benefícios e poderes de decisão sobre assuntos que os afetam, na sociedade -- em ações comunitárias, de bairro, locais e mesmo nacionais, com a intenção de obtenção de maior eficiência e menor resistência às iniciativas oficiais. Inclui-se aqui o grande debate sobre participação política, que se manifesta no processo eleitoral e em outras formas de ação individual e coletiva.

b) *Pesquisa* participante, que busca superar o paradigma dominante do que MILLS<sup>2</sup> chamou de "empirismo abstrato", em que os objetos da pesquisa, tomados como coisas, não contribuem na análise e atribuição de significado à realidade estudada e também não se beneficiam dos resultados obtidos. Propõe-se, ao contrário, um amplo comprometimento de todos os envolvidos na ação de pesquisa, em todas as suas etapas, de modo que todos contribuam criticamente ao desvelamento e transformação da realidade social e se beneficiem, não só do resultado, mas de todas as etapas do processo, processo este que não tem pesquisados, mas apenas pesquisadores em uma prática de tomada de consciência e transformação do ambiente social e físico em que vivem.

c) *Planejamento* participativo, em que se busca, entre outros objetivos, superar a clássica dicotomia "planejador-executor". Propõe-se que a escolha de fins e meios -- como se define sucintamente o processo de decisão -- seja feita com o concurso de todos aqueles envolvidos na ação. Esta repartição igualitária de papéis, responsabilidades e condições de resposta é eminentemente política porque envolve relações de poder.

d) *Comunicação* participativa, que se tem concentrado, primordialmente, na discussão do uso dos meios de comunicação de massa como instrumento de dominação e de estímulo à reprodução de determinada estrutura de privilégios a nível da sociedade. Propõe, sinteticamente, a abertura de canais de expressão aos grupos sociais e o acesso destes às decisões sobre o quê, como e quando comunicar.

Encarados os objetivos dessas grandes correntes de estudo/ação como *práticas culturais* que se produzem e reproduzem em um processo social global e historicamente dado, propõe-se, neste estudo, extrair dessas práticas um elemento que qualifica as relações que elas descrevem, permeiam ou viabilizam o elemento *participação*. Porque se esses fenômenos forem entendidos -- quer

---

2. Ao finalizar sua crítica à absolutização dos processos estatísticos, MILLS, *A Imaginação Sociológica*, 84, diz que eles têm sua aplicação prática. "Ninguém, porém, precisa aceitar tais procedimentos, quando generalizados, como os únicos existentes. Certamente ninguém precisa aceitar esse modelo como um cânone absoluto. Não constitui ele a única maneira empírica."

ao nível da produção intelectual, quer de sua manifestação concreta, ao nível da práxis -- como a forma pela qual os homens buscam compreender, dominar e transformar suas relações sociais e com o meio ambiente, reduzir-se-á (ou, mais corretamente, ampliar-se-á) esse estudo à forma como se relacionam as pessoas dentro de um amplo processo de produção de bens materiais destinados à sua sobrevivência. Neste sentido, *participação* passa a ser uma "qualidade" das relações sociais de produção material, dentro de um determinado modo de produção; qualidade essa que se propõe a remoldar essas relações -- e, portanto, todas as práticas sociais (culturais) delas decorrentes, incluindo-se a pesquisa, o planejamento e a comunicação -- no sentido da aproximação do conceito<sup>3</sup> do fenômeno *participação*.

O trabalho que se propõe neste capítulo, por conseguinte, é o de se levantar, junto a estudiosos da participação, a contribuição que oferecem à aproximação de seu conceito, sem a preocupação de selecionar ou sistematizar os títulos sob os quais desenvolveram o tema.

## 1. REVISÃO DE LITERATURA

DEMO<sup>4</sup> afirma que a redução das desigualdades em uma sociedade capitalista não é explicável sem a participação política dos trabalhadores. Acredita que com ela, torna-se possível o surgimento de sociedades relativamente equilibradas em termos da pirâmide sócio-econômica. Sua posição se torna clara quando exemplifica com sociedades capitalistas e democráticas:

"São, sem dúvida, sociedades desiguais, mas existe relativa distribuição desta desigualdade, de sorte que os estratos baixos chegam a ser minoria residual em alguns casos, preponderando de longe os estratos médios".<sup>5</sup>

O autor chama de "utopia democrática" a qualquer proposta de organização social em que esteja ausente a dominação. Ao tratar deste fenômeno nas sociedades capitalistas (ainda que indiretamente), DEMO define democracia como sendo uma configuração menos desigual deste elemento con-

---

3. Utilizamos o termo *conceito* no sentido a ele atribuído por KOSIK, *Dialética do Concreto*, capítulo 1.

4. DEMO, *Planejamento Participativo. Elementos para uma Discussão Preliminar*

5. Idem, 16.



gênito, que é o poder. Essa configuração pode ser resumida em acesso igual ao poder, alternância de poder e controle de poder. Entretanto, mesmo estas condições só se verificam aproximadamente e em pequenas comunidades onde existem predominâncias de relações primárias e grande homogeneidade do grupo, como as Comunas. Propõe, assim, em lugar da autogestão, a co-gestão, porque considera a participação total inviável.

Ao nível do planejamento, destaca a co-participação, como forma de reduzir a manipulação a níveis mais baixos. E isto só se torna possível com a conscientização das tendências antidemocráticas que se desenvolvem dentro do sistema. Sobre o caráter transformador dos processos participativos, declara:

"Como todo sistema, o sistema democrático não sugere sua superação; pelo contrário, busca sua recuperação e aperfeiçoamento. Não cabe, pois, aqui, uma visão de *mudança estrutural*<sup>6</sup>, porque seria incoerente o planejamento propor a superação do sistema; se assim fosse, não estaríamos planejando, mas antiplanejando"<sup>7</sup>.

Concentrando-se na luta de classes, resultante do próprio modo de produção, o autor considera que "o trabalhador e o dono do capital precisam ter condições iguais de pressão e defesa de seus interesses"<sup>8</sup>. Indica a articulação política, como forma de o trabalhador conseguir a capacidade de enfrentamento do capital em igualdade de condições. Isso lhe daria meios reais de participar no jogo de poder.

Entende-se que DEMO esteja afinado com o segundo dos três modelos de desenvolvimento propostos por SANTOS<sup>9</sup>. Preocupa-se este com um projeto nacional de desenvolvimento. Distingue, para isso, três modelos alternativos, dentre os quais apontará sua opção. São eles:

a) *Modernização tecnológica sem transformação social planificada.*

Considera que apenas o aumento de produção e produtividade, limitaria o desenvolvimento a um de seus objetivos e desconsidera a necessidade de uma participação ativa e consciente, dos chamados grupos populares e seus afins. "No campo da educação, este modelo pede apenas a preparação das capacidades e destrezas necessárias a um processo mais moderno de produção".<sup>10</sup>

---

6. Grifo nosso.

7. DEMO, op.cit, 23.

8. Idem.

9. SANTOS, *Educação e Desenvolvimento*, 5.

10. Idem, 6.

b) *Modernização tecnológica com transformações sociais não-estruturais*. Este modelo propõe uma flexibilização da estrutura social, combinando a modernização tecnológica com a incorporação dos setores populares aos benefícios e responsabilidades mínimas da organização social. Permite, assim, maior mobilidade ascendente e certas transformações sociais, mas evitando transformações substantivas na organização social.

c) *Transformações estruturais com modernização tecnológica*. Parte do pressuposto de que "a reorientação global das estruturas sociais é considerada como principal meio para obter melhor nível de vida para todos os setores sociais. E o desenvolvimento passa a ser encarado tanto como processo de crescimento econômico, quanto como meio de realização humana, a nível das pessoas e da comunidade".<sup>11</sup>

A opção de SANTOS recai sobre o terceiro modelo, pelas possibilidades de realização humana, a todos os níveis da sociedade. Neste sentido -- e diferentemente de DEMO --, parece considerar que a participação, colocada em plano superior ao da produtividade<sup>12</sup> requer transformações sociais, no que se refere especialmente à distribuição de poder, renda e cultura. Define, então, a "redisposição" do poder como uma "maior participação do povo organizado no processo de tomada das decisões sobre a política econômica, social e cultural do país";<sup>13</sup> da renda, como sua redistribuição às classes da base da pirâmide de ingressos; e da cultura, como abertura ao diálogo, à livre expressão e manifestação cultural do povo.

Dentro desta perspectiva -- e entendendo a comunicação como "um ingrediente orgânico a todas"<sup>14</sup> as relações sociais"<sup>15</sup> -- BORDENAVE considera impossível colocá-la a serviço do povo, dentro de um sistema capitalista.<sup>16</sup> Pela própria estrutura do sistema, esse direito de comunicar seria manipulado, gerando o que chamou de "participação dirigida".<sup>17</sup> "A participação popular tende a reduzir o poder mantido pelos técnicos na definição de

11. SANTOS, op.cit., 8.

12. Ao comentar o modelo de participação da Comuna, DEMO afirma: "... além disto, este modelo se afasta um pouco da preocupação com a produtividade, incidindo numa das questões mais árduas da auto-gestão: é certamente democratizante, mas pouco produtiva, porque privilegia a participação em detrimento da produtividade". Op.cit., 19.

13. SANTOS, op.cit., 11.

14. Grifo do autor.

15. BORDENAVE, *Comunicación y Desarrollo*, 40.

16. Bordenave, *Participation in Communication Systems for Development*, 12.

17. Idem, 16.

Objetivos e na seleção de métodos de ação".<sup>18</sup>

BORDENAVE entende que a comunicação participativa "só tem sentido enquanto contribua para preparar o terreno para o estabelecimento de uma sociedade participativa".<sup>19</sup> Em outras palavras, a comunicação Participativa não é um fim em si mesma, senão um dos meios para preparar uma nova ordem social. (...) No fundo o que está em jogo é a aprendizagem e a prática de um novo tipo de relação<sup>20</sup> entre as pessoas e entre as classes sociais; entre o povo e o governo, como corporização do Estado".<sup>21</sup>

Uma observação que se permite fazer aqui sobre estes dois últimos textos é que deixam transparecer uma flexibilização do autor, quanto à sua posição inicial, em que fecha as portas às possibilidades de participação popular sob o capitalismo.<sup>22</sup> De fato, em sua primeira posição,<sup>23</sup> BORDENAVE divergia tanto de DEMO, quanto de SANTOS, sobre este aspecto. Já no segundo texto,<sup>24</sup> aproxima-se bastante do pensamento de SANTOS.

A participação, colocada como pré-requisito para um projeto de desenvolvimento nacional, também se manifesta como preocupação de UTRIA.<sup>25</sup> Considera que a natureza eminentemente social do processo de desenvolvimento leva a que todos os fenômenos e processos que nele se cumprem envolvam forçosamente certo grau de participação popular. "Ainda em condições de sub-desenvolvimento as massas populares participam como contribuintes, como mão-de-obra, como consumidores, como suporte político dos grupos dominantes, através do voto, e de muitas outras formas".<sup>26</sup>

Entretando, UTRIA qualifica este tipo de participação como passiva, sem nenhum significado para o desenvolvimento. Propõe, então, sete requisitos para que a participação popular resulte em legítimo desenvolvimento;<sup>27</sup> que seja:

a) Ativa, intervindo de forma positiva e construtiva em ritmo crescente e progressivo em todas as frentes;

b) Consciente, clarificando a consciência em relação ao conteúdo

18. Idem, 17.

19. Grifo do autor.

20. Grifo nosso.

21. BORDENAVE, *La Comunicación Participatoria en la America Latina*, 7-8.

22. O primeiro documento é de maio de 1980 e o segundo, de novembro do mesmo ano. Esses dados são interessantes para demonstrar a atualidade do tema, com problemas teóricos ainda não resolvidos.

23. BORDENAVE, *Participation in Communications Systems for Development*.

24. BORDENAVE, *La Comunicación Participatoria en la America Latina*.

25. UTRIA. *El Proceso de Desarrollo y la Participación Popular*.

26. Idem, 2.

27. Idem, 2-3.

e alcance da participação e a noção definida das formas e meios de sua efetivação;

c) Deliberada, resultando de um processo de convicção e de um impulso espontâneo e de meios livremente escolhidos;

d) Organizada, exigindo uma estruturação funcional, com canais de comunicação e acesso constante e intenso;

e) Eficiente, obtendo alto grau de rendimento;

f) Decisiva, atingindo aspectos de interesse vital para a maior parte da população;

g) Intensiva, produzindo-se de forma contínua e acelerada e atingindo áreas de ação cada vez mais profundas.

Esta participação popular para o desenvolvimento apresenta, conforme UTRIA, três níveis principais de ação: o da decisão, em que se definem a natureza, os alcances e os procedimentos operativos de cada processo; o da execução, em que os planos são postos em prática, aos níveis nacional, regional e local e o da comunicação, em que se produz um fluxo de comunicação através do qual as decisões são transmitidas às bases de operação e vice-versa.<sup>28</sup>

O conceito de participação de UTRIA não o leva à necessidade de superação do sistema capitalista. Propõe mecanismos através dos quais o fenómeno dominação, inerente às relações de produção dele decorrentes, seja remoldado. Estes mecanismos, ou "instrumentos" seriam os partidos, os sindicatos, de trabalhadores e patrões, as cooperativas e comitês de produção, as associações profissionais e cívicas e os programas de ação comunitária.<sup>29</sup>

O autor distingue, ainda, três funções principais, cumpridas pela participação popular em programas de desenvolvimento:

a) Incorporar a capacidade criadora e as atitudes positivas dos setores populares;

b) Obter a cooperação consciente e ativa dos indivíduos e da coletividade;

c) Reduzir as resistências habituais, resultantes de fatores sócio culturais, falta de informação e de interesse direto, que em certas fases do desenvolvimento, cada indivíduo e cada comunidade tende a oferecer ao processo de mudança social.

---

28. UTRIA, op.cit., 4,5.

29. Idem, 5-8.

CORNELY<sup>30</sup>, comentando UTRIA, coloca-o entre autores radicais, em se tratando de participação, pelas posições aqui descritas e por sua afirmação de que "participação significa estar presente, de forma ativa, na designação e no escolher de alternativas, de caminhos e ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa bem como de combiná-las".<sup>31</sup>

Sua posição é de que "a participação universal, altamente consciente e deliberada, não parece ter sido alcançada integralmente em parte alguma. De resto, como bem acentua Lucien Mehl, prossegue CORNELLY, nem todos podem participar de tudo".<sup>32</sup> Entende a participação como um "produto", que exige portanto, "insumos", devendo ser induzida pelos técnicos e pelo governo. Neste sentido, define-a "como a incorporação dos responsáveis locais nos planos do governo".<sup>33</sup> Esclarece que nesta forma os grupos dirigentes locais são induzidos pelos técnicos do governo a atuarem de forma racional e eficaz para acelerar o desenvolvimento e, dessa forma, o integrarem nos planos do mesmo governo.

Chama-se aqui a atenção para a grande preocupação teórica que associa a "qualidade" participação ao processo de desenvolvimento de uma sociedade. Essa qualidade parece se apresentar como o ingrediente básico do conceito de desenvolvimento; de forma que sem o primeiro, o segundo se esvazia.

ROSINHA<sup>34</sup> demonstra estar preocupado com este aspecto ao oferecer sua contribuição. Trata da comunicação como elemento importante no processo de desenvolvimento. Sugere que a grande discordância teórica a respeito da importância e papéis daquela sobre este, esteja sendo causada pela falta de identidade na definição dos dois termos.

Admite que "o conceito de comunicação está mudando com o correr dos anos, com diferentes enfoques: informação, persuasão e, ultimamente, interação".<sup>35</sup> Identifica-se com o último, propondo que as famílias de baixa renda sejam consideradas como pessoas e não como elementos numa equação matemática de desenvolvimento.<sup>36</sup> E isso implica em que "as decisões que se relacionam ao desenvolvimento, sejam realmente descentralizadas e colocadas junto das pessoas a quem afetarão".<sup>37</sup>

ROSINHA conclui qualificando o que neste trabalho se chama de "re-

30. CORNELLY, *Planejamento e Participação Comunitária*, 20,21.

31. UTRIA, op.cit., citado por CORNELLY.

32. CORNELLY, op.cit., 21.

33. Idem, 23.

34. ROSINHA, *Meios de Comunicação: Nacionais ou Locais?*

35. Idem, 2

36. Idem, 11.

37. Idem, 12.

produção da prática comunicativa" (e que se propõe ser um dos elementos viabilizadores do desenvolvimento genuíno). Essa qualificação se dá com o conceito e a prática de participação, através da qual "todas"<sup>38</sup> as pessoas envolvidas no processo de comunicação tenham participação ativa na seleção do quê, como e quando comunicar".<sup>39</sup>

O autor apresenta nítida influência de KEARL, que, ao estudar metodologias alternativas de extensão rural, afirma:

"A atenção, nos últimos anos, tem mudado para considerar o pequeno produtor e sua família como gente, e não simplesmente como unidades numa equação de produção agrícola. Isto, corrigirá, inevitavelmente, nosso modelo de desenvolvimento agrícola. Uma vez aceito que o bem-estar de cada indivíduo e de cada unidade tem validade em termos de objetivos nacionais, novas exigências surgirão para a comunicação. O que será razoavelmente aumentado é o julgamento de que, no máximo possível, as decisões que se relacionam com desenvolvimento necessitam ser descentralizadas e colocadas junto das pessoas que elas afetam".<sup>40</sup>

PROCENGE<sup>41</sup> considera que participar significa contribuir para a produção de um determinado resultado e dele dispor e usufruir na proporção da própria contribuição. Estabelece assim relação entre participação e poder: dispor de e exercer um poder para decidir a respeito de um processo; para executar e gerenciar esse processo e para usufruir de seus benefícios e assumir os custos correspondentes.<sup>42</sup>

Na mesma obra, PROCENGE especifica as fases de um dado processo, em que ela pode se dar: a preparação, a execução e a avaliação.<sup>43</sup> Define, então o planejamento participativo, a partir de três premissas:

- a) Implica, necessariamente em uma repartição de poderes de decisão;
- b) Assegura a cada interveniente a possibilidade ou capacidade de fazer com que seus pontos de vista sejam efetivamente considerados nas decisões referentes às ações e seus objetivos;

38. Grifo do autor.

39. ROSINHA, op.cit., 12.

40. KEARL, *Comunicação para o Desenvolvimento Agrícola*, 21.

41. PROCENGE, *A Organização do Planejamento Participativo*.

42. Idem, 4.

43. Idem, 5. Numa posição semelhante, CHANTRAN, *Le Développement Rural Peut-il se Fonder sur la Participation?*, estabelece seis níveis: definição de políticas, definição de objetivos, elaboração de planos de ação, decisão, execução e avaliação.

- c) Trata-se de um processo de negociação sobre fins e meios; e
- d) É um processo de negociação de futuros desejados e das maneiras de alcançá-los, e que envolve necessariamente -- direta ou indiretamente -- todos os interessados na construção desses futuros.<sup>44</sup>

Com base nessas asserções, para PROCENGE, organizar o planejamento significa definir :

- a) Quem participa do planejamento;
- b) Qual o papel de cada participante neste esforço;
- c) Quais as relações que devem existir entre os diversos participantes como decorrência dos seus respectivos papéis, e
- d) Como se devem conduzir os participantes.

Estas definições, entretanto, estão influenciadas pelas seguintes condicionantes:

- a) A estrutura organizacional do agente e, particularmente, a organização das demais forças gerenciais;
- b) A estrutura de poder prevalecente;
- c) A cultura ( ideologia e comportamentos predominantes) organizacional;
- d) A disponibilidade de recursos, e
- e) Os objetivos, objetos, dimensões, produtos, processos e técnicas de planejamento adotados.<sup>45</sup>

Ao abordar a participação social no Distrito Federal, AMMANN<sup>46</sup> a coloca em três níveis em que ela pode se dar: produção de bens e serviços, gestão da sociedade e usufruto dos bens da sociedade. Esta colocação, parece concordar com -- e de certa forma resumir -- a posição de PROCENGE.

BRAATZ,<sup>47</sup> ao comentar aspectos da gerência participativa se propõe limitar a discussão "àqueles requisitos que desenvolvem a participação psicológica no processo decisório, excluindo a área total de participação genuína e os efeitos reais provocados pelos indivíduos nas organizações, em decisões fundamentais sobre os objetivos básicos a serem atingidos".<sup>48</sup> Essa participação psicológica parece ser somente o nível mínimo de distribuição

---

44. PROCENGE, op.cit., 6.

45. Idem, 1,2.

46. AMMANN, *Participação Social*.

47. BRAATZ, *Validade da Gerência Participativa na Cultura Latina*.

48. Idem, 75.

de poder que otimiza a consecução dos objetivos da empresa, através da eliminação das resistências.

O autor evita tratar a participação genuína e real porque esta apresenta amplas implicações. Exigiria completa "socialização de conhecimento", que envolveria igualdade de informação e capacidade intelectual para processá-la em decisões; "socialização de renda", porque em sociedades de mercado, quem tem maior posse manda; e "socialização de distribuição de poder", porque a desigualdade de poder inibe a participação.

Ainda na área do planejamento, EMBRATER,<sup>49</sup> ao instruir suas Associadas sobre procedimentos de ação local, define o planejamento participativo citando CORNELY:<sup>50</sup>

"Entende-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem".

No mesmo documento, a autora frisa: "No planejamento participativo, é absolutamente imprescindível que a população tome parte na seleção dos problemas a serem incluídos no programa".<sup>51</sup>

Em uma etapa preliminar ao planejamento há que se conhecer a realidade sobre a qual se vai atuar. Em se tratando de uma realidade social, entretanto, diferentes posturas podem moldar a prática de execução desta fase. Uma delas é aquela que separa o "agente de mudanças" da "comunidade", ou grupo em que se vai "intervir". Neste caso, o "diagnóstico da realidade", bem como a posterior "intervenção" será feito pelo agente, sem um significativo concurso crítico das pessoas envolvidas. Portanto, com benefícios apenas estimados pelo agente, se realmente os houver.

Uma nuance desta postura é aquela em que o "agente" utiliza representantes, ou líderes da comunidade para auxiliá-lo a se aproximar mais da verdade sobre a realidade. Desfocalizando, por um pouco, o aspecto da crítica dualidade "agente/grupo social", pode-se considerar com BRANDENBURG<sup>52</sup> que essa liderança poderá ser do tipo tradicional que, dissimulada ou mesmo inconscientemente, age em prol dos interesses que a sustentam. Entretanto, sua sustentação vem de fora do grupo: trata-se da liderança oficializada per-

49. EMBRATER, *Procedimentos para o Planejamento Local de Extensão Rural*. (no prelo), 8.

50. CORNELY, *Subsídios sobre Planejamento Participativo*, 20.

51. EMBRATER, *op.cit.*, 13.

52. BRANDENBURG, *Liderança, Extensão Rural e Mudança Social*.



lo sistema representativo de classes. O autor considera que a emergência atual de lideranças autênticas, que representem os interesses da categoria que responde, não é ainda significativa, oficialmente, porque não têm força perante o sistema de classes.<sup>53</sup>

Assim, o líder rural, numa perspectiva não-participativa é aquele que "foi tomado unilateralmente como aquele que influencia pessoas, aquele que traduz os hábitos, valores e tradições dos liderados, mas não como um representante defensor de interesses e problemas de produtores".<sup>54</sup>

Uma postura diferente é aquela em que os "agentes de mudança" são os próprios constituintes do grupo. Essa perspectiva não-opressora permite um levantamento da verdadeira situação do grupo, em relação a suas necessidades. As mudanças, por seu turno, se dariam na direção estabelecida pelo resultado da negociação entre interesses locais e externos (estes, representados pelo extensionista). No caso da necessidade de representação, a liderança seria "circulatória ou emergencial em função da situação".<sup>55</sup> Com respeito a esta fase do planejamento, EMBRATER se posiciona da seguinte forma:

"Uma maior aproximação da verdade sobre a realidade rural só se conseguirá, conjugando a interpretação dos técnicos com a dos produtores. Estes percebem a realidade, interpretando, justificando, explicando e sentindo de acordo com o seu acervo cultural, derivado de sua experiência e suas ações sobre a natureza e no seu próprio meio físico e social. Não é demais repetir que as idéias, valores, normas e formas de conduta do "homem do campo" podem não coincidir em todas as dimensões, com as do técnico. Daí porque, a exigência elementar de realizar a interpretação da realidade rural, mediante o confronto co-participante de ambas as percepções, no diálogo franco e profundo entre o técnico e produtores, para chegar a uma síntese. Parece ser este o único caminho para que o estudo da realidade não seja uma ação do técnico, mas, um processo educacional que enriquecerá técnicos e produtores (homens, mulheres e jovens) rurais, simultaneamente. Influirá, também, decisivamente, sobre a qualidade da programação e, assim, sobre a qualidade e quantidade dos resultados da ação".<sup>56</sup>

LE BOTERF<sup>57</sup> descreve uma metodologia de pesquisa participativa. Propõe um processo interativo, de ida e volta, por meio da discussão com a comunidade analisada, de cada etapa da pesquisa. Para ele, os objetivos dessa pesquisa seriam dois: formação e ação. A atividade participada de pesquisa

---

53. BRANDENBURG, op.cit., 4.

54. Idem, 5.

55. Idem, 10.

56. EMBRATER, *Procedimentos para o Planejamento Local de Extensão Rural*, 12.

57. LE BOTERF, *Descrição de Método de "Pesquisa Participativa"*.

sa proporciona uma conscientização dos membros da comunidade, à medida em que vão desenvolvendo sua capacidade de observação e diagnóstico, e intercambiam experiências. A partir daí, a comunidade tem condições de identificar e executar as ações necessárias para a resolução de seus problemas.

A esse respeito, o Instituto de Ação Cultural, IDAC, trata do que chama de "observação participante". Aludindo à polaridade dominação/subordinação oferece ao pesquisador duas linhas possíveis para a pesquisa eficaz junto a grupos subalternos: "Ou o indivíduo trabalha com os oprimidos para construir, a partir do interior do grupo,<sup>58</sup> um conhecimento que contribua para a superação da situação opressora ou trabalha no outro pólo da relação de dominação, estudando os grupos que comandam e os mecanismos pelos quais asseguram a continuidade de seu poder".<sup>59</sup>

Critica, no documento, os modelos convencionais de pesquisa, nos quais "os opressores, com auxílio de suas ciências, determinam os objetivos da pesquisa e a metodologia que deve ser utilizada. Os resultados, além disso são praticamente ocultados e não são discutidos com as pessoas que estão diretamente ligadas ao problema, isto é, os oprimidos. A pesquisa é feita sempre sobre eles,<sup>60</sup> o que significa sem eles".<sup>61</sup> Posiciona a pesquisa participante entre a Sociologia (entendida como observação militante) e a pedagogia (entendida como ação cultural<sup>62</sup>).

CAPRILES<sup>63</sup> propõe um novo paradigma para a comunicação. Para isso, delineia um novo relacionamento social, como sendo:

a) Dialógico, "que implica um modelo cuja morfologia relacional é a igualdade de intervenção dos participantes";<sup>64</sup>

b) Aquele em que se comunique sobre tudo que tenha interesse social ou comunitário. Os meios de comunicação devem estar a serviço da discussão e manejo (tomada de decisões) dos assuntos comunitários e sociais. Trata o autor de atribuir uma dimensão social ao processo comunicativo. Agrega um novo sentido à produção, circulação e recriação do sentido: o sentido político da existência social.

58. Grifo do autor.

59. IDAC. *A Observação Participante: Uma Alternativa Sociológica*, 17. No original o título é mais condizente com as propostas: *The Militant Observer: A Sociological Alternative*.

60. Grifos do autor.

61. IDAC, op.cit, 15.

62. Ver, a esse respeito, FREIRE, *Ação Cultural para a Liberdade*.

63. CAPRILES, *Venezuela: Política de Comunicación o Comunicación Alternativa?* 52-61.

64. Idem, 54.

c) Proponente de um aqui e agora da existência social que rompa com a morfologia relacional predominantemente unidirecional, não dialógica, em princípio intransitiva e antidemocrática;

e) Estabelecedor do equilíbrio acesso-participação,<sup>65</sup> que assegure igualdade de intervenção de todos nas decisões acerca da existência, utilização, organização e programação dos meios.

Parece ser este o pensamento de GRAZIANO, ao propor que comunicação alternativa são aquelas relações dialógicas de transmissão de imagens e signos que estejam insertos em uma práxis transformadora da estrutura social enquanto totalidade".<sup>66</sup>

Ainda relacionado ao tema de interesse deste trabalho PINTO<sup>67</sup> desenvolve considerações que se retomarão como centrais, mais adiante. Trata-se da discussão da possibilidade de emergência dentro do sistema capitalista de práticas comunicativas que ensejem, suportem ou apenas denotem relações sociais alternativas às dominantes, como sejam as relações participativas. O tema já vem sendo discutido pela maioria dos autores aqui consultados, mas PINTO coloca-o de forma mais focalizada em uma das problemáticas centrais deste estudo: aquela que considera sobre as possibilidades de participação popular genuína em iniciativas do próprio Estado.

Inicia seu argumento com a colocação de que um grande obstáculo ao surgimento de um processo de comunicação participativa nas sociedades capitalistas que, por natureza do sistema, se estruturam verticalmente, "vem do

---

65. A conferência de ministros de Costa Rica de 1976 define a idéia "acesso-participação" em comunicação, como segue: "O acesso se define como a possibilidade para todos os membros de uma comunidade, de ter acesso constante igualitário a todas as mensagens geradas por todos os meios e canais de comunicação existentes em um momento dado nessa comunidade. Desde logo, trata-se da virtualidade e não do acesso simultâneo a toda mensagem ou meio, que seria impossível: trata-se de um direito sob forma de possibilidade permanente. A participação se pode definir nessa mesma perspectiva como a possibilidade permanente assegurada a todos os membros de uma comunidade de tomar parte ativa nas decisões concernentes a meios e processos de comunicação, na programação e a participar na produção das mensagens. A dialética entre ambos os pólos surge da impossibilidade de estar "em acesso" (público) enquanto se "participa" (produção) e vice-versa". Esta redação é de CAPRILES, op.cit.

BELTRÁN, *Farewell to Aristotel: Horizontal Communications*, define o acesso como précondição para a comunicação horizontal; o diálogo, como eixo desse processo e a participação como sua culminação. Afirma ser o acesso, um fato quantitativo; o diálogo, eminentemente qualitativo e a participação um fato qualitativo/quantitativo.

66. GRAZIANO, *Para una Definición Alternativa de la Comunicación*, 74.

67. PINTO, *La Pedagogia de La Comunicación Popular*.

do conjunto das relações de produção dominantes".<sup>68</sup> Considera-se pertinente a reprodução integral desse argumento:

"As relações que se desenvolvem ao redor da produção social, também chamadas relações de produção se caracterizam, no sistema capitalista pela exploração: trata-se de relações que institucionalizam, ao nível macro, a exploração de classe, a apropriação da riqueza social por grupos minoritários. Este caráter explorador das relações sociais, institucionaliza também a verticalidade em todas as relações sociais, a dominação, a unidirecionalidade nas mesmas relações entre grupos e pessoas. A relação de exploração, vertical e dominadora é a negação mesma da comunicação horizontal e participativa. Existe portanto uma oposição antagônica entre o caráter das relações sociais dominantes e um processo de comunicação dialógico, baseado na participação. Entre o explorador e o explorado, e portanto entre as classes que os personificam, não pode existir nem diálogo nem comunicação verdadeira".<sup>69</sup>

PINTO explicita seu conceito de participação através de uma dimensão claramente política, em que esta se torna plena. "Tomar parte em", deve adquirir seu aspecto ativo -- de luta para adquirir o que já lhe pertence por direito --, qual seja o de exercer uma ação direta na gestão social.<sup>70</sup> A partir dessas considerações conclui que "a comunicação participativa nos países latinoamericanos, inclusive com o apoio de instituições, privadas ou oficiais, é ignorar as características reais de nossas sociedades e portanto, pecar de ingenuidade."<sup>71</sup>

Entretando, o autor não dá por encerrada a questão e, já em texto posterior, em que trata da educação de adultos no meio rural,<sup>72</sup> recoloca o problema com novas nuances. Reproduz-se aqui sua assertiva central:

"Todavia, dentro das limitações impostas pelo trabalho com as instituições oficiais, há sempre um espaço de ação possível, que é importante aproveitar, se se leva em consideração outros condicionantes históricos..., os recursos materiais disponíveis, a cobertura institucional e o aproveitamento de situações conjunturais. Pode-se então, permitir, a níveis estratégico e tático, encaminhar os programas naquele sentido libertador transformador."<sup>73</sup>

O interesse da questão aumenta com o relato de MARANGON,<sup>74</sup> no

68. PINTO, op.cit., 8.

69. Idem, 8,9.

70. Parafraseado de PINTO, op.cit., 9.

71. PINTO, op.cit., 15.

72. PINTO, *Educação de Adultos e o Desenvolvimento Rural*, 92-4.

73. Idem, 93.

74. MARANGON, *Constatação de Mudanças Resultantes da Reflexão sobre Modelos de Comunicação, em Relação aos Níveis de Participação dos Agricultores Envolvidos em Estratégias de Ação*.

qual constata mudanças de atitudes de extensionistas da EMATER-MG<sup>75</sup> no sentido de uma maior abertura ao diálogo e à participação. Essas mudanças são explicadas pelo autor, como resultantes da conscientização havida entre os extensionistas, a partir da reflexão sobre vários modelos de comunicação e a tentativa de levantamento das oportunidades oferecidas por cada modelo, à realização humana do produtor envolvido nas estratégias de ação local da Empresa.

Em que medida teria sido genuína a participação oferecida pelos extensionistas acima citados? Não seria preferível supor que o que de concreto<sup>76</sup> ocorreu tenha sido um mascaramento das atitudes autoritárias e verticais, no sentido constatado por AMMANN<sup>77</sup> quando discute o aspecto da ideologia que distorce dissimulada ou inconscientemente a ação de desenvolvimento de comunidades de base, na direção dos compromissos de classe (manifestos ou não de seus animadores oficiais)?

Não estaria ainda aquela empresa a exercer uma *prática cultural* (extensão) que refletisse os três sentidos atribuídos por FREIRE<sup>78</sup> ao termo:

a) aquele em que alguém *estende* algo a alguém que não tem, ficando implícitas no termo ações que transformam aquele que recebe em "coisa", objeto da ação extensionista (semântico);

b) aquele em que o ato de *conhecer*, resultante do processo extensionista, transforma um sujeito em objeto dócil, que recebe passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou impõe (gnosiológico); e por fim

c) o sentido em que uma cultura, a cultura do mais forte, invade a cultura do mais fraco (invasão cultural)?

Ou estaria MARANGON a relatar uma prática que identificou comunicação com participação, estabelecendo, assim, uma relação dialógica entre sujeitos iguais, que se encontram no ato de transformar o mundo?

O conceito de participação -- incorporado à práxis como comunicação, educação, pesquisa, ação social comunitária, planejamento e qualquer outra *prática cultural* -- comporta relativizações? coexiste com relações sociais

75. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, responsável pela execução das políticas governamentais de difusão de tecnologia agropecuária e gerencial ao produtor rural do Estado.

76. O termo é utilizado no sentido dado por KOSIK, *Dialética do Concreto*.

77. AMMANN, *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*.

78. FREIRE, *Extensão ou Comunicação?*

dominantes adversas?

Em caso afirmativo, em que medida, com que restrições, e como compreender o termo dentro desse prisma? Em caso negativo, que dizer de relatos otimistas a respeito? Com que bases julgá-los?

Afinal, o que é participação? como estudá-la e como compreendê-la dentro das diversas práticas culturais que fazem o cotidiano dos grupos sociais, em suas relações de opressor-oprimido?

Este capítulo procurou, tão somente, levantar essas questões. Para isso, relacionou autores disponíveis, das mais diversas posições a respeito do tema. Esses autores, preocupados com práticas específicas, trataram do assunto de forma indireta, quando abordavam a participação social em programas oficiais; a comunicação participativa, como instrumento de viabilização de desenvolvimento; o planejamento participativo e a pesquisa participativa.

As questões aqui levantadas, ainda de forma dispersa, deverão ser sistematizadas e desenvolvidas no capítulo seguinte, onde se buscará, através de uma abordagem cultural da comunicação -- e com intencionais referências à extensão rural -- encontrar uma aproximação ao conceito de participação. E em seguida ao de comunicação participativa.

## CAPÍTULO 2

### PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE ESTUDO

O estudo da participação e da comunicação enquanto *práticas culturais* está a exigir uma conceituação tríplice do ambiente conceitual em que se deverá desenvolver. Ele está apoiado em uma opção de definição da natureza e dinâmica das relações sociais em que se dão, porque essas práticas não acontecem no espaço; dão-se entre homens e grupos concretos e reais. Este estudo está apoiado também em uma visão da natureza interna do fenômeno comunicativo, quando aproxima os homens em seu isolamento físico e lhes permite relacionar-se. Por fim subentende um determinado modo como os homens se relacionam para praticar a comunicação: o modo participativo. Quer-se esclarecer brevemente estes três pontos.

Quanto ao primeiro (definição da natureza das relações sociais), assume-se a posição de que a sociedade não se constitui de um conjunto de relações individuais e grupais em equilíbrio e harmonia. A adoção do "modelo de equilíbrio"<sup>1</sup> implica em propor soluções funcionalistas (behavioristas, psicodinâmicas e difusionistas) para os problemas sociais, pelo entendimento de que os conflitos sociais são anormalidade; os que eventualmente existam não passam de aberrações da liberdade de um ou de outro setor, ou do eventual descompasso entre o processo de aprendizagem de um indivíduo e as mudanças institucionais, problemas estes solucionáveis com ajustes nas funções desenvolvidas na estrutura social ou no comportamento individual. Nutre-se, enfim,

da crença de ser possível resolver os problemas sociais através do conhecimento de leis que regem o comportamento humano e das formas de influenciá-lo.

A posição aqui assumida é a de que a mudança e o conflito são forças criativas na sociedade. Todas as unidades da organização social estão continuamente em mudança, a não ser que alguma força intervenha para conter essa mudança. As sociedades são mantidas unidas não pelo consenso, mas sim pela pressão; não pelo acordo universal, mas por formas de coerção de uns sobre os outros. O desenvolvimento social se dá a partir da dinâmica gerada pelo confronto de interesses, individuais e de classes.<sup>2</sup>

Quanto ao segundo (a natureza do processo comunicativo), entende-se a comunicação como um ingrediente orgânico das relações sociais; como o elemento que viabiliza a consciência e as práticas humanas e denuncia a qualidade das relações desenvolvidas nesse meio. Essa comunicação, enquanto *prática cultural*, possibilita a criação e intercâmbio de padrões e estruturas de significado que auxiliarão os homens a interpretar e reinterpretar dialogicamente sua própria prática de transformação do mundo; e enquanto *artefato cultural*, cristaliza toda uma gama de valores e símbolos historicamente produzidos, e denotadores de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas dessa sociedade. A análise deste ingrediente permite interpretar, de forma recorrente, a natureza da sociedade em que é encontrado: sua abordagem, enquanto processo, ou prática comunicativa, permite diagnosticar as estruturas em que se dá, a natureza real das relações entre os interlocutores; ao ser abordado enquanto produto, na forma de artefatos, ele evidencia aspectos culturais do meio social em que o processo se deu, e traz à luz a verdadeira natureza das relações sociais em que se manifesta, porque ele é ingrediente, faz parte dessa natureza.

Finalmente (quanto à natureza da participação), o termo participação não tem sentido, se aplicado para definir ou qualificar uma ação individual, pois acaba por confundir-se com a própria ação. Está, assim, indissoluvelmente associado a *práticas* coletivas. A aproximação a esse conceito implicará inevitavelmente em uma constante recorrência a relações de poder, historicamente desenvolvidas em uma sociedade: suas origens, sua configuração atual e a forma como interage dialeticamente com relações e práticas alternativas emergentes.

- 
1. Sobre o tema "modelo de equilíbrio e modelo de conflito", ver HAVENS, *Methodological Issues in the Study of Development*.
  2. Esta opção, muito sumariamente tratada, reflete o modelo estruturalista não-marxista de conflito, defendido, entre outros por DAHRENDORF, em *Out of Utopia: Towards a Reorientation of Sociological Analysis*.



Essas relações de poder se manifestam na forma como se distribui na sociedade a informação( a possibilidade de acesso a informação e de informar), a possibilidade de julgá-la (conscientização) e o poder de decidir.

O segmento a seguir tem por objetivo propor um caminho para o estudo de *práticas e relações participativas*. Buscará retomar e discutir colocações apresentadas no primeiro capítulo, numa tentativa de sistematização e ampliação das idéias e conceitos ali contidos.

## 1. MATRIZ DE INTENSIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Uma primeira tentativa de compreensão do termo "participação" não pode deixar de passar pelo clássico *tomar parte em*. Entretanto, é igualmente conhecida a insuficiência analítica do termo. Considera-se que uma abordagem mais elucidativa deva responder, pelo menos, às seguintes questões: *quem toma parte em quê, como e com que objetivos*.

A primeira questão (quem) decorre da constatação de que nem todos os componentes de uma comunidade ou grupo podem participar de todas as ações desenvolvidas em seu meio, ao mesmo tempo. Cabe, portanto, a pergunta: como se dá a seleção? A resposta, então, deverá considerar uma gama de aspectos interligados, tais como, as limitações humanas, as opções individuais, as credenciais econômicas, sociais, físicas, intelectuais, etc., exigidas pela natureza da ação proposta, e o jogo de interesses e forças interno e externo ao grupo em apreço.

A segunda questão(em quê), está ligada ao fato de ocorrer, em um mesmo grupo, uma pluralidade de iniciativas concomitantes; ou ainda, ao caráter divisível ou desmembrável dessas iniciativas. Desta forma, a seleção se dá também em função da natureza da ação ou do segmento de ação proposto.

A terceira(como), refere-se a aspectos qualitativos da participação. Pretende obter como resposta a definição do papel desempenhado pelo ator e suas implicações valorativas, em termos de adequação e significância, quer para com a totalidade da atividade, quer para com o ator, enquanto conjunto de interesses e expectativas.

A quarta (com que objetivos), diz respeito às motivações do ator em tomar parte. Liga-se, na maioria das vezes, aos resultados da ação, e às perspectivas de usufruto de seus benefícios. Neste ponto a atenção se volta para a discussão da concretude dos resultados para os atores. Pode-se obter que um resultado esperado se mostre ilusório, mistificado, manipulado, expro-

priado de seu beneficiário legítimo etc. Outro aspecto a considerar relaciona-se à proporcionalidade de sua partilha e ao nível de satisfação daqueles que tomaram parte em sua produção.

Ficou, entretanto, sem definição o termo *tomar parte em*. Talvez porque ele seja algo vago, se não considerados os aspectos acima. De qualquer forma, numa primeira aproximação, propõe-se que "*tomar parte em*" seja "contribuir para a produção de um determinado resultado e dele dispor e usufruir na proporção da própria contribuição (...) é intervir e influir em um determinado processo e compartilhar de seus custos e benefícios."<sup>3</sup>

Do que foi dito acima, quer-se extrair duas perspectivas com as quais se acredita poder sistematizar o estudo da participação em iniciativas complexas,<sup>4</sup> no intuito de se obter uma aproximação segura de seu conceito. Sugere-se, então, sua análise a partir de dois ângulos distintos:<sup>5</sup> aquele em que se vê a seleção dar-se a partir das *condições* -- capacidades, habilidades, aptidões, credenciais, força, etc. -- apresentadas pelo ator e aquela em que o aspecto seletivo determinante seja a natureza do segmento de ação, a exigir qualificações ou *condições*. Para efeitos deste trabalho, esses segmentos chamar-se-ão *etapas da ação* e poderão ser considerados de per si como ações individualizadas.

A partir desses dois prismas de uma mesma realidade, estabelece-se uma matriz simples em que eles são combinados, no sentido de se obter uma perspectiva mais clara e completa do jogo de poder -- que define eleição e exclusão -- em que os homens se lançam, para cada *etapa* da tarefa proposta, e sua influência no processo de apropriação e usufruto dos resultados. Assim, tanto mais *intensa* será a participação de um ator, quanto maiores *condições* reunir de *tomar parte em* um maior número de *etapas* de uma mesma atividade. Graficamente, essa matriz se apresentaria da seguinte forma:

		ETAPAS DA AÇÃO		
		A	B	C
CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	A <sub>1</sub>	---	---	---
	B <sub>1</sub>	---	---	---
	C <sub>1</sub>	---	---	---

Fig. 1. Matriz de Intensidade de Participação

- 
3. PROCENGE, *A organização do Planejamento Participativo*, 4. Nesta mesma linha, AMMANN, *Participação Social*, 61, propõe: "Participação é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada".
  4. Entende-se por "iniciativas complexas", aquelas atividades divisíveis em passos, etapas, fases etc. distintos e complementares.
  5. Tratam-se de ângulos teóricos, para efeitos de análise, apenas.

A análise dos subsídios fornecidos pelos autores que tratam do tema deverá fornecer elementos para a determinação das *condições para a participação e etapas da ação* em que a participação deve ocorrer.

### 1.1. *Condições para Participação*

Talvez pareça elementar lembrar que as possibilidades de participação individual em atividades comunitárias ou grupais são limitadas. Há uma série de fatores independentes da vontade do grupo ou do indivíduo, que aparecem como elementos de seleção. Apenas a título de exemplificação, pode-se sugerir alguns poucos. A ausência exclui um ator de uma ação qualquer; a falta de tempo, por motivos vários, igualmente. A falta de capacidade técnica ou condições físicas pode deixar fora da equipe um atleta, assim como a mudez desqualifica um pretendente ao cargo de corista, e a timidez, o concorrente ao papel de galã de um filme.

Pode-se argumentar que os exemplos acima, apesar de aparentemente óbvios, podem tornar-se discutíveis, ao se inserirem em uma situação concreta. Entretanto, conquanto se concorde com a objeção, procurar-se-á desviar-se desta linha para outra, de maior interesse imediato; aquela em que a seleção decorre mais diretamente da dinâmica de forças que emergem das relações desenvolvidas pelos integrantes de um grupo em sua *prática* de transformação do mundo. O que se quer, portanto, é dar alguns passos na direção do que se poderia chamar de rudimentos de uma sociologia da participação, a partir de uma ótica que tenha em foco a ação histórica e cultural do homem em sociedade.

Dentre as inúmeras *condições* culturais desenvolvidas pelo homem para tomar parte em atividades grupais quer-se discutir três, ainda que de uma forma incipiente: o *saber*, o *querer* e o *poder*.<sup>6</sup>

#### 1.1.1. Saber

O conhecimento, assim como a necessidade, é condição indissociável da ação. Em termos absolutos, sem conhecimento o ser humano não se move; não anda, não fala, não pensa. Analogamente, a participação genuína só se dá a partir do conhecimento da atividade proposta, em todos os seus aspectos, tais como sua natureza (física, econômica, intelectual, esportiva, recreativa, po-

---

6. Estas três categorias gerais são sugeridas por CHANTRAN, *Le Développement Rural Peut-il se Fonder sur la Participation?* 7, embora com conotação diversa da aqui apresentada, e sem preocupação de desenvolvimento. O texto em que aparecem é citado adiante.

lítica, educacional etc.); seus objetivos; os recursos disponíveis (materiais, humanos, financeiros, etc.); a origem da idéia (que pode ser interna ou externa ao grupo, pode ser oriunda de interesses reconhecidos ou não pela maioria, etc.); os benefícios ou resultados esperados, bem como a forma de sua partilha, entre outros.

O acesso à informação<sup>7</sup> se torna elemento crítico na medida em que pode determinar se uma pessoa que *toma parte em* determinada prática coletiva participa -- na acepção que se propõe do termo -- ou não. Sem informação, ou com insuficiência dela, pode-se chamar "participação" a atividade em que o indivíduo coopera com outros em sua dominação ou destruição. São frequentes, em nossa literatura, relatos grotescos de personagens que, em determinadas circunstâncias "participam" da construção de armadilhas, sem saber que lhes serão destinadas. É o caso típico da já folclórica imagem do "boi de piranha", que toma parte, com destaque, da travessia do rio.<sup>8</sup>

Tem-se aqui como resultado parcial, que o simples "tomar parte em" não garante a participação genuína, e que esta vincula-se diretamente ao conhecimento da ação proposta. Entretanto, avulta a importância da discussão de aspectos ligados à viabilidade da informação, a partir da objeção que alguém faria, no sentido de que é impossível que todos os membros do grupo tenham o mesmo nível de conhecimento sobre uma mesma prática, quanto mais não seja, pelas próprias diferenças individuais. Na realidade, o que se sugere neste segmento é que a informação sobre a atividade proposta esteja, em qualidade e quantidade, acessível a quem dela se julgar necessitado; propõe-se a democratização da informação, que envolva, entre outras coisas, a possibilidade virtual de acesso físico e intelectual a ela e a possibilidade de amplo debate a respeito, de forma que se possa corrigir, ampliar e consolidar o conhecimento.<sup>9</sup>

Os desvios desses padrões não são difíceis de antever, tendo em

---

7. Entende-se aqui informação, como o conteúdo do processo dialógico ou comunicativo. Aquilo que é criado, intercambiado, partilhado, trocado, etc., numa relação social.

8. O boi velho é sacrificado, entrando primeiro no rio, para que os outros, mais acima, passem com segurança.

Este tipo de participação, que UTRIA, *El Proceso de Desarrollo y la Participación Popular*,<sup>2</sup> chama de "passiva" e sem significado, é, também, analisado por BRANDENBURG, *Liderança, Extensão Rural e Mudança Social*, quante ao seu aspecto manipulado. Ver capítulo 1 deste trabalho.

9. A respeito do tema Acesso e diálogo, vem BRAATZ, *A Validade da Gerência Participativa na Cultura Latina*, BELTRÁN, *Farewell to Aristotel: Horizontal Communications*, e nota 65 do 1º capítulo deste trabalho. Também, sobre a concreticidade desse "saber", discutir-se-á mais adiante.

mente os conflitos de interesses inerentes ao convívio social e os desníveis de poder daí resultantes.

Um desses desvios pode ser caracterizado pela manipulação da informação. Um elemento omitido, uma especificação trocada, um depoimento falso, e tantas outras ocorrências corriqueiras podem levar a decisões e atitudes desvantajosas para quem decide; podem levar a "tomar parte em", quem jamais participaria, se inteirado dos fatos corretos; podem levar a um desbalanceamento na partilha dos resultados da ação coletiva, que favoreça ao manipulador.

De fato, se a manipulação é danosa para o lado mais fraco, é também tão antiga quanto o homem. Entretanto, com o crescimento e complexificação de nossas sociedades emerge uma forma nova e peculiar de manipulação da informação. Trata-se de mecanismos que possibilitam o julgamento e seleção das informações destinadas a populações inteiras, chamadas de "massas". Esse mecanismo se dá pela propriedade privada e uso *exclusivo* dos meios de comunicação de massa. A posse, nas sociedades capitalistas, desses canais de informação, por parte de grupos de interesses faz com que as mensagens reflitam a ideologia desses grupos, que é, basicamente, a ideologia das classes dominantes. A seleção das informações se dá, então, a partir de critérios bastante polarizados de relevância social. A notícia, sob este prisma, passa a ser definida como aquele fato ou evento considerado importante pela ótica de determinado grupo ou classe social.<sup>10</sup> Essa Indústria Cultural é uma das formas utilizadas pelas classes dominantes para uma padronização cultural que incuba as diferenças de privilégios existentes e cada vez mais concentrados nas mãos dessas mesmas classes.

Não é desconhecido o ditado "quem detém a informação detém o poder". Por quê? Entre outras coisas, porque quem sabe mais, e pode influir no que os outros podem saber, tem controle sobre os outros. Por esta razão, a participação genuína não pode se dar sem igualdade de oportunidade de acesso a informação, pois sem isso, ocorrerá que uns dominarão e outros obedecerão, e a participação se reduzirá a *tomar parte em*.

Qualquer proposta de participação, que se queira genuína<sup>11</sup> terá que considerar seriamente o jogo de poder que se manifesta na sociedade, e utilizar a informação como elemento *parcial* de neutralização das disparida-

10. Um bom desenvolvimento do assunto pode ser encontrado em CAPRILES, Venezuela: *Política de Comunicación o Comunicación Alternativa?*

11. Pode ocorrer que se proponha uma participação relativa, ou "psicológica", como o faz BRAATZ; op.cit, 75, que se resume em oferecer o "tomar parte em" com propósitos manipulativos. Posição parecida pode ser encontrada em DEMO e CORNELLY, obras citadas.

des existentes.<sup>12</sup> Para isso, sugere-se que se considere seu duplo aspecto: aquele em que o "saber" confere poder, e aquele outro em que o poder tende a acumular e a monopolizar o "saber". Estes dois aspectos tendem a assumir uma dinâmica viciosa, motivo pelo qual não se resolvem espontaneamente, necessitando, portanto de soluções conscientes e de alcance estrutural.<sup>13</sup>

### 1.1.2. Querer

Na discussão do tópico anterior parece ter ficado suficientemente claro que a informação instrumentaliza o indivíduo ou grupo a decidir sobre se lhe convém tomar parte na atividade proposta ou não. A esse respeito, UTRIA põe como condição a uma participação autêntica que, entre outras coisas, ela seja *deliberada*, no sentido de que resulte de um processo de convicção, de um impulso espontâneo e de meios livremente escolhidos.<sup>14</sup>

Salvo por engano -- e isso acaba-se de discutir --, ninguém se mobiliza à ação senão por interesse ou necessidade; ou seja, pela perspectiva de obtenção de benefício ou vantagem, de qualquer natureza. Isto quer dizer que a motivação é o elemento dominante desse processo. Entretanto essa constatação não esgota o assunto, porque pode-se distinguir, para efeitos de argumentação, dois tipos de estímulos motivadores: positivos e negativos. Os dois -- do ponto de vista quantitativo do resultado --, igualmente eficientes.<sup>15</sup>

Um estímulo forte, e que pode, paradoxalmente, se apresentar como perspectiva de obtenção de vantagem, é a ameaça, da qual se precisa escapar. Em situação de pressão, pode parecer a alguém vantajoso, sob algum aspecto, *tomar parte em ações* que não lhe ofereçam quaisquer vantagens, senão o alívio

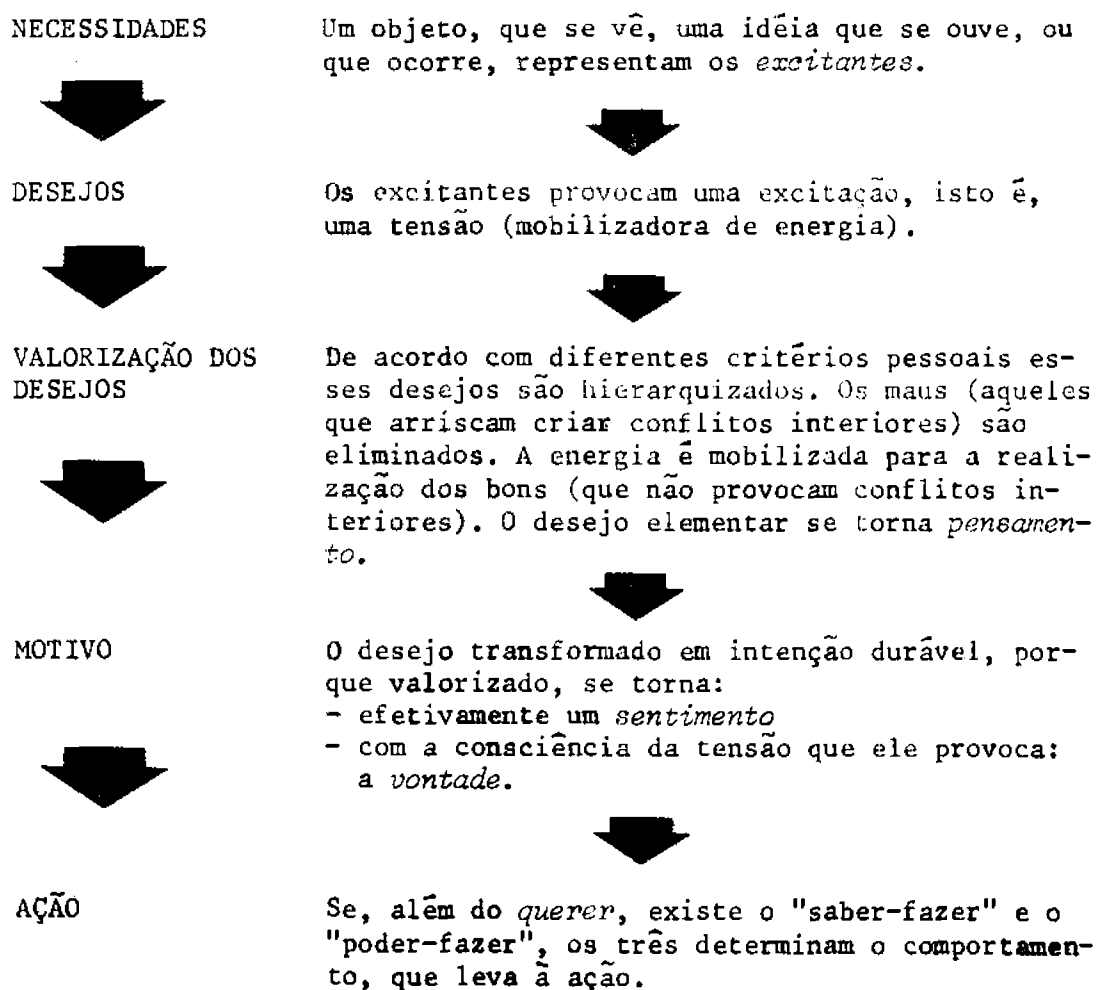
- 
12. Esta não é a única condição para a participação genuína. Há outras, com as quais se combina e confunde, que serão analisadas mais adiante. É tese deste trabalho que a oferta ou disposição de apenas uma ou outra condição pode levar a uma falsa impressão de participação: esta não é um *somatório de condições e etapas*; é mais que isso: uma nova forma de relacionamento social que se apóia em uma diferente concepção da natureza do homem, da vida e da felicidade.
  13. Sobre mudanças de alcance estrutural, ver SANTOS, *Educação e Desenvolvimento*, 5-11.
  14. UTRIA, *op.cit.* 2-3.
  15. KRECH, CRUTCHFIELD e BALLACHEY, *O Indivíduo na Sociedade*, afirmam ser possível distinguir dois tipos de forças motivadoras: o positivo e o negativo. O primeiro impele uma pessoa para determinados objetos ou condições. O segundo repele uma pessoa para longe de determinados objetos ou condições. "Contudo, os dois tipos de forças têm um significado semelhante -- ou talvez idêntico: os dois são vistos como forças iniciadoras ou mantenedoras do comportamento".

de tensão ou o escape da ameaça. Numa palavra: a motivação que os negros brasileiros tiveram para "participar" na construção deste país foi o chicote. Considera-se, entretanto, que esse tipo negativo de estímulo pode assumir formas mais brandas, tais como a simples privação de vantagens, a perda de lucro, o deixar de ganhar, a perda de prestígio etc.

De qualquer maneira, pode-se estabelecer que o "querer" se relaciona a um julgamento subjetivo em que são considerados os esforços (ou custos) despendidos na ação, em comparação com as vantagens<sup>16</sup> (benefícios) auferidas.

O processo de motivação é esquematizado a seguir, a partir de P. Diel,<sup>17</sup> que estabelece como pré-requisito para seu início, um conhecimento prévio:

#### Quadro 1. O Processo de Motivação



16. Ver página 3, neste capítulo.

17. DIEI, P. *Psychologie de la Motivation*, Paris, P.U.F., citado por CHANTRAN, op.cit, 8.

É interessante notar que esse processo está presente, também em toda técnica de persuasão, manifestando-se em mecanismos de hipertrofiação dos desejos. Qualquer corretor mediano conhece a sigla AIDA (atenção, interesse, desejo e ação), utilizada com maior ou menor sutileza no "malho do cliente".<sup>18</sup>

A partir do conhecimento do processo motivacional, e do fato de que a participação resulta de processo lógico em que se pesa os custos em relação aos benefícios, torna-se difícil, em princípio, concordar com CHANTRAN,<sup>19</sup> quando afirma ser natural do homem a apatia e a tendência a não participar. De qualquer forma, julgou-se de extrema relevância a reprodução de seu argumento, para estímulo à reflexão. Ei-lo, na íntegra:

"A experiência mostra igualmente que para ter um comportamento participativo, é preciso *saber, poder e querer*. Mesmo se as duas primeiras condições são reunidas, é bem conhecido que a tendência natural do homem é de abandonar-se aos acontecimentos, a suportá-los, a ficar esperando que uma reviravolta da sorte traga uma satisfação que ele deseja, mas para a obtenção da qual está frequentemente pouco disposto a trabalhar. O que vale dizer que no nosso mundo moderno, a recusa das responsabilidades é uma dominante importante do comportamento humano e que a insatisfação, quando se torna intolerável, se traduz, não raro, por uma contestação global estéril sem a aceitação dos encargos que representariam as tomadas de decisão realistas e construtivas.

Prefere-se a dependência, posição confortável que permite afrontar, ao menos em palavras, a responsabilidade, fonte de inquietude, senão de angústia. É mais confortável continuar em posição de dominado -- que permite a expressão de uma agressividade ao menos verbal sem consequências catrastrofais (esta é a posição do cidadão em face do governo, dos filhos diante de seus pais, dos agricultores diante do extensionista) conservando uma situação quieta, porque sem mudanças perturbadoras não desejadas sinceramente --<sup>20</sup> que aceitar a angústia de uma tomada de responsabilidade que comprometa o equilíbrio presente e vindouro.

Toda tensão interna é traumatizante e a responsabilidade cria a tensão. Ora a participação é a aceitação de responsabilidades".

Seria real, o quadro acima pintado? Ou não seria mais correto supor que a participação oferecida -- e da qual os cidadãos acima já estão cansados -- difere, essencialmente, daquela proposta neste trabalho?

---

18. Jargão, que significa o processo de convencimento de um comprador em potencial.

19. CHANTRAN, op.cit., 7.

20. Todo o trecho entre os travessões está, no original francês, entre vírgulas. Preferiu-se esta forma para facilitar a leitura.



### 1.1.3. Poder

Esta *condição* para a participação pode ser compreendida de duas formas distintas: aquela que designa capacidade ou habilidade pessoal para tal e aquela que indica permissão, aquiescência de alguma autoridade superior.<sup>21</sup> Por se entender que a participação genuína é aquela em que o indivíduo assume responsabilidades e toma parte espontaneamente, a partir de suas motivações que pressupõem um conhecimento (saber) satisfatório do projeto proposto, estudar-se-á aqui os dois aspectos acima. O primeiro, sob o prisma das capacidades que o indivíduo ou grupo reúne para criticar o "saber" obtido -- incluindo nele a informação oculta, inexistente ou manipulada --, proporcionando como resultado um "querer" realmente condizente com seus interesses primeiros e concretos. O segundo, discutindo o jogo explícito e implícito de poder que envolve a seleção em si, e pretende influir na *intensidade* da participação. Parte-se aqui da experiência de que em uma sociedade desigual o "saber como fazer", a disposição para tal, e a capacidade ou habilidade pessoal ou comunitária não são suficientes. Há que se analisar o aspecto político da participação (as possibilidades reais de intervenção).

#### 1.1.3.1. Possibilidades de crítica

A discussão deste tema requer uma breve digressão sobre a natureza do conhecimento e da realidade; requer que se proceda a considerações sobre as possibilidades de acesso ao "ser", à "coisa em si". Para isso, apoiar-se-á na apresentação que KOSIK<sup>22</sup> faz sobre as duas formas de conhecimento: a "*representação*" e o "*conceito*". O "ser", aqui, seria a informação (saber).

Um primeiro aspecto da distinção entre essas duas formas ou "graus" de conhecimento -- e de imediato interesse para esta discussão -- é sua correspondência às "qualidades" da *praxis* humana: a *representação* refere-se à *praxis* utilitária, cotidiana ou fetichizada, que se manifesta no "mundo da pseudoconcreticidade", e o *conceito*, à *praxis* transformadora, revolucionária. Neste sentido, a *representação* é fruto da captação pelo indivíduo "em situação", em sua atividade prático-sensível, de aspectos apenas fenomênicos externos da realidade, isolados de sua essência. A *representação* não atinge totalmente a realidade, porque não capta a "lei do fenômeno", a "estrutura da

---

21. No inglês, esta distinção se apresenta nos verbos "can" e "may".

22. KOSIK, *Dialética do Concreto*.

coisa", a sua essência. Compreender -- prossegue o autor -- é captar a unidade do fenômeno e da essência. Isso porque, conquanto o fenômeno não seja radicalmente diferente da essência e esta não seja uma realidade pertencente a uma ordem diversa da do fenômeno, de forma que, sem o fenômeno, que é a manifestação externa da coisa, a essência seria inatingível, "o fenômeno indica a essência e ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário".<sup>23</sup>

A partir das *representações*, captadas na *praxis* cotidiana, utilitária, fetichizada, do "mundo da pseudoconcreticidade", a diferença entre a essência e o fenômeno desaparece, sendo a coisa tomada pelo fenômeno, como sendo essência, e vice-versa. "Por isso, a essência pode ser tão irreal quanto o fenômeno, e o fenômeno tanto quanto a essência, *no caso em que*<sup>24</sup> se apresentem isolados e, em tal isolamento, sejam considerados como a única e "autêntica" realidade."<sup>25</sup>

O "mundo da pseudoconcreticidade", segundo o autor analisado, resulta de *representações* criadas por aqueles grupos que efetivamente determinam as condições sociais. "A *praxis* de que se trata neste contexto é historicamente determinada e unilateral, é a *praxis* fragmentária dos indivíduos, baseada na divisão do trabalho, na divisão da sociedade em classes e na hierarquia de posições sociais que sobre ela se ergue".<sup>26</sup> A esse mundo pertencem:

" -o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;

- o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da *praxis* fetichizada dos homens (a qual não coincide com a *praxis* crítica revolucionária da humanidade);

- o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *praxis* fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;

- o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecidos como resultados da atividade social dos homens."<sup>27</sup>

Por outro lado, o *conceito* da coisa, ou seja, da unidade do fe-

---

23. KOSIK, op. cit, 11.

24. Grifo do autor.

25. KOSIK, op.cit., 12

26. Idem, 10.

27. Idem, 11.

nômeno e da essência, significa conhecer-lhe a estrutura. "A característica principal do conhecimento consiste na decomposição do todo (...). O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa".<sup>28</sup> A partir de então o desvelamento da coisa se processa com um "movimento" que se inicia no abstrato e ascende ao concreto, da seguinte forma:

- da parte para o todo e do todo para a parte;
- do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno;
- da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade;
- do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto.

A partir dessas considerações, têm-se que as possibilidades de desenvolvimento de uma percepção concreta da realidade; do desenvolvimento de uma consciência crítica está diretamente relacionado com a *praxis* produtiva do homem, que por seu turno, é, em grande parte, produto dessa *praxis*. Em outras palavras, sua consciência é, ao mesmo tempo uma produtora de cultura e produto dela. É atuando sobre seu meio que o homem pode compreendê-lo em sua totalidade concreta, e compreendendo-o poderá transformá-lo, e ao mesmo tempo reinvestir em sua consciência.<sup>29</sup> Ora, se é assim, as oportunidades de desenvolvimento de uma consciência crítica são geradas no próprio relacionamento social e estão condicionadas ao âmbito de uma estrutura social. Esta, parece ser também a ótica de FREIRE<sup>30</sup> que, interessado no homem brasileiro, busca as causas histórico-estruturais de sua dificuldade de participação. O autor afirma que "o Brasil nunca experimentou aquele senso de comunidade, de participação na solução de problemas comuns, senso que se instala na consciência do povo e se transforma em sabedoria democrática".<sup>31</sup> Concluindo sua retros-

---

28. Idem, 14.

29. Essa idéia é claramente colocada por Paulo Freire, em "Education as Cultural Action: an Introduction", 110. "Entretanto, na medida em que os homens, em sua relação dialética com o mundo, o transformam por meio de seu trabalho, são condicionados pelo produto de sua ação" Citado por LIMA, V., *Comunicação e Cultura: as Idéias de Paulo Freire*, 83 e 107-8.

30. FREIRE, *Educação como Prática da Liberdade*, 65-83. Em todo este capítulo estuda as bases culturais e históricas de nossa "inexperiência democrática".

pectiva histórica de nossa herança colonial, ele resume seu argumento com a indagação:

"Onde buscarmos as condições de que tivesse emergido uma consciência popular (...) crítica, sobre a qual se tivesse podido fundar autenticamente o mecanismo do estado democrático, mesianicamente transplantado? No nosso tipo de colonização à base de grande domínio? Nas estruturas feudais de nossa economia? No isolamento em que crescemos, até internamente? No todo-poderosismo dos senhores das "terras e das gentes"? Na força do capitão-mor? Do sargento-mor? Dos governadores gerais? Na fidelidade à coroa? Naquele gosto excessivo de "obediência", a que Saint-Hilaire se refere como sendo adquirido pelo leite mamado? Nos centros urbanos criados artificialmente? Nas proibições inúmeras à nossa indústria, à produção de tudo aquilo que afetasse os interesses da Metrópole? Nos nossos anseios, às vezes até líricos, de liberdade, sufocados, porém, pela violência da Metrópole? Na inexistência de instituições democráticas? Na ausência de circunstâncias para o diálogo em que surgimos, em que crescemos? Na autarquização dos grandes domínios, sufocando a vida das cidades? Nos preconceitos contra o trabalho manual, mecânico, decorrente da escravidão e que provocavam cada vez mais distância social entre os homens? Nas Câmaras e Senados municipais da Colônia, vivendo de eleitos cujos nomes deviam estar inscritos nos livros da nobreza? Câmaras e Senados de que não podia participar o homem comum, enquanto homem comum? No descaso à educação popular a que sempre fomos relegados? Na força das cidades, fundada no poderio de uma burguesia enriquecida no comércio, que substitui o poder do patriciado rural em decadência?"<sup>32</sup>

A questão que surge então é: como superar esse legado cultural -- onde quer que ele exista, e na forma como se manifeste -- e obter a consciência crítica necessária para a ascensão do "tomar parte em" para o participar? FREIRE<sup>33</sup> pensa que não será na educação institucional e sistemática a que se recorreria quase que instintivamente, porque a educação, enquanto instituição também é resultado dos interesses dos que detêm o poder:

31. Este trecho encontra-se em FREIRE, *Education for Critical Consciousness*, New York, 1973, 24-5, uma versão resumida e adaptada do segundo capítulo de *Educação como Prática da Liberdade*. Utilizamos aqui a citação de LIMA, V., op.cit., 84.
32. FREIRE, *Education for Critical Consciousness*, 28-9, citado por LIMA, V., op. cit., 84.
33. FREIRE, *Alfabetização de Adultos: É ela um Quefazer Neutro?* 65. Esclarece-se que a defesa desta posição só se dá em tese. A esse respeito existe atualmente grande polêmica sobre as possibilidades de emergência de uma educação libertadora a partir do sistema educacional formal, polêmica esta que deu origem a este trabalho. Este autor acredita que sim, com a restrição de que seja compreendida como fenômeno não hegemônico (ou contra-hegemônico) de resistência à dominação.

"De fato, nenhuma sociedade se organiza a partir da prévia existência de seu sistema educacional, ao qual caberia, então, a tarefa de concretizar um certo perfil de ser humano que, em seguida, poria a sociedade em marcha. Pelo contrário, o sistema educacional se faz e se refaz no seio da prática social que se dá na sociedade."

No intuito de não fugir aos limites deste trabalho -- e deste segmento, especificamente --, propõe-se apenas uma linha de ação geral para o enfrentamento do problema:<sup>34</sup> que se utilize a participação como um caminho para a superação do estado de acriticidade. Se a consciência acrítica se dá por uma herança autoritária e pela introjeção do verticalismo, do paternalismo, do protecionismo etc., haverá também de ser superada pela prática libertadora do diálogo e da participação. Mesmo que, a princípio, prejudicada pela própria dificuldade de crítica do "saber", e portanto, *pouco intensa*, a prática participativa, buscada genuína em seus outros aspectos, gerará um aspiral ascendente, na direção da "concreticidade". Isso, porque o conhecimento se dá pela *praxis* transformadora.<sup>35</sup> Ora, o fato de a participação genuína só ser possível com a possibilidade de crítica não impede que se invista, ainda que inicialmente de forma artificial, na prática participativa como forma educativa de se alcançar a criticidade.<sup>36</sup> Não seria este o sentido da afirmação de FREIRE, ao dizer que o senso de participação se instala na consciência do povo e se transforma em sabedoria democrática?<sup>37</sup>

34. A bibliografia das notas 31 a 33, acima, trata exaustivamente do assunto, sob o título de *ação cultural*.

35. "Não é possível compreender imediatamente a estrutura da "coisa em si" mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada *atividade*" (grifo do autor). KOSIK, op.cit., 22.

36. A esse respeito, LIMA, S., *Participação Social no Cotidiano*, 57, afirma que "o exercício crítico é (...) um aspecto fundamental da conscientização, e supõe a atividade contínua do pensamento e a participação concreta dos homens no seio dos grupos e na sociedade. Dessa forma, conscientização e participação podem ser compreendidas como elementos de um único movimento, que se efetiva na medida em que o homem se coloca como ser criador, que interfere e transforma o mundo através da ação". KOSIK, op. cit., 22-3, adverte, entretanto sobre a necessidade de se compreender adequadamente essa prática, de forma a evitar distorções: "Não é possível penetrar na "coisa em si" e responder à pergunta -- que coisa é a "coisa em si"? -- sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida; ao mesmo tempo, essa análise deve incluir também o problema da *ariação* (grifo do autor) da atividade que estabelece o acesso à "coisa em si".

37. FREIRE, *Education for Critical Consciousness*, 24-5, citado por LIMA, V., op.cit. Ver nota 31 deste capítulo.

### 1.1.3.2. Possibilidade de intervenção

Há ainda uma questão não discutida que perpassa toda a discussão anterior e que se considera importante ser colocada, como caminho para o prosseguimento desta análise.

Ao se entender que a participação genuína se apóia no conhecimento crítico da prática em questão, procurou-se demonstrar seu caráter dialético, que se manifesta no fato de que esse conhecimento crítico se obtém através da participação, concebida como uma forma de ação cultural. A questão que daí decorre pode ser verbalizada assim: em que momento dessa dinâmica dialética se produz a qualidade interna e espiritual no homem que o faz desejar a justiça e a igualdade? Onde e como se dá o fenômeno pelo qual o dominado, ao se libertar -- pelo investimento em sua consciência -- e libertar o dominador dessa posição, deixará de querer jogar o mesmo jogo, agora em posição mais favorável? Em que momento a conscientização<sup>38</sup> apaga o rancor do oprimido e faz com que este, eventualmente guindado a uma posição de poder, abra mão de seus interesses e privilégios espontaneamente? Em uma palavra: existe relação direta entre conscientização e desenvolvimento de atitudes participativas e democráticas?

Este autor acredita que este passo qualitativo não se dá, enquanto resultado da conscientização, porque negaria o próprio processo dialético e conflitivo do desenvolvimento social. Não seria um resultado a esperar do processo de tomada de consciência, por ser manifestação fenomênica de realidade de ordem diversa desse processo. Fica, então, uma questão a ser tratada, e que foge ao escopo deste trabalho: que circunstâncias histórico-sociais, econômicas, psicológicas, espirituais etc., favoreceriam o florescimento no homem, daqueles valores? Estariam eles ligados a uma determinada ordem econômica? a uma estrutura social? a um regime político? a um credo religioso?

Uma pesquisa nesta linha encontraria, certamente, algumas questões de difícil resposta. Uma delas poderia ser a seguinte: seria teoricamente possível que uma sociedade gerasse um corpo de leis que lhe garantisse, na prática, a eliminação da opressão social? Neste trabalho, prevalecem os determinantes estruturais na formação social da consciência humana, de onde se

---

38. Entendida aqui (com AMMANN, *Participação Social*, 34) como um processo pelo qual os indivíduos ou grupos passam a compreender as relações sociais que se estabelecem em uma sociedade historicamente determinada e a atuar criticamente ao nível dessas relações.

prossegue este estudo: a análise do jogo de poder em que se dá a participação.

Não basta ter acesso crítico a informações completas sobre a atividade em que se quer julgar a conveniência ou não de se tomar parte; não basta, tão pouco, que os benefícios compensem o esforço e que os meios sejam adequados e acessíveis. É necessário que ao indivíduo ou grupo seja garantido o direito de *intervir* criticamente em todas as fases do processo, quer para ratificar, quer para modificar ou negociar as decisões e ações, no sentido de seus interesses. E a garantia ou não desses direitos se situará ao nível das relações de poder que se desenvolverão na sociedade.<sup>39</sup> Neste sentido, participar assume a conotação de "dispor de e exercer um poder para decidir a respeito de um processo, para executar e gerenciar esse processo e para usufruir dos seus benefícios e assumir os custos correspondentes".<sup>40</sup>

Quer-se aqui reduzir o que se chama de *intervenção* a duas formas de *expressão crítica*: a verbal e a comportamental.

A intervenção verbal se dá ao se fazer ponderar e levar em consideração, no processo decisório, motivos e argumentos que reflitam interesses relacionados a meios, finalidades e resultados da ação. A crítica, anteriormente analisada como uma capacidade para participar, aqui aparece em sua manifestação prática e social, defendendo posições, apontando erros, negociando meios e fins e influenciando na definição da forma final a ser assumida pela ação ou *etapa* dela.

Conquanto toda expressão verbal seja, por definição também comportamental, quer-se utilizar esta última para designar a atuação concreta do ator na ação propriamente dita ou na *etapa* em que vá tomar parte. Neste sentido o indivíduo ou grupo *age* conscientemente, no sentido de seus interesses e dos interesses do grupo, tomando decisões ou influenciando nelas, ao nível de suas *condições*, ou ainda acatando-as, conforme a *etapa* em que esteja atuando, no sentido de obter o máximo desse desempenho em relação aos resultados fi-

39. AMMANN, op.cit., 27, afirma que "a intensidade de participação social pode ser ampliada ou reduzida em decorrência de condições propiciadas a nível societal e ainda por razões que se colocam na área da conscientização. Em ambos os níveis essas condições podem exercer um papel de facilitação ou bloqueio ao processo participativo. Reputamos, entretanto, mais relevantes os requisitos de nível societal, pois, em última instância, a maior ou menor oportunidade de participação social é determinada pelo tipo de relações sociais que vigora na sociedade". Acredita-se, entretanto, que a conscientização tem a propriedade interna de influir nessas relações sociais, se entendida como resultado de uma *praxis* transformadora, razão porque se lhe dá algum destaque neste trabalho.

40. PROCENGE, op.cit., 4.

nais da ação. Na *etapa de execução*, não se limita a cumprir ordens ou a acatar acordos: ele terá participado da elaboração das recomendações, especificações, procedimentos, critérios etc., sendo, portanto capaz de avaliar, criticar e criticar-se, e conferir ao seu trabalho a expressão máxima de sua capacidade e interesse.

Há algumas questões ligadas a esse nível de análise da participação, que se quer apresentar para discussão.

A primeira, discute sua autenticidade em relação a dois aspectos de sua natureza política: a *participação permitida* em contraposição à *participação conquistada*. Até que ponto se poderia considerar autêntica uma *expressão crítica* que, por hipótese, se manifeste dentro de um quadro definido de limites de autonomia, iniciativa e poder, quadro esse estabelecido por uma força maior que não se anula para o processo de participação, e que pode, por isso mesmo, a qualquer momento modificar esse quadro para seu benefício e na proteção de seus privilégios? Parece claro que, se a proposta de participação não vem acompanhada de uma proposta de igualamento, em termos de poder, o que se está a oferecer é o "*tomar parte em*". Por outro lado, esse igualamento não pode ser *concedido*. A concessão pressupõe que alguém que tem algo, abre mão desse algo, ou parte dele. Essa concessão implica, então, em inferiorização de quem recebe. Ao contrário, é preciso que a igualdade seja irrestrita e *reconhecida*, indicando que aquele que a recebe, apenas recupera algo que já lhe pertencia por direito, não recebendo nenhum favor. É legítimo supor, então, que este último caso dificilmente se dará sem conflito, pois, salvo por abnegação, ninguém abre mão de seus interesses sem pressão ou ameaça.

Há que se considerar, entretanto, as manifestações atípicas e intermediárias desse processo: aquelas que se dão pela conquista de espaços abertos pelas ambiguidades inerentes às relações sociais e aquelas resultantes de conquistas parciais, obtidas por núcleos de pressão, com que barganham os grupos dominantes. Acredita-se que estas conquistas sejam tão reais quanto efêmeras. Não devem ser, entretanto, desprezadas.

A segunda, discute seu aspecto *comunitário*, em contraposição ao *político*. DIAS<sup>41</sup> entende que o primeiro está ligado, em última análise à adesão a planos verticalmente traçados, enquanto o segundo possibilita a elaboração de propostas próprias. "Somente a segunda é capaz de gerar a motivação necessária para uma participação efetiva: a primeira faz parte da estratégia de dominação e a extensão do controle social que ela determina, inviabiliza a mudança que pretende provocar".

---

41. DIAS, *Algumas Considerações sobre o Processo de Participação*, 5.



De fato, do primeiro tipo de proposta, CORNELY<sup>42</sup> pode ser eleito um bom representante. Afirma entender a "participação comunitária como incorporação dos responsáveis locais nos planos do governo". Sua argumentação é a de que

"Hoje se admite que a participação é um produto e como tal exige insumos, devendo, pois, ser induzida pelos técnicos e pelo governo. (...) Noutros termos, os grupos dirigentes locais são induzidos pelos técnicos do governo a atuarem de forma racional e eficaz para acelerar o desenvolvimento e, dessa forma, o integrarem nos planos do mesmo governo".<sup>43</sup>

Fica evidente, ao analisar o texto acima, que a perspectiva de participação *comunitária*, defendida neste trabalho de CORNELY, não tem quaisquer implicações em "saber", pois esse "detalhe" já vem resolvido pelos técnicos, que já trazem pronta a fórmula do que seja uma "atuação racional" e "eficaz" e do que seja "desenvolvimento", para efeitos da comunidade em questão. Quaisquer informações adicionais serão convenientemente "tratadas", no sentido de produzirem o efeito desejado, tal como a redução de resistências.

Também não há que se angustiar com o "querer". O processo motivacional pode ser elaborado de forma adequadamente persuasiva, com a aplicação científica da fórmula "AIDA".<sup>44</sup> Desta maneira os dirigentes locais, que são os líderes das comunidades, darão o exemplo de "abertura às iniciativas oficiais", através de um processo de "indução", e serão seguidos pelos demais.

A respeito de "poder", não haverá problemas. A consciência crítica não será necessária, porque se o projeto lhes é levado pelo técnico, que tem formação superior, é porque é bom.

E quanto à "intervenção", é justamente o que se oferece; contanto que dentro de certos limites e prescrições, a critério do técnico, que otimizarão a ação, proporcionando um máximo benefício.

Quer-se crer que na passagem acima, o autor esteja a propor que a comunidade "*tome parte nos*" planos do governo, e utiliza o termo *participação* inapropriadamente.

Em contraposição a esse entendimento do termo *participação comunitária*, alguns autores propõem a *participação política*. Dentre eles, quer-se apresentar o argumento de DEMO e UTRIA.

Ao tornar claro que a participação implica em igualdade de inter-

---

42. CORNELY, *Planejamento e Participação Comunitária*, 23.

43. Idem.

44. Ver item 1.1.2. deste capítulo.

venção entre todos os atores de um processo -- lembrando, entretanto que a igualdade absoluta é utópica --, DEMO<sup>45</sup> propõe a articulação política como única forma de igualar o trabalhador ao seu patrão na defesa de seus interesses. Neste sentido considera que

"Do ponto de vista do trabalhador, a articulação política é a via essencial para se atingir a capacidade de enfrentamento do capital em igualdade de condições. Com excessão da escassez da mão-de-obra, que sempre pode pressionar o capital a ceder, dificilmente se encontraria outro mecanismo capaz de conferir ao trabalhador força real de participar no jogo de poder".<sup>46</sup>

UTRIA<sup>47</sup> propõe que esse nivelamento de forças se dê pela conquista popular de: *partidos políticos* que reflitam autenticamente a opinião, os interesses e as aspirações dos setores populares; *sindicatos de trabalhadores*, que assegurem efetivamente uma participação ativa, consciente e organizada dos trabalhadores em todo o processo produtivo, e garanta os direitos desses trabalhadores no dito processo; *cooperativas*, que se constituam em instrumentos de defesa econômica na produção, no consumo e na comercialização; *comitês de produção*, onde se garanta a participação dos produtores no planejamento e organização do processo de produção em cada unidade operativa; e de *associações profissionais e cívicas*, constituídas de organismos e grupos para a participação popular específica em certas iniciativas de interesse científico, profissional, desportivo, cívico ou de qualquer outra natureza que envolva afiliações individuais ou coletivas.

A terceira questão, de certa forma já anunciada nas discussões anteriores busca esclarecer a natureza de propostas de *participação vertical*, contra a *participação horizontal*. A questão pode ser colocada de forma mais elucidativa: é possível a participação autêntica dentro de uma estrutura hierárquica de autoridade e responsabilidade? A resposta seria imediatamente negativa ao se considerar que a participação exige igualdade de poderes. E a hierarquia nega essa condição. Por outro lado, considera-se que a diversificação de papéis no processo produtivo torna imperativa uma estruturação de responsabilidades e prerrogativas. Parece, então que a alternativa que concii-

---

45. DEMO, op.cit., 23.

46. Idem:

47. UTRIA, op.cit., 5-8. Pode parecer aqui que apenas a primeira sugestão esteja dentro do que se chama de participação política. Entretanto, se se compreender o termo "política" em seu sentido mais amplo, ver-se-á que qualquer forma de jogar o jogo de poder é, em última análise fazer política.

lia estas duas assertivas é a instituição de sistemas de representação que neutralizem o poder formal: autocrático e centralizado, derivado da estrutura de posse dos meios de produção, mas que o mantenham enquanto delegação de competência para desempenho dos papéis àquele nível atribuídos. É evidente que a partir de uma proposta como essa há que se repensar a configuração hierárquica do organismo, bem como seus objetivos sociais, seu conceito de desenvolvimento nacional, regional, local e pessoal, seu conceito de produtividade, suas metas etc., que passarão a ter como primeiro alvo a satisfação de uma pluralidade de interesses e aspirações internas; o lucro será relegado a um plano inferior.<sup>48</sup>

A igualdade de *possibilidades de intervenção* entre todos aqueles que tomam parte em uma ação grupal, comunitária, coletiva ou nacional define o caráter participativo dessa ação. Entretanto, há que buscá-la; que lutar por ela. E as formas de obtenção, manutenção e aprimoramento dessa igualdade pode constituir-se em mais uma forma de participar: aquela que se define como um impulso interior ao indivíduo ou grupo; impulso esse que o faz vencer a apatia, o comodismo da submissão e partir para a busca de um espírito crítico, de um ideal político e social, e de meios de alcançá-los.

### 1.2. *Etapas da Ação em que a Participação se Dá.*

Tem-se discutido, até aqui, aspectos ligados ao processo seletivo dos interessados em participar de determinada atividade coletiva. Viu-se que são diversas e complexas as condições para essa seleção, porque envolvem, além de capacidades, motivações pessoais e mobilizações grupais, também, a resolução de um intrincado jogo político.

Quer-se, no momento, sugerir que esse processo seletivo se torna mais real se colocado em sua perspectiva parcial; aquela em que se vêem os grupos e as ações sempre como parte de um todo maior; e também sob a ótica de que as ações humanas são necessariamente complexas. Esta perspectiva não tem outra origem senão no raciocínio anteriormente apresentado, em que se buscou compreender a natureza do "mundo da pseudoconcreticidade", de KOSIK. Ora, se o "conceito" da coisa está fundamentado na sua decomposição, na com-

---

48. Exequibilidade, não é levada em conta, no momento. Ver sobre Horizontalidade e Verticalidade, discutidos da perspectiva do Serviço Social e da Extensão Rural em LIMA, S., op.cit., 55-9, e em FREIRE, *Extensão ou Comunicação?* 39-55. E sobre a democratização do poder formal, em BRAATZ, op. cit., 71-9.

preensão de sua estrutura, de suas partes em relação ao todo, e vice-versa, e em todos os outros "movimentos" apontados,<sup>49</sup> é razoável crer que a própria ação humana reflita esta segmentação, essa estruturação de seu processo cognitivo. Neste sentido, o comportamento reflete o pensamento; um pensamento estruturado dá origem a comportamentos divisíveis em partes, ou *etapas*, que se explicam pelo todo e ajudam a explicá-lo.

Decorre daí que, a análise criteriosa do fenômeno da participação tem que ser buscada também a partir das *etapas* em que se possa decompô-lo. Essa decomposição deveria, logicamente, refletir a estrutura natural da ação, que se deverá mostrar diferente e peculiar a cada caso. Entretanto, no sentido de se estabelecer um referencial genérico, restringir-se-á a descrever algumas *etapas* que se mostram presentes e comuns a qualquer atividade grupal organizada. Essas etapas assumem em três autores -- aos quais se teve acesso, e que as explicitam --, os nomes de "fases" e "níveis".

PROCENGE<sup>50</sup> distingue três "fases" do processo participativo:

- a) uma fase de preparação, "que envolve a definição de fins e o estabelecimento e organização dos meios";
- b) uma fase de execução, "que reúne a obtenção/alocação dos meios, a realização das ações, e a gestão dessas ações"; e
- c) uma fase de uso e avaliação dos resultados do processo.

PROCENGE considera que o termo "participação" por ela adotado "descarta, de imediato a noção de que a interveniência de cada ator em pelo menos uma fase do processo implica automaticamente em considerá-lo como participativo".<sup>51</sup> Afirma, então que, só há participação efetiva quando todos os atores intervenientes do processo -- diretamente ou através de representantes -- partilham de todas as fases desse processo.

UTRIA<sup>52</sup> compreende a participação popular como um todo que se apresenta em três "níveis" principais de ação:

- a) o nível de decisão, no qual se definem a natureza, os alcances e os procedimentos operativos de cada processo.
- b) o nível de execução, no qual as decisões são postas em marcha,

---

49. Ver item 1.1.2. deste capítulo.

50. PROCENGE, op.cit., 5,6.

51. Idem.

52. UTRIA, op.cit., 4.

através de uma sequência operativa; e

c) o nível de comunicação, que se caracteriza como intermediário dos outros dois, em que se produz o fluxo, "através do qual as decisões são transmitidas às bases da operação".<sup>53</sup>

CHANTRAN<sup>54</sup> afirma que a participação pode situar-se em seis níveis diferentes:

- a) ao nível da definição de políticas;
- b) ao nível da definição de objetivos;
- c) ao nível da elaboração de planos de ação;
- d) ao nível da decisão;
- e) ao nível da ação, da execução;
- f) ao nível da avaliação.

A partir das sugestões buscadas nesses autores, procurar-se-á discriminar quatro *etapas*, em que se poderiam agregar.

#### 1.2.1. Concepção da Ação

Uma primeira *etapa*<sup>55</sup> a ser distinguida em qualquer atividade -- encontrada nos três autores, embora não explicitamente --, é a da sua *concepção*. Trata-se do momento criativo em que a ação é gerada ou em que sua necessidade se torna consciente. A participação genuína requer que as condições *saber*, *querer* e *poder* se manifestem já nesta etapa, pois que este não é um momento neutro -- no sentido político aqui descrito -- do processo de mudança social. E isto fica claro quando se verifica que esse processo de *concepção* da nova idéia; da atividade, pode ter origem externa ao grupo. Mais ainda: a própria necessidade de sua adoção pelo grupo pode estar localizada fora dele.

Ao estudar o fenômeno da mudança social, ROGERS<sup>56</sup> estabelece quatro

---

53. UTRIA, op.cit, 4.

54. CHANTRAN, op.cit., 7.

55. Lembrar que as etapas aqui apresentadas não reduzem a ação à sua desagregação máxima, podendo portanto, sofrer outras segmentações, num processo que, por infundável, pode se tornar estéril. A realidade demonstrará sua necessidade.

56. ROGERS, *Modernization among Peasants: The Impact of Communications*. Esclareça-se que a apresentação do quadro que se segue não implica no espelhamento de suas idéias.

tipos de mudança social, resultantes da combinação da origem interna e externa das novas idéias e do reconhecimento da necessidade de sua adoção. Reproduz-se aqui seu quadro:

Quadro 2. Paradigma de Tipos de Mudança Social (ROGERS)

Reconhe- cimento da Neces- sidade de Mudança \ Origem da Nova Idéia	Interna ao Sis- tema Social	Externa ao Sis- tema Social
INTERNO: reconhecido pelos membros do sistema social	I. MUDANÇA IMANENTE	II. MUDANÇA POR CONTATO SELETIVO
EXTERNO: o reconhecimento po- de ser feito por a- gentes de mudança de fora do sistema.	III. MUDANÇA IMANENTE INDUZIDA	IV. MUDANÇA POR CONTATO DIRIGIDO

Na situação "I", a necessidade de mudança é sentida internamente ao grupo e os meios para isso emergem também internamente. Na situação "II", a necessidade de mudar surge internamente e vai-se buscar os meios fora do sistema social em apreço. Na situação "III", determinada necessidade de mudança no sistema social é sentida fora dele, e os meios aparecem internamente. ROGERS reconhece que esta situação é muito improvável, mas não impossível. Exemplifica com o caso de um missionário que entra em uma comunidade e reconhece uma necessidade, atrai a ela a atenção dos moradores, mas não oferece sugestões de como mudar a situação. Uma vez que o problema tenha chamado sua atenção, a população poderá inventar sua própria solução. Na situação "IV", a necessidade de mudança, assim como as idéias de como fazê-lo são originadas fora do grupo e a ele são trazidas por "agentes de mudança". Este último tipo é considerado pelo autor como o mais importante, no processo de desenvolvimento das sociedades de hoje.

Nesse quadro verifica-se que uma parcela considerável de propostas de ação em que o grupo tomará parte tem sua origem externa a esse grupo, e que o autor que o concebeu não tinha em mente a preocupação com participação, e nem, tão pouco, com conflitos de classe, procurando apenas apresentar uma interpretação da realidade social, a partir da sua concepção dessa "coisa".

Ao agregar-se o qualificativo "participativo", às relações sociais que o quadro descreve, acredita-se que ele se transformaria, como se transformariam as relações sociais em que está calcado: provavelmente desaparece-

riam as situações "III" e "IV" porque, conquanto persistissem as possibilidades de origem externa e interna de novas idéias, a *concepção* da mudança, resultante do reconhecimento da necessidade de agir e da decisão sobre que meios utilizar, seria sempre *interna*. Desnecessário frisar que isso não exclui necessariamente a presença de elementos e interesses externos ao grupo, no processo de decisão. O que ocorre é que a ação, o elemento final do processo de *concepção* será uma resultante de negociações sobre meios e fins; será o resultado ponderado de uma praxis criativa, dialógica e igualitária, na qual os componentes do grupo *sabem e podem* decidir sobre o que lhes convém, a partir, evidentemente, do quadro real de pressões internas e externas, comuns a sociedades abertas.

Sugere-se então um novo paradigma de mudança social, que reflita *relações participativas*.

Quadro 3. Paradigma de Tipos de Mudança Social (proposto)

Reconhecimento da Necessidade de Mudança \ Origem da Nova Idéia	Interna ao Sistema Social	Externa ao Sistema Social
<i>INTERNA:</i> (ou <i>inter-grupos</i> ) reconhecida pelos participantes do processo social de decisão	I. MUDANÇA DEMOCRÁTICA	II. MUDANÇA DEMOCRÁTICA

### 1.2.2. Planejamento da Ação

A segunda *etapa* que se quer propor, confunde-se, em alguns momentos com o processo anterior, quanto aos seus aspectos decisórios. Trata-se de um

"processo ou método de trabalho pelo qual um indivíduo ou organização decide com antecedência sobre os objetivos e ações a serem realizadas no futuro. Planejar, portanto, é algo que se faz antes de agir; é um processo de decidir o que fazer e como fazê-lo antes que se efetive a ação correspondente. Sendo uma atividade que trata fundamentalmente de uma situação futura desejada, concentra-se em: (i) definir resultados ou situações a serem alcançados em instantes futuros de tempo e (ii) especificar os caminhos/ações a serem utilizados para tanto. Implica deste modo, uma visão do futuro que há nas decisões do presente e fundamenta-se na idéia que "o futuro requer decisões -- agora; exige trabalho -- agora; impõe riscos -- agora; requer ação --

agora; exige distribuição de recursos -- agora." Planejamento e ação são coisas distintas, embora intimamente relacionadas. Planejar não é agir: é pensar a ação antes, durante e depois. (...) Pensar a ação é uma tarefa permanente que não existe sem a ação mas não se mistura com ela".<sup>57</sup>

É razoavelmente evidente que a exclusão de um indivíduo ou grupo desta etapa o condenará a optar pela adesão ou não à ação. Sua participação será, portanto sumariamente reduzida a *tomar parte em*. Referiu-se, já, ao fato de que as *relações sociais participativas* não admitem a separação entre planejador e executor, por negar a natureza mesma dessas relações. E é aqui que devem inserir-se as condições *saber, querer e poder*, com todas suas nuances. O planejamento participativo é uma prática criativa que reflete igualdade de poder de decisão. Neste sentido todo ponto de vista e cada interesse de todos aqueles que tomam parte no processo são efetivamente considerados nas decisões sobre as ações e seus objetivos. Nas palavras de EMBRATER, são as seguintes as vantagens do planejamento participativo de iniciativas que envolvam comunidades ou grupos populacionais:

- "proporciona imagem popular favorável, com focos de credibilidade ante os olhos da população e com a legitimidade da coisa desejada, que corresponde às necessidades sentidas da população;
- evita que o conhecimento da comunidade se baseie exclusivamente em dados quantitativos que retratam apenas parte de sua realidade e deixam de lado, muitas vezes, informações qualitativas importantes para o processo de mudança social;
- estimula a comunidade a tomar conhecimento (consciência) de seus problemas reais e a desenvolver sua criatividade na busca de soluções;
- proporciona um plano de metas mais realistas, mais adaptado à realidade que se quer mudar e mais de acordo com os meios de que a comunidade pode dispor;
- agrega novas vontades ao plano, fortalecendo as forças favoráveis à mudança;
- diminui os riscos de descontinuidade;
- motiva a comunidade a se mobilizar para implantação das metas do plano que ele mesma decidiu; e
- possibilita a legitimação e apoio político do programa."<sup>58</sup>

### 1.2.3. Execução/operacionalização da Ação

Esta terceira etapa está permeada pela atividade de planejamento,

---

57. PROCENGE, op.cit., 3.

58. EMBRATER, op.cit., 8,9. A citação do texto não implica em concordância implícita com o que "não esteja dito" nele. Isso se verá adiante.



e provavelmente por novas *concepções*, se considerar-se o aspecto dinâmico do fato social. Entretanto, este é primordialmente um momento de ação; de realização, de desempenho. É provavelmente aqui - e somente aqui - que se encontram os executores e executivos, do modelo dicotômico "planejador-executor", característico das relações sociais verticais. Aqui -- e neste modelo --, o executivo, seja ele um escravo, servo ou alto funcionário, não pensa: obedece; não decide: cumpre; não planeja, enfim: executa.

Ao se flexibilizarem as relações que dão origem a este modelo, por meio e no sentido da participação, o ator passa a ser um elemento crítico desse próprio processo de execução, e as condições *saber*, *querer* (que já se tornou evidente pela própria presença do ator nesta etapa), e *poder*, passam a influir diretamente na qualidade do processo e de seu resultado. Neste sentido, mesmo a "participação psicológica" (não genuína) proposta por BRAATZ<sup>55</sup> como uma primeira fase do processo de democratização das organizações, tem a propriedade de gerar sensível aumento d produção, produtividade e qualidade do produto da ação, e minimizar as resistências e reações a novas medidas a ser implantadas.

#### 1.2.4. Uso dos Resultados e Avaliação da Ação

Esta última *etapa* seria aquela em que todo o processo se realimenta; é o momento do "feedback": a *concepção*, com a confirmação ou não de suas expectativas de satisfação de necessidades; o *planejamento*, com a análise da adequação das decisões tomadas sobre objetivos, resultados, processos, métodos etc.; e a *execução*, com a medida da eficácia, eficiência e efetividade de sua atuação. Ainda mais, é o momento em que se confirma ou não, de forma concreta, o acerto da decisão (*querer*) de participar, tomada criticamente (*poder*) com base nas informações disponíveis (*saber*): é o momento da partilha dos resultados da ação; o momento do uso ou usufruto dos benefícios dela esperados.

De fato, assim como essa *etapa* pode dar-se concomitantemente com a *execução*, em suas *etapas* possíveis, esses benefícios e resultados poderão ser usufruídos e julgados ao longo do processo, influenciando, assim, em sua própria dinâmica e desempenho.

---

59. BRAATZ, obra citada.

### 1.3. Matriz Proposta

Com o que foi discutido até aqui, tem-se elementos para a composição da matriz de intensidade de participação anunciada. Ela se apresentaria graficamente como segue:

		ETAPAS DA AÇÃO			
		Concepção	Planejamento	Execução	Avaliação
CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	1. Saber	---	---	---	---
	2. Querer	---	---	---	---
	3. Poder	---	---	---	---

Fig. 2. Matriz de Intensidade de Participação

A partir dessa matriz, uma participação mais intensa seria aquela que reunisse as *condições* em um maior número de *etapas*.

Não é preocupação deste trabalho apresentar uma fórmula de combinação destes itens e interpretação de seus significados. De antemão chama-se a atenção para dois problemas que essa tarefa ofereceria:

a) em que tipo de participação implicaria, por exemplo, a ocorrência do "saber" em todas as *etapas*, mas não ocorrendo o "querer" e/ou o "poder"?

b) em que tipo de participação implicaria a não ocorrência do "poder" em nenhuma ou em alguma das *etapas*?

Na realidade, estes problemas são mencionados apenas para demonstrar que esta matriz, se tomada numa perspectiva quantitativa, mecanicista ou empiricista, não tem valia ou utilidade. De fato, ela não foi feita com essa intenção, constituindo-se, portanto, em um "instrumento" inadequado e falho. Optou-se por adotar uma postura que tenha em primeiro plano o caráter histórico e dinâmico da realidade social — uma realidade em que os homens se apresentam num movimento contínuo de criação, modificação e recriação de seu mundo prático-sensível — e a crença em que somente no contexto dessa dinâmica poderá ser compreendido.

Seu propósito, assim, é modesto. Tenciona-se que ela auxilie na compreensão da natureza das relações sociais que se processam em um dado momento histórico, através das condições que oferece de decomposição do todo e da aproximação às "leis do fenômeno" em questão.

A utilização do termo "matriz" se justifica pelo suporte "visual" que oferece a uma hipótese central neste trabalho: nenhum processo participativo se concebe genuíno e autêntico *sem* que todas as *condições para participação* discutidas estejam presentes em todas as *etapas da ação* propostas. A utilização do termo "intensidade" decorre da consciência que se tem da improbabilidade de ocorrência absoluta das restrições mencionadas e da necessidade de diagnóstico de situações intermediárias, tão particulares e imprevisíveis quanto o próprio homem.

## 2. COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A aproximação ao conceito de comunicação participativa há que ser feita de forma a incorporar as perspectivas sob as quais tem sido estudado o fenômeno da participação neste trabalho. A primeira perspectiva é aquela que vê a comunicação como uma dentre muitas *práticas culturais*<sup>60</sup>. A segunda, e decorrente desta, é que essas *práticas* implicam em relações sociais, estabelecidas entre os homens na sua ação transformadora sobre o mundo. A terceira e última considera que o resultado dessa transformação, ao separar-se do homem, passa a constituir seu mundo; "o mundo da cultura que se prolonga no mundo da história".<sup>61</sup>

A partir dessas considerações iniciais decorre que a comunicação -- enquanto processo de interlocução de homens sobre os significados do mundo<sup>62</sup> -- assume dois papéis-chave. Aquele em que ela é *uma prática cultural*<sup>63</sup>, porque são homens em ação dialógica de compreensão e transformação do mundo, e aquela em que ela é um *ingrediente*<sup>63</sup> desta *prática*, no sentido de que, para exercer essa *prática* o homem tem que se relacionar, e o relacionamento só se viabiliza pela comunicação. São os dois lados de uma *mesma* moeda: na *prática comunicativa* os homens se relacionam *ao* se comunicar; o resultado dessa prática, ao se separar dos homens se transforma em *uma cultura do diálogo*.

60. Ver nota 1 do 1º capítulo deste trabalho.

61. FREIRE, *Extensão ou Comunicação?* 65.

62. FREIRE, *Education for Critical Consciousness*, afirma: "A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". Citado por LIMA, V., op cit, 64. Ver também FREIRE, *Extensão ou Comunicação?* 67.

63. A comunicação é entendida por BORDENAVE, como um ingrediente orgânico a todas as relações sociais. Ver nota 15 do capítulo 1 deste trabalho.

Na *relação comunicativa* os homens se comunicam *para* se relacionar; o resultado dessa relação seria o conhecimento do mundo.

Tendo em vista esta concepção da natureza do processo comunicativo, ele passa a ser compreendido como *prática participativa*, quando viabiliza<sup>64</sup> relações sociais de natureza participativa; relações essas produzidas em -- e produtoras de -- uma *cultura do diálogo*. Ora, como a participação que se dá nessa cultura se define como relações igualitárias de poder, o "ingrediente" comunicação que viabiliza essas relações é, por natureza, participativo. E dentro desta cultura, falar em comunicação participativa é pleonasmo, pois, ao se confundir com o diálogo, ou ela se dá em relações -- entre indivíduos ou grupos -- igualitárias, ou se descaracteriza enquanto comunicação.

---

64. Essas relações só são possíveis(viáveis) com o concurso da comunicação.

## PARTE II

### QUADRO EMPÍRICO

#### Estudo de Caso:

O Projeto de Telextensão Rural para o Médio Amazonas

## O PROJETO DE TELEXTENSÃO RURAL

No sentido de introduzir este Quadro Empírico, faz-se necessário uma apresentação do objeto deste estudo.

Houve, aqui, a preocupação de se evitar a possibilidade de distorção, por parte deste autor, na descrição do Projeto de Telextensão Rural, motivo pelo qual, buscou-se um texto oficial que o fizesse. Encontrou-se, para isto, um artigo, publicado pela direção do Projeto, na Revista Brasileira de Extensão Rural<sup>1</sup>, que, por sua característica divulgativa das atividades desenvolvidas em Itacoatiara, reúne elementos suficientes para fazer, por si só, esta apresentação.

### 1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

#### "TEEXTENSÃO RURAL: Reduzindo Distâncias na Educação

Na Comunidade Cristo Redentor, situada na Ilha do Cumarú, às margens do Rio Amazonas, município de Itacoatiara, AM, o monitor Cláudio Feitosa terminou o Curso de Associativismo Rural do Projeto de Telextensão Rural e apresentou seu relatório: dos 22 alunos inscritos, apenas um desistiu do curso. Dezesete alunos completaram seus trabalhos, com mais de 75% de presença às aulas. Esse curso, composto de 20 teleaulas, apresentou uma média de 17,6 alunos por reunião.

---

1. REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. *Telextensão Rural*. Reduzindo distâncias na educação. Brasília, 2(2):3-5, mar./abr., 1981.

O que representa este simples relatório para a extensão rural na Amazônia? Ele significa que, sem contar com a presença física do extensionista local, a comunidade se reuniu 20 vezes em torno de um conteúdo técnico proposto pela extensão. Acresce que estas reuniões ocorreram em circunstâncias bastante favoráveis à aprendizagem. Mais importante, ainda, ao mesmo tempo em que a comunidade Cristo Redentor realizava seu Curso de Associativismo Rural, 29 outras comunidades vizinhas estavam empenhadas em idêntica tarefa.

Esta é a filosofia do Projeto de Teleextensão Rural: conseguir que as comunidades trabalhadas se organizem para assumir sobre seus próprios ombros, uma parte importante do processo de transferência de tecnologia, liberando parcialmente a presença física do extensionista, aumentando a abrangência e diminuindo os custos operacionais da Extensão.

### *Um Pouco de História*

No final de 1979, o Governador Lindoso, do Estado do Amazonas, manifestou ao Presidente da EMBRATER sua preocupação de encontrar uma forma mais dinâmica e eficiente de atuação da extensão junto aos produtores rurais. Ele tinha em mente desenvolver um amplo programa educacional baseado no uso da televisão. Atendendo a esta preocupação, a EMBRATER estudou qual a metodologia alternativa de Extensão Rural mais adequada às condições daquela região. Foram cuidadosamente analisadas as possibilidades de uso da televisão, do vídeo-tape, do rádio e da fita cassete gravada. Os fatores de factibilidade, flexibilidade, confiabilidade e custo foram involucrados nesta análise. De comum acordo com o Governador e Emater-AM, optou-se pelo último desses meios, definindo-se que seriam utilizados cursos específicos, através de fitas gravadas, reforçadas com outros materiais de ensino e apoiadas por um sistema de intercomunicação entre as comunidades rurais e a equipe de extensionistas.

A decisão pelos cursos foi feita tendo em vista a preocupação de se manter um estímulo educacional mais contínuo e permanente nas comunidades. Outro ponto básico do projeto foi o aproveitamento da liderança local, dentro do conceito de monitor de campo. Além disso, no intuito de romper a relativa incomunicação desse monitor, resolveu-se implantar um canal físico de comunicação entre as comunidades e os extensionistas locais.

Com isto, estavam lançadas as bases dessa inovação metodológica, especificamente criada para atender às condições adversas em que se processa a extensão rural na região amazônica, caracterizada por uma população rarefeita e dispersa, vivendo em comunidades isoladas e de difícil acesso.

Os cursos foram elaborados segundo a metodologia de trabalho desenvolvida pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura. Se o método de cursos foi adaptado da Fundação, seu conteúdo técnico foi inteiramente elaborado pela Emater-AM, dentro da programação extensionista da área e espelhando unicamente as recomendações tecnológicas que os próprios agentes estavam disseminando na região.

O Projeto de Telextensão Rural foi planejado, inicialmente, para toda a bacia do Médio Amazonas, incluindo, além de Manaus, os municípios de Careiro, Manacapuru, Maués, Itacoatiara, Parintins, Autazes, e Urucará. Razões, de ordem orçamentária e, também, a familiarização com a metodologia proposta, definiram a implantação de um projeto piloto no município de Itacoatiara, distante 270 km de Manaus. Os recursos para a montagem do projeto foram fornecidos pelos contratos que a Embrater mantém com o Banco Mundial e com a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), além da contrapartida da Emater-AM.

Em março de 1980, com os recursos definitivamente alocados, deu-se início aos trabalhos de preparação das comunidades rurais e produção dos materiais instrucionais. Em janeiro de 1981, o projeto já estava sendo executado, a nível de campo.

#### *A Metodologia da Telextensão Rural*

Uma das preocupações principais do projeto foi colocar na metodologia exatamente o conteúdo técnico que os extensionistas do Escritório Local de Itacoatiara estavam transferindo aos produtores assistidos. A partir da programação estabelecida, os especialistas do Escritório Central, em Manaus, elaboraram um roteiro básico para cada um dos cursos, material esse que foi tratado por diversos meios, simultaneamente: um conjunto de aulas gravadas em fitas cassete, manuais de trabalho para monitores e alunos, além de um audiovisual contendo as principais ilustrações sugeridas pelo roteiro. Todos estes materiais, repassados aos monitores de campo, permanecem nas comunidades quando da realização dos cursos. Durante a fase de preparação, cada comunidade escolheu um monitor para se encarregar da coordenação dos cursos. Estes monitores receberam treinamento na metodologia do projeto, especialmente na condução das classes e na utilização dos materiais e equipamentos que ficam sob sua responsabilidade.

Como reforço às atividades desenvolvidas nas classes, o monitor e os alunos executam uma parcela demonstrativa referente ao assunto do curso, podendo, assim, acompanhar na prática o que estão aprendendo nas teleaulas.



Como um elemento vital para esta metodologia, foi implantado também um sistema de radiocomunicação VHF, através do qual o monitor pode interrogar o extensionista sobre qualquer aspecto referente ao curso que está sendo oferecido na comunidade. Assim, durante as aulas, o monitor anota as dúvidas sugeridas, a fim de discutí-las com o técnico da Emater-AM, via rádio, antes da próxima reunião do grupo. Por outro lado, esse sistema de rádio permite à equipe de Extensão, acompanhar e gerenciar, passo a passo, as atividades desenvolvidas a nível das comunidades atendidas.

Todas as 30 comunidades que integram a etapa piloto do projeto estão oferecendo o Curso de Associativismo Rural, planejado para preparar a comunidade para uma participação mais ativa no projeto. Para atender à necessidade de aumentar a produção de alimentos na região, foram preparados os cursos de mandioca, arroz, milho e feijão. Para a introdução de cultivos econômicos, foram elaborados os cursos de guaraná e seringueira, e alternativas para a juta, praticada como monocultura na região.

Uma cuidadosa metodologia de avaliação está sendo desenvolvida para acompanhar o projeto. Seu propósito é realizar uma análise de custo/benefício e uma comparação de seus resultados com o dos métodos convencionais de Extensão até então utilizados.

Em resumo, as características básicas da metodologia de teleextensão rural são:

*Cursos* -- Os cursos contêm unicamente a informação técnica que está sendo transferida pela Extensão Rural no município. As próprias comunidades decidem que cursos desejam receber, com que frequência querem se reunir, bem como o local e a hora das reuniões. Tudo isso dá um caráter de extrema flexibilidade ao método, que representa uma intensa combinação de meios auditivos, escritos, visuais, além de práticas e demonstrações.

*Aproveitamento dos monitores* -- Essa metodologia reconhece que não basta selecionar os monitores nas comunidades e encarregá-los de apoiar as ações de extensão. A tarefa desses auxiliares se torna muito mais produtiva quando municiados com materiais instrucionais relevantes sobre a tecnologia que se está propondo à comunidade. Além disso, reconhece que a ação dos monitores ganha em eficiência se ele tem a oportunidade de se comunicar com o extensionista sempre quando isso se fizer necessário.

*Participação comunitária* -- Um dos objetivos que a Extensão sempre perseguiu foi o de levar os produtores rurais a participar mais ativamente do processo de transferência de tecnologia de uma forma crítica e consciente. No projeto teleextensão, todo o cuidado foi posto, no sentido de retirar da ação educativa qualquer sugestão impositiva ou de comunicação vertical. Ao contrá-

rio, procura oferecer idéias e conceitos que devem ser discutidos e avaliados pelos grupos de produtores, sem a presença inibidora ou diretora do agente de extensão. Dessa maneira, os materiais são elaborados de molde a ajudar os agricultores a interpretar por si mesmos a realidade em que vivem e a buscar as soluções que mais lhes convenham.

*Uso da radiocomunicação* -- As tremendas restrições impostas ao contato e ao acesso na Amazônia ficam razoavelmente contornadas com o uso desta metodologia. Através do sistema de rádio ponto-a-ponto, o extensionista faz chegar, até a comunidade, suas recomendações. Ao mesmo tempo, dela recebe as consultas dos produtores e as informações de que a Extensão necessita. É válido considerar que este sistema de rádio transcende à própria ação da Extensão Rural, uma vez que coloca rapidamente num circuito de integração comunidades que até então se encontravam em relativo estado de isolamento. Isto é verdadeiro tanto para a comunicação extensionista-comunidade como para a comunicação horizontal das comunidades, umas com as outras.

*A ação do extensionista* -- Num sistema como este, o papel do extensionista é supervalorizado; seu contato com as comunidades se torna muito mais frequente, via rádio, ao passo que suas visitas a elas se revestem de uma preparação prévia muito melhor.

*Custos do projeto* -- Os custos do projeto são muito menores do que podem parecer, à primeira vista. A instalação de todo o sistema de rádio, em 30 comunidades e na estação central em Itacoatiara, foi feita a um custo médio de 333 mil cruzeiros, por comunidade. Considerando que este equipamento poderá ser utilizado praticamente sem manutenção durante cinco anos, resulta um custo médio de 5,5 mil cruzeiros, por mês, por comunidade, aos preços atuais. No que concerne aos cursos específicos, os seis desta primeira etapa custaram, em média, 550 mil cruzeiros, para atender mil alunos cada um. Distribuindo esse custo por 30 comunidades, obtém-se uma média de 18 mil cruzeiros por curso oferecido, por comunidade. Isto sem considerar que os materiais, uma vez produzidos, podem ser multiplicados a um custo real muito inferior.

Que desdobramentos poderá ter essa metodologia para a Extensão Rural no Brasil? Esta é uma pergunta que somente o tempo poderá responder. Entretanto, pode-se antever uma série de aplicações práticas deste método, no todo ou em suas partes componentes, para extrapolar às demais regiões do país.

A Extensão Rural, como processo educativo, tem que se renovar constantemente, buscando rumos e alternativas que aumentem a abrangência de sua clientela e melhorem a qualidade de seu trabalho, sem ignorar a limitação de recursos humanos e financeiros, que sempre caracterizou sua ação. Este projeto de Teleextensão Rural se oferece como uma resposta simples e prática a esse desafio."

### CAPÍTULO 3

#### CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

##### 1. A ESCOLHA DO OBJETO

Qualquer experiência de comunicação participativa ou de planejamento participativo desenvolvida no âmbito da Extensão Rural no Brasil poderia ter sido eleita para este tipo de análise. Na realidade, apesar desta ser uma preocupação recente, no sentido de abordar explicitamente o tema participação, pode-se distinguir várias experiências do tipo, na área em questão.

Foram facilidades de caráter operacional, entretanto, que mais pesaram na escolha. Primeiro, porque a equipe de consultores que idealizou e assessorou a implantação do Projeto era do quadro da Embrater, o que em muito facilitaria a este autor, técnico daquela empresa, as consultas, esclarecimentos e obtenção de material para análise, entre outros subsídios, além das vantajosas implicações orçamentárias dessa proximidade. Segundo, porque, à época dessa opção (julho de 1981) o Projeto estaria realizando sua auto-avaliação formal, e precisava de um elemento no campo, coordenando o processo. Sendo este autor aquele elemento, estaria em condições extremamente favoráveis à sua pesquisa, sem falar na possibilidade ímpar de vivenciar, ao mesmo tempo, duas pesquisas, com metodologias diferentes, e a respeito de um mesmo objeto de interesse. Essa duas pesquisas seriam aquela realizada por este autor, e aquela por ele coordenada, mas como uma metodologia própria, definida pelo próprio projeto. A experiência provou ser esta vivência dupla, de grande enriquecimento para este trabalho.

De outro lado, o projeto apresentava, também, características bastante interessantes e intelectualmente estimulantes: seu caráter inovador, em termos de metodologia educacional; sua proposta de solução para o problema do isolamento das comunidades; sua proposta de criação do canal de retorno (rádio) para o processo comunicativo e seu potencial para estabelecer uma relação extensão-produtor realmente participativa, entre outros, terminaram por definir a opção pelo Projeto de Teleextensão Rural.

## 2. IDENTIFICAÇÃO DOS "PARTICIPANTES DO PROJETO"

Conquanto somente a partir da pesquisa se tenha podido estabelecer com segurança os grupos de interesse envolvidos nesta ação, estabeleceu-se, *a priori*, quatro grupos de pessoas, entre as quais se buscava, inicialmente, estabelecer as relações e a intensidade de participação no Projeto. Esses quatro grupos ficavam evidentes em qualquer texto ou documento do projeto, e são eles:

- a) O produtor rural. Grupo composto pelos produtores de trinta comunidades em que se implantou o projeto piloto de Itacoatiara;
- b) O monitor de teleextensão. Um produtor eleito pela comunidade para representá-la junto ao Escritório Local da Emater (ESLOC) e para coordenar a execução dos cursos nas comunidades;
- c) O extensionista. Técnico do ESLOC de Itacoatiara, responsável pela execução e operacionalização do Projeto.
- d) A direção do Projeto. Composta pelos dois assessores da Embrater, designados para acompanhar esta ação.

Os grupos compostos pelos extensionistas e pelos assessores da Embrater serão, em alguns momentos do capítulo cinco, identificados com o próprio Estado, e em outros, analisados como um grupo de interesses particulares. De qualquer forma, quando se fala de Estado, está-se referindo, via de regra, aos elementos que representam, perante o produtor, a Emater.

Esclarece-se também que os técnicos do Escritório Central, de Manaus, com sua natural representação pelos técnicos locais, e pela consequente identidade dessas duas agências, não são analisados como a compor um grupo de interesses individualizado.

### 3. A PESQUISA

O segmento que se segue tem o objetivo de relatar a experiência da pesquisa de campo, destacando as decisões tomadas, os procedimentos executados e uma crítica deste processo, como um todo.

#### 3.1. *Sua Natureza.*

A opção por uma abordagem cultural e, portanto, qualitativa e também de caráter interpretativo da realidade a ser avaliada, mostrou, de imediato, a necessidade de uma pesquisa aberta e flexível, que se apresentasse sensível a fatos e situações imprevistas, podendo ser adaptada com facilidade a circunstâncias emergenciais.

A consulta de dados secundários sobre a região e suas características, entretanto, não se mostrava suficiente para a definição do método de pesquisa a ser adotado. Foi necessário, então, uma visita prévia ao Município de Itacoatiara, para uma melhor definição dos procedimentos a adotar.

Optou-se, assim, pela elaboração de uma simples agenda de entrevista, que contemplasse as questões básicas, de interesse deste trabalho<sup>1</sup>. Esta agenda foi, entretanto, considerada provisória, e poderia, a qualquer momento, ser modificada pelos entrevistados, no sentido de melhor se ajustar às informações que gostariam de fornecer. Este cuidado foi tomado, apoiado em THIOLLENT<sup>2</sup>, com o sentido de evitar que ao entrevistado somente fosse oferecida a opção de confirmar ou negar determinada percepção da realidade -- no caso, a percepção do pesquisador --, e se perdesse o que de fato se deveria ter ido buscar: a percepção do entrevistado. Ao contrário, a pesquisa procurou ser feita no sentido de se estimular o entrevistado a ultrapassá-la e a acrescentar a ela sua visão da realidade. Neste sentido, as questões e perguntas *não feitas* assumiram um papel importante.

Embora se entenda que uma pesquisa qualitativa deva buscar "instâncias nas quais o fenômeno possa ser observado naturalmente, ao invés de arranjar para que ele aconteça sob condições controladas"<sup>3</sup>, inúmeras restrições, tais como tempo e recursos, limitaram essas intenções. De qualquer forma, a impossibilidade de um convívio mais prolongado com os produtores compensou-se, de alguma forma, por um maior número de comunidades visitadas.

---

1. Esta agenda básica está reproduzida no apêndice B.

2. THIOLLENT. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. Principalmente os capítulos 2 e 3.

Este tipo de compensação se justifica, entretanto, no restrito âmbito das possibilidades que se teve de acompanhar o técnico extensionista, em sua atividade, vivenciando, com ele, sua rotina de trabalho.

Ficaram, assim, bastante evidentes as limitações que se encontrou à utilização do método, diante das dificuldades de se obter informações precisas sobre assuntos que representassem, de alguma forma, perigo ao entrevistado. O fato é que este autor não pôde evitar de se apresentar como um estranho, ou como um representante da Emater, à busca de informações sobre seu próprio desempenho. Isso tornou certos momentos da conversa extremamente evasivos.

Outro elemento da pesquisa, que se tornou uma faca de dois gumes, foi o gravador. Por um lado, ele permitiu captar elementos qualitativos de grande interesse, tais como tonalidades de voz, incertezas, vocabulário empregado, conversas paralelas à pesquisa e o silêncio (afirmativo, negativo, aprovador, reprovador, denotador de dúvida, medo, desconfiança, desinteresse etc), entre outros, que se teriam perdido em um questionário escrito. Por outro lado, criou, em certos casos o constrangimento de ver gravada sua voz, ao assumir posições consideradas "comprometedoras".

Esses empecilhos, no entanto, não são considerados desqualificadores da pesquisa, pois, se por um lado, nem sempre se teve as respostas esperadas, procurou-se aguçar a atenção para o fato de que *alguma resposta estava sendo dada, para alguma questão*. E na compreensão deste fato reside toda a riqueza do processo; uma vez que "não se quer estabelecer provas, mas aprimorar a substância e o poder de explicação de nossas interpretações".<sup>4</sup> Nesse sentido, todos os elementos coletados nos trinta dias de convívio com os produtores, monitores e extensionistas locais de qualquer natureza, passam a assumir o papel de informação, de elemento para interpretação. A seriedade do trabalho daí decorrente estará, então, na forma como esses dados serão articulados, no sentido de trazer luz sobre o fenômeno analisado.

### 3.2. As Comunidades Visitadas

O processo de escolha das comunidades a ser visitadas foi aleatório. Visitou-se aquelas em que se fez necessário a presença do coordenador da pesquisa institucional, executada por uma equipe do Projeto Rondon. Des-

---

3. CHRISTIANS & CAREY. *The Logic and Aims of Qualitative Research*, 20.

4. Idem, 25.

ta forma, acompanhou-se grupos de entrevistadores que saíam para as comunidades e voltavam à noite. Conseguiu-se, com isso, visitar 10 das 30 comunidades atendidas pelo Projeto, e 3, da região, que não tinham o serviço. Estas comunidades podem ser localizadas no mapa que se segue. São as seguintes:

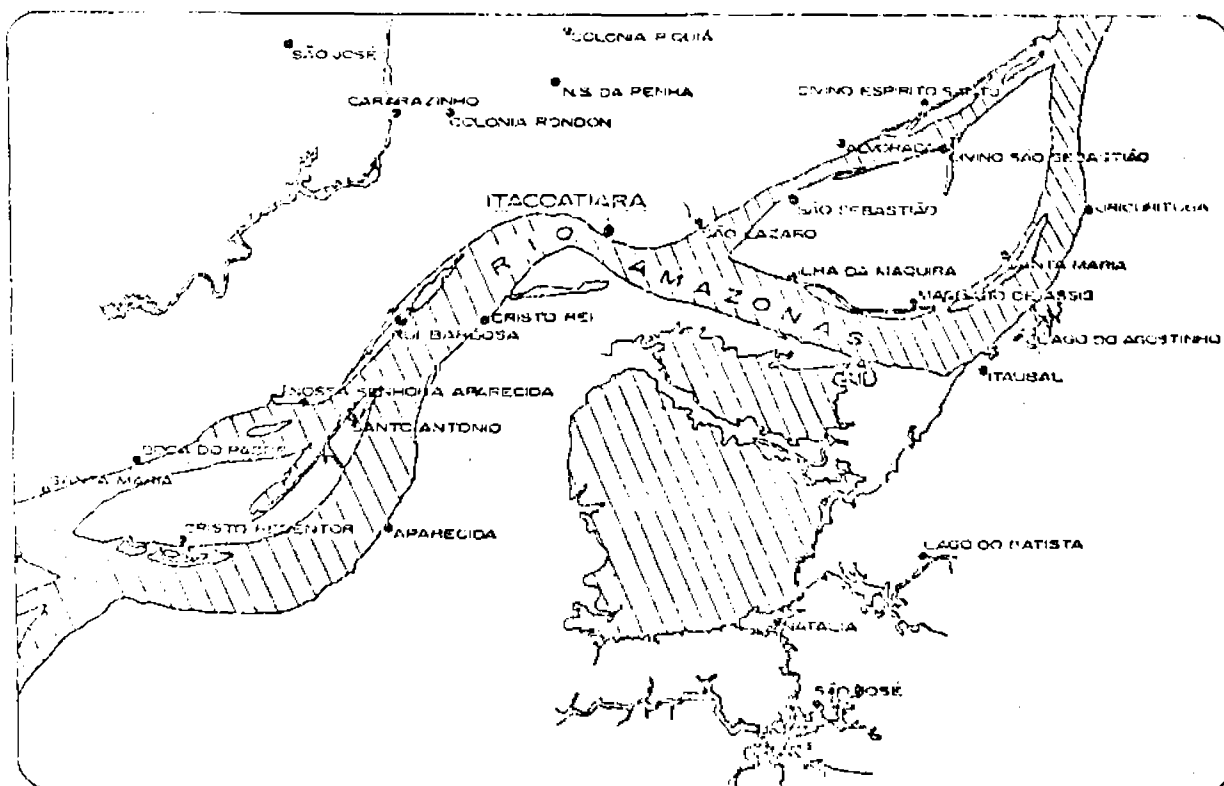


Fig. 3. Localização das Comunidades Rurais Atendidas pelo Projeto de Telextensão Rural.

a) Atendidas pelo Projeto: Colônia do Piquiã, Colônia Rondon, São Lázaro, São Sebastião, Divino São Sebastião, Divino Espírito Santo, Cristo Redentor, Cararazinho, Nossa Senhora da Penha e São José (Urubú).

b) Não atendidas pelo Projeto: Alvorada, Vital Brasil (próxima a Machado de Assis) e Santa Maria (Ilha do Risco).

### 3.3. Procedimentos

Nas comunidades a pesquisa assumiu a forma de uma conversa mantida com grupos de produtores e em separado com o monitor. Do grupo de produtores, faziam parte pessoas que haviam ou não participado das teleaulas; procurava-se, neste sentido formar um grupo equilibrado, variando entre 4 e 8 pessoas. Mas o gravador e a forma descontraída que assumia a conversa, não poucas vezes atraiu mais pessoas, inclusive mulheres e crianças. O monitor era entrevistado separado, por dois motivos:

a) pelo fato de constar na entrevista questões a seu respeito, que poderiam comprometer a qualidade dos comentários de seus companheiros de comunidade; e

b) por se antever que suas posições, em determinados momentos, difeririam daquelas defendidas por outros produtores. Em qualquer dos casos, sua presença no grupo seria prejudicial.

Oferece-se a seguir o número de pessoas entrevistadas, por comunidade -- exceptuando-se o monitor --, com a especificação de ter ou não participado no primeiro curso de Telextensão Rural - TER.

1. Colônia do Piquiã: 9. 6 com TER e 3 não.	7. Divino Espírito Santo: 5 3 com TER e 2 não.
2. Colônia Rondon: 4 Todos com TER.	8. Cristo Redentor: 3 2 com TER e 1 não.
3. São Lázaro: 8 6 com TER e 2 não.	9. Cararazinho: 2 com TER.
4. São Sebastião: 2. Todos com TER.	10. São José: 2 com TER.
5. Divino São Sebastião: 2. 1 com TER e 1 não	11. Santa Maria (Risco): 2 Sem Extensão Rural.
6. Nossa Senhora da Penha: 5 com TER.	12. Alvorada: 6. Sem Extensão Rural
	13. Vital Brasil: 3. Sem Estensão Rural.

A título de resumo, esclarece-se que foram entrevistadas 59 pessoas, desconsiderando-se, neste número, as conversas informais mantidas com pessoas e grupos, na cidade e nas comunidades, que em muito auxiliaram esta pesquisa. Desse número, 33 haviam participado do curso de Associativismo Rural (na qualidade de aluno) e 18 não; 8 eram monitores de Telextensão (não encontramos os monitores de São Sebastião e Cristo Redentor), e 6, presidentes de comunidade (Piquiã, Rondon, São Lázaro, N.S. da Penha, Cararazinho, e Alvorada).

Quanto aos extensionistas, sorteou-se cinco dos dez técnicos encon-



trados no Escritório, à época, e procedeu-se à entrevista gravada, separadamente com cada um. A possibilidade de terem conversado entre si, durante o processo é reduzida, pelo fato de estarem grande parte do tempo acompanhando as equipes que iam às comunidades e fazendo seu trabalho. A "contaminação", entretanto, pode ter ocorrido, em um ou outro caso, o que se considera irrelevante para os efeitos da presente pesquisa, uma vez que a relação entre o sentido da conversa e o que se buscava não era direta.

No que toca à direção do Projeto, foi dado a um dos dirigentes a oportunidade de participar bastante intensamente no desenvolvimento da pesquisa, inclusive na elaboração da agenda de entrevista. Isso foi facilitado pelas ligações estabelecidas em relação à avaliação formal e pela decorrente troca de idéias suscitada pela inevitável comparação de métodos e procedimentos, e intercâmbio de idéias e sugestões. Quanto ao outro, o processo foi menos intenso, mas também pôde fornecer sua visão do Projeto.

O caráter aberto das entrevistas permitiu que os entrevistados sugerissem questões a ser respondidas por eles mesmos ou por outros grupos. Permitia, também, eliminar outras que se mostrassem irrelevantes. Este recurso foi aproveitado por todos os grupos, o que fez com que os últimos a ser entrevistados encontrassem uma agenda bastante amadurecida. Por outro lado, ele ofereceu ao assessor da Embrater, a oportunidade de corrigir algumas distorções -- a seu juízo -- no que se propunha inicialmente buscar, incluindo na agenda alguns aspectos a ser levantados, aspectos esses em que julgava o Projeto forte, em termos de participação<sup>5</sup>. Esses aspectos se ligam, todos, ao processo educacional.

#### 3.4. O Teste de Compreensão

A flexibilidade conferida ao instrumento e ao processo de pesquisa permitiu algumas iniciativas não previstas, no sentido de se verificar hipóteses emergentes. Uma delas, foi a de que o texto do Manual de Trabalho, utilizado pelo produtor e complementado pela fita gravada e pelo audiovisual, não estava sendo bem compreendido, devido a problemas de linguagem. Isso, apesar de os produtores afirmarem estar compreendendo quase tudo, e apresentarem como prova, os exercícios constantes nas lições, corretamente feitos.

A forma que se imaginou para uma verificação mínima dessa descon-fiança, foi a seguinte:

---

5. A agenda que se apresenta no apêndice B, é aquela resultante de todo esse processo.

a) selecionou-se, ao acaso um manual, dentre os seis existentes à época;

b) neste manual, sorteou-se uma lição;

c) nesta lição, marcou-se de vermelho as palavras e/ou expressões que se considerou chaves para a compreensão do texto e que se supunha serem de difícil compreensão para o produtor;

d) nas comunidades solicitou-se que os produtores indicassem a pessoa, ou as duas pessoas mais instruídas do grupo, a quem se pediu que estudasse detidamente a lição proposta, ouvindo a fita gravada e completando os exercícios;

e) isso feito, verificou-se a correção dos exercícios feitos e procedeu-se a uma conversa, na qual solicitava-se à pessoa que demonstrasse, de alguma forma (através de conceituação, sinônimo, explicação, associação, exemplos etc.) a compreensão do significado do termo, frase ou palavra marcados.

Esse pequeno teste foi feito em duas comunidades que já tinham feito o curso de Associativismo Rural. Na primeira, apresentou-se o seu presidente, com o primeiro grau completo, para responder sobre a primeira lição do Manual de Seringueira. Tratava-se de um manual que ainda não haviam estudado. Neste caso, apesar de apresentar todos os exercícios corretos, só soube o significado de 3 das 17 marcações feitas.

Na segunda, apresentaram-se duas pessoas, sendo uma, o professor da comunidade: este tinha o primeiro ciclo completo, além de outros cursos de especialização, na área agrícola. A outra, uma senhora, com a 5<sup>a</sup> série do 1º grau. A estes dois, coube uma lição já estudada em grupo: a 15<sup>a</sup>, do Manual de Associativismo Rural. Aqui o aproveitamento foi maior, tendo o primeiro demonstrado compreender, pelo menos 9 das 17 frases e expressões, e a segunda, 7.

Apesar de todas as limitações e possíveis incorreções do teste feito, pode-se concluir com segurança, pelo menos, que a linguagem utilizada nas lições mencionadas prejudica consideravelmente sua compreensão. Uma vez que os testes foram feitos com as pessoas de maior recurso de cada comunidade, é de se esperar que o nível médio de compreensão do conteúdo dos manuais seja igual ou inferior aos apresentados.

De qualquer forma, entende-se que estes dados são de significação relativa, em relação ao processo educacional global, uma vez que este não se restringe ao conteúdo das aulas, mas a todo um movimento comunitário relacionado com -- e incentivado pelo -- Projeto. O registro fica mais como uma con-

tribuição ao nível técnico.

O que se quer ressaltar, na realidade, é que:

a) uma maior participação dos produtores -- e eventualmente dos extensionistas -- na fase de elaboração dos manuais reduziria, certamente, este tipo de problema;

b) As consultas feitas por rádio ao escritório não refletiram esse tipo de dificuldade, o que sugere a necessidade de investigar-se qual o uso que se está fazendo do canal de retorno e seu significado. Essa questão foi levantada junto aos técnicos do Escritório e reflete-se no próximo capítulo, ainda que de forma sucinta.

#### 4. ANÁLISE DE DOCUMENTOS

Constou deste processo interpretativo a análise de alguns "artefatos", ligados ao Projeto. Pretendeu-se que esses artefatos revelassem alguns aspectos da natureza das relações estabelecidas entre as pessoas e grupos envolvidas nessa prática. Entre esses artefatos, pode-se citar alguns: o bar-ração, a antena de rádio, o centro comunitário, os manuais, as fitas gravadas, a parcela demonstrativa etc. A excessão deste último, que ainda não estava sendo executado, devido à natureza do curso inicial, todos os outros procuraram ser considerados sob a abordagem cultural.

Privilegiou-se, entretanto, a análise de documentos produzidos e/ou utilizados pelo Projeto, no sentido de se obter a posição com que o Estado propunha a prática em questão e as limitações eventualmente já existentes à participação efetiva nessa iniciativa. Essa análise encabeça as discussões do capítulo quarto.

## CAPÍTULO 4

### DISCURSO INTERPRETATIVO

#### Resultado da Pesquisa

Este capítulo pretende oferecer uma interpretação para um grande "texto": aquele resultante da prática comunicativa em que se envolveram os atores do Projeto de Telextensão Rural.<sup>1</sup>

Este "texto" é composto de diversos discursos, de naturezas variadas: orais, escritos, atitudinais, etc., ora se apresentando como "artefatos", resultantes dessa prática comunicativa, tais como os Manuais de trabalho, as fitas gravadas, o barracão, a antena de rádio etc., ora como o próprio processo social.

Acredita-se que esse "texto" revela facetas da natureza das relações que se dão na sociedade como um todo e particularmente entre as pessoas envolvidas nesta atividade específica. E é um aspecto dessas relações sociais que se

---

#### 1. Sobre "ator" e "texto":

*Ator*, é entendido como aquele que age, que desempenha um determinado papel. No caso, um papel social. Pode, indistintamente, ser um indivíduo, um grupo ou uma classe.

Não é incomum, entre os estudiosos da comunicação, a análise de uma prática ou de um conjunto de práticas e artefatos como um *texto*. Na realidade, entende-se que esses elementos formam um todo semântico que pode ser "lido" e interpretado. A esse respeito, CAREY, *Communication and Culture*, 118, afirma que a metáfora do "texto", para a análise da ação humana enfatiza que a tarefa do cientista cultural está mais próxima daquela do crítico literário ou do hermenêuta que de um cientista do comportamento.

quer privilegiar neste estudo: a intensidade de participação havida no desenvolvimento dessa atividade.

Ao se estudar a prática extensionista, dinamizada no Projeto de Teleextensão Rural, procurar-se-á captar as *condições* existentes para a participação dos produtores, monitores, extensionistas e dirigentes, nas diversas *etapas* da ação

O marco teórico que precede este segmento (capítulos 1 e 2) servirá de base para essa reflexão, embora não se proponha aqui abordar necessariamente todos os aspectos ali comentados, e sim, recorrer a ele, quando necessário.

Reconhece-se adiantadamente que muitos pontos relevantes poderão ser deixados de lado por limitações de várias ordens, dentre as quais, a própria natureza parcial do processo interpretativo. De qualquer forma, salienta-se que não se tem a intenção de apresentar o fenômeno estudado "como ele realmente é", mas sim, da forma como é visto por alguém, e da forma como parece fazer sentido para seus participantes. Essa visão é relatada, entretanto, com escrupulosa explicitação dos ângulos e pontos de vista abordados, e as observações, teoricamente suportadas. Opta-se, assim, por um conceito de "ciência social", divergente daquele defendido pelos positivistas.

Os "textos" privilegiados na realidade a ser interpretada são os seguintes:

- a) o material gravado, resultante da pesquisa efetuada por este autor, junto aos atores do processo;
- b) amostras do material instrucional dos cursos: Manuais de Trabalho e fitas gravadas( as peças de slide só eram utilizadas a cada 4 ou 5 aulas, para sumariar e reforçar cada segmento):
- c) alguns documentos de trabalho e de divulgação do Projeto; e
- d) as impressões e observações deste autor, que vivenciou este processo interpretativo em todas suas fases.

O segmento que se segue buscará estudar as *condições para participação*, oferecidas pelo Projeto de Teleextensão Rural. Este estudo buscará interpretar esse processo comunicativo, a partir da metodologia do próprio projeto, não havendo, necessariamente um compromisso com a concepção de comunicação subjacente ao modelo adotado. Assim, acreditou-se que se poderia problematizar a prática extensionista analisada, a partir do próprio modelo adotado, com a vantagem de se poder oferecer críticas e sugestões que não impliquem necessariamente em mudanças estruturais, sendo, portanto, mais fáceis de ser incorporadas. Em outros momentos, discute-se também o modelo, e isso fica razoavelmente claro.

## 1. AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NAS ETAPAS DO PROJETO DE TELEXENSÃO RURAL

Praticamente, a participação no processo comunicativo, como é definido pela Extensão Rural, requer a existência de condições de expressão crítica em todas as etapas que compõem o "modelo de intervenção" adotado, ou seja, no levantamento das necessidades de comunicação, na concepção de medidas adequadas à satisfação das necessidades sentidas, no planejamento dos canais e meios a ser utilizados e dos resultados a ser esperados, na elaboração, emissão e recepção das mensagens e na avaliação do processo. Essas condições garantiriam que essa prática contasse com a intervenção crítica da maioria e servisse aos interesses da maioria dos envolvidos nesse processo.

É dentro dessa perspectiva que se pretende analisar brevemente as condições de participação nas quatro etapas do Projeto.

### 1.1. As Etapas do Projeto.

Na prática, não é muito fácil, nem correto, dizer quando inicia e termina uma etapa e começa outra. Não é absurdo que ocorram as quatro discriminadas neste trabalho ao mesmo tempo. De qualquer forma, algumas coisas começam a ser feitas antes de outras, utilizando meios pré-estabelecidos, para atingir fins desejados e isso tudo é julgado em um determinado momento. Procurar-se-á, assim, para efeitos desta análise, separar esses momentos de acordo com a predominância de características que os encaixem na concepção, no planejamento/montagem, na execução ou na avaliação.

Sabe-se pelos documentos ligados ao Projeto que em meados de 1979 o Governador do Amazonas manifestou ao Presidente da Embrater, sua preocupação em encontrar uma feição mais dinâmica para a Extensão, junto aos produtores rurais. Já em março de 1980, "deu-se início aos trabalhos de preparação das comunidades rurais e produção dos materiais instrucionais. Em janeiro de 1981 o Projeto já estava sendo executado a nível de campo", e em julho, teve sua primeira avaliação formal.

Desse mapeamento cronológico pode-se separar as etapas do Projeto, da seguinte forma:

a) Concepção da ação. Deu-se no período compreendido entre a solicitação do Governador Lindoso e a confecção do documento "Projeto de Telexensão Rural para a Bacia do Médio Amazonas", de FONSECA & FREITAS, apresentado em sua versão preliminar, em setembro de 1979. Nesta etapa foi feito o levantamento e diagnóstico da região pelos técnicos citados e proposta uma meto-

dologia de atuação, adaptada daquela já utilizada pela Feplam (Fundação Educacional Padre Landell de Moura), no Rio Grande do Sul.

b) Planejamento/montagem da Ação. O documento preliminar de FONSECA & FREITAS propõe a implantação de um protótipo em Itacoatiara, para o detalhamento do qual sugere a realização de uma reunião técnica, na Emater-AM, "com a participação da própria Emater, através de seus técnicos e especialistas estaduais e locais (de Itacoatiara), de um grupo assessor da Embrater, de representantes da Feplam e, possivelmente, de firmas interessadas na implantação do sistema de multi-acesso naquela região". A reunião, proposta para novembro daquele ano, veio a realizar-se em março de 1980.

"Nesta reunião seria detalhado o Projeto de Teleextensão de Itacoatiara, definindo-se as comunidades a serem incluídas, os cursos e materiais a serem preparados e os treinamentos requeridos para por em marcha o projeto. Seria também estabelecido o cronograma de trabalho, involucrando cada técnico e/ou agência responsável. Da mesma forma, seria elaborado orçamento e previsão de fontes de recursos para cada fase componente do protótipo. Finalmente, seria planejado um mecanismo de avaliação e acompanhamento do projeto, visando a documentar seu desenvolvimento para sua posterior extensão aos demais municípios da região."

Nesta etapa se inclui a montagem do Projeto, a partir de março de 1980, com a alocação dos recursos e a preparação das comunidades rurais, incluindo (i) a organização das comunidades rurais; (ii) o treinamento dos extensionistas locais e dos monitores das diversas comunidades abrangidas; (iii) preparação dos cursos específicos e respectivos materiais de apoio, e (iv) implantação dos canais físicos de transmissão de mensagens.

c) Execução/operacionalização da Ação. Os cursos começaram a ser realizados a partir de janeiro de 1981, com teleaulas de Associativismo Rural, em trinta comunidades integrantes da etapa piloto do Projeto.

d) Avaliação da Ação. Uma primeira fase da avaliação de custo/benefício do projeto foi executada em julho de 1981, com recursos do Projeto Borba Gato, e contando com equipe de entrevistadores arregimentados pelo Projeto Rondon. Constou de um questionário de perguntas abertas e fechadas, respondido por aproximadamente 500 chefes de famílias de comunidades atendidas e não atendidas pela Extensão local.

## 1.2. *Análise de Documentos.*

Uma forma que se encontrou para iniciar esta análise foi a de se estudar primeiro os documentos produzidos e/ou utilizados no desenvolvimento

do Projeto. Este estudo preliminar ofereceria, entre outras, as seguintes vantagens:

- a) a obtenção de uma visão do conceito de participação adotado pelos autores do Projeto. A eventual constatação de uma consciência sobre o que seja participação, mesmo que de uma forma não-sistematizada, e sobre a necessidade de seu exercício, que se aproxime daquela defendida neste trabalho, lhe conferirá maior pertinência e possibilidades de contribuição.
- b) uma análise inicial da coerência com que é operacionalizado o conceito; dos desvios porventura ocorridos em etapas iniciais.
- c) a possibilidade de maior familiarização com o Projeto a ser estudado.

Os documentos aqui analisados e comparados, serão quatro:

- a) FONSECA, Luiz & FREITAS, Vilmar Rosa de. *Projeto de teletensão rural para a bacia do Médio Amazonas*. Brasília, 1979, 25p. mimeo.
- b) MONTEIRO, Sílvia Tavares. *Elementos para interpretação de comunidades rurais amazonenses*. Manaus, EMATER-AM, 1980, 26p. mimeo.
- c) FEPLAM. *Projeto de teletensão rural*. Proposta de avaliação. s. n. t., 15p. mimeo.
- d) REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. *Teletensão rural*. Reduzindo distâncias na educação. Brasília, 2(2):3-5, mar./abr., 1981. (Devido à dificuldade de citação, aludir-se-á a este texto como "Artigo").

O trabalho de MONTEIRO foi publicado posteriormente ao de FONSECA & FREITAS. Isso leva a crer que não tenha, portanto, influenciado essa primeira proposta. Entretanto, como transparece claramente sua contribuição para a elaboração do primeiro Manual de Trabalho (sobre Associativismo Rural) a ser utilizado pelos produtores, infere-se que tenha sido um texto importante nesta etapa do Projeto, razão porque se permitiu incluí-lo entre os documentos que norteiam conceitualmente os primeiros passos dessa iniciativa.

No sentido de não alterar a sequência dada pelos autores às "etapas" da ação -- que para eles se confundem com os componentes básicos da metodologia do projeto --, respeitar-se-á, neste segmento, a ordem em que as atividades são encontradas, não fazendo prevalecer o agrupamento aqui realizado. Segue-se uma primeira "leitura" interpretativa do Projeto, através dos documen-



tos citados.

Dentre as três premissas iniciais em que apóia a apresentação de seu trabalho, MONTEIRO sugere a seguinte:

"O abandono de coleta de dados de forma academicista e a elaboração de um documento que permita livremente ao extensionista desenvolver a sua capacidade crítica e criativa, *com a participação dos produtores*".

Já ao introduzir o tema a ser discutido, o autor salienta a importante missão da Extensão Rural, de melhorar o nível de vida das populações rurais, provocando assim seu desenvolvimento. Para isso "é necessário uma ação extensionista planejada e *participativa*, principalmente nas bases do sistema".

Parece que MONTEIRO pretende denotar que um estudo academicista se opõe ao exercício da crítica e da criatividade. Certamente estará, *também*, se referindo à forma convencionalmente utilizada de extensão rural, que, talvez, não lhe pareça suficientemente planejada e participativa.

A esse respeito, especificamente, encontra-se no Artigo divulgativo das atividades do Projeto de Telextensão, os seguintes dizeres:

"Um dos objetivos que a extensão sempre perseguiu foi o de levar os produtores rurais a participar mais ativamente do processo de transferência de tecnologia, de uma forma crítica e consciente".

Fica evidente, desde logo, que não há consenso a respeito do assunto, entre os autores analisados. A constatação, entretanto, se torna complexa ao recordar-se que há um acordo explícito -- quanto à visão sociológica da comunidade rural, quanto à metodologia a ser utilizada no seu trato e *também* quanto à forma de se professar participativos -- entre os autores.

Desenvolvendo seu tema, MONTEIRO procura desdobrar suas colocações iniciais. Com respeito à prática convencional de extensão, ele afirma:

"Julgamos que um dos maiores defeitos das agências estaduais, quando agem sobre o meio rural é o fato de tomarem o produtor como um "objeto de planificação" e não como um "sujeito de ação".

Coloca-se, então, a questão-chave deste segmento: seria possível estender essa crítica ao Projeto de Telextensão, a partir do que se encontra sobre sua "ideologia de ação", nos textos analisados? É-se levado a crer, numa primeira aproximação, que sim ao verificar como ele se identifica com a

Extensão convencional, dizendo que esta sempre teve como objetivo levar os produtores a participar. A não ser que se esteja tratando de conceitos de participação com conotações diferentes. Prossiga-se, então, na linha de argumentação de MONTEIRO, para o esclarecimento deste ponto:

"Se entendermos o homem rural como um sujeito de ação, e é isto que ele é, passaremos a trabalhar de forma dialogada com o mesmo; não estaremos apenas conseguindo maior probabilidade de sucesso e de participação em nosso trabalho. Estaremos gozando de uma única e importante ocasião para enriquecê-lo, aprimorá-lo e garantir assim um desenvolvimento real."

Neste período, MONTEIRO apresenta deliberadamente um "anti-conceito" de participação: aquele que não envolve necessariamente a preocupação com o enriquecimento, aprimoramento ou desenvolvimento do produtor, mas sim, com "participação em nosso trabalho", como garantia do sucesso desse trabalho. O diálogo -- utilizado pelo extensionista retratado -- passa então a ser meio de sucesso profissional, e o produtor permanece um "objeto de planificação", dando origem a um paradoxo que denuncia a real natureza das relações que existe entre esses dois, enquanto classes ou frações de classes.

O próprio autor, entretanto, revela certa tendência -- possivelmente uma deformação profissional que ainda não conseguiu superar -- ao demonstrar crer que o homem rural possa ser aprimorado pela Extensão. Acredita-se que, ou o produtor se aprimora e enriquece -- valendo-se para tal, inclusive, da ajuda de outras pessoas ou mesmo de instituições --, ou isso jamais se dará.<sup>2</sup>

Sobre este assunto, a posição assumida pelo Projeto é apresentada no Artigo:

"No projeto de Teleextensão todo o cuidado foi posto no sentido de retirar da ação educativa qualquer sugestão impositiva ou de comu-

- 
2. "As pessoas não podem ser desenvolvidas por outras; somente elas podem se desenvolver a si próprias. Embora seja possível que um estranho construa a casa de um homem, ninguém pode imprimir-lhe orgulho e confiança em si mesmo, como ser humano. Estas forças o homem deve criá-las dentro de si através de seus próprios atos. Um homem se desenvolve pelo que ele faz, tomando suas próprias decisões, aumentando sua compreensão do que e do porque realiza; desenvolve-se aumentando seu conhecimento e habilidades; desenvolve-se por sua plena participação -- em pé de igualdade -- na vida da comunidade a que pertence." Julius Nyerere. *Freedom and Development*, Oxford University Press, 1973.

nicação vertical. Ao contrário, procura oferecer idéias e conceitos que devem ser discutidos e avaliados pelos grupos de produtores, sem a presença inibidora ou diretora do agente de extensão. Dessa maneira, os materiais são elaborados de molde a ajudar os agricultores a interpretar por si mesmos a realidade em que vivem e a buscar soluções que mais lhes convenham". (Artigo, 5)

A julgar pelo texto acima, o Projeto em questão tem uma clara visão dos perigos a evitar, ao buscar uma relação horizontal entre os participantes da atividade proposta. Parece que o Projeto, assim como MONTEIRO, renegam certas posturas tradicionais, implicitamente denunciadas por ambos. No Projeto, isso fica patente ao se notar a preocupação de se *retirar* da ação educativa a *imposição e o verticalismo*. Com efeito, é justamente essa posição, assumida em um veículo oficial da Extensão Rural no Brasil, que fornece a este trabalho o alento de contribuir com suas críticas e sugestões e que legitima a análise do Projeto através do prisma de participação.

Na apresentação de seu trabalho, MONTEIRO introduz um termo que irá, mais à frente, retomar: desenvolvimento. E o faz associando-o à *participação* e ao extensionista:

"O extensionista é um agente de desenvolvimento. Entendemos desenvolvimento como um processo de melhoria de nível de vida através de aumento de produção e produtividade, *com ampla participação decisória* sobre os destinos deste aumento por parte das populações envolvidas no mesmo."

Dir-se-ia agora, que MONTEIRO oferece um critério para instrumentar o discernimento sobre o caráter da intervenção social executada pelo Projeto e também sobre a natureza das relações sociais nele desenvolvidas. Este critério se resume em verificar de que forma o Projeto se propõe a levar *desenvolvimento* às comunidades rurais: *com ou sem ampla participação decisória* sobre a definição adequada a ser conferida ao termo "desenvolvimento" e sobre os meios de consegui-lo.

Na impossibilidade de se obter nos documentos analisados uma definição do termo -- elaborada por essas comunidades e para elas --, ater-se-á em buscar indícios que revelem a intensidade de participação obtida pelos produtores; em termos de *poder, saber e querer decidir* sobre as ações que os afetam direta ou indiretamente.

Quais são essas ações?

Na preocupação de não extrapolar, neste segmento, os textos com os quais se está trabalhando, estudar-se á apenas aquelas mencionadas por FONSE-

CA & FREITAS e no Artigo. São elas:

a) Organização das comunidades rurais

"Esta é a filosofia do Projeto de Teleextensão Rural: conseguir que as comunidades trabalhadas se organizem para assumir uma importante parte no processo de transferência de tecnologia sobre seus próprios ombros, liberando parcialmente a presença física do extensionista e diminuindo os custos operacionais da extensão, que se estão elevando consideravelmente".(Artigo, 3)

A organização das comunidades rurais é apresentada como uma das atividades básicas para a implantação do Projeto; sem o quê ele se inviabiliza. A informação de que se dispõe a respeito é de que essas comunidades já possuíam algum nível de organização, anteriormente à chegada do Projeto<sup>3</sup>. De qualquer forma, há que se ressaltar que a decisão de se agrupar em torno da nova proposta parece ter sido tomada espontaneamente por cada um dos participantes.

Talvez não seja demais enfatizar que a ausência desse tipo de mobilização seria uma barreira intransponível ao Projeto, como ele é idealizado, e que a decisão de se organizar, e participar nas ações em que isso implica, se manifestou em artefatos concretos, tais como a construção do barracão (onde se guarda o material dos cursos), da antena de rádio, e em alguns casos do centro comunitário.

Uma informação importante, que não pôde ser obtida dos documentos analisados<sup>4</sup> é a porcentagem de participantes envolvidos nesse processo preparatório, em relação ao número de famílias que compõem cada comunidade. Esta informação daria expressividade a essa forma de participação, ou, ao contrário, poderia denunciar o trabalho de um pequeno grupo, com interesses e aspirações não representativos, em termos da totalidade da comunidade.

b) escolha e preparação do monitor

"Durante a fase de preparação, cada comunidade escolheu um monitor para se encarregar da coordenação dos cursos. Esses monitores receberam treinamento na metodologia do projeto, especialmente na condução das classes e na utilização dos materiais e equipamentos que ficariam sob sua responsabilidade." (Artigo, 4)

O texto de FONSECA & FREITAS considera este ponto como "crítico para a eficiência desta metodologia". Não se obtém dos documentos muita infor-

3. FONSECA & FREITAS, op.cit., 10.

4. Este ponto será retomado nos itens 1.4 e 1.5(a), com dados da pesquisa de campo.

mação sobre as condições de participação do produtor nesta etapa. Apenas encontra-se a respeito uma indicação indireta:

"Talvez porque o treinamento não alcançou também os extensionistas estes, via de regra, não estão dando o apoio devido aos monitores e nem se encontram muito sensibilizados para atuar nas comunidades através deste esquema de liderança". (FONSECA & FREITAS, 11)

Esta passagem parece nos indicar que os extensionistas não tiveram participação decisória neste projeto, razão por que reagem "resistentemente". Outra indicação valiosa é que a fórmula utilizada para se obter sensibilização e apoio dos técnicos é seu treinamento nos métodos. O que autoriza acreditar que a participação dos produtores nesta etapa se resumiria a designar um monitor para o treinamento. De qualquer forma, FONSECA & FREITAS acreditam que este impasse se resolverá com o aperfeiçoamento do Projeto:

"Este aperfeiçoamento deverá incluir, necessariamente, um melhor treinamento do extensionista na filosofia e no método de utilização do monitor de campo". (FONSECA & FREITAS, 11)

O "método de utilização do monitor de campo", ou monitor agrícola, já estava sendo introduzido no Estado, e foi incorporado e reforçado pelo Projeto, como monitor de Telextensão. Na maioria das vezes trata-se da mesma pessoa, que acumula os cargos.

c) definição da metodologia de ensino.

"De comum acordo com o Governador Lindoso e EMATER-AM, optou-se pelo último desses meios, definindo-se que seriam utilizados cursos específicos, através de fitas gravadas, reforçadas com outros materiais de ensino e apoiadas por um sistema de intercomunicação entre as comunidades rurais e a equipe de extensionistas". (Artigo, 3)

Sobre a metodologia de ensino ou extensão a ser utilizada não será necessário indagar qual o grau de participação decisória dos produtores, monitores e mesmo extensionistas locais envolvidos. O poder,<sup>5</sup> pelo menos no sentido em que reflete o jogo de poder da sociedade global, não é dado no caso. Talvez caiba lançar a questão: seria possível -- e em que medida -- obter uma participação a nível de decisão ou de planejamento num projeto desta

---

5. Ver, sobre esta condição para participação, no item 1.1.1 do terceiro capítulo deste trabalho.

magnitude? Em quê isso implicaria, em termos das relações desenvolvidas entre os participantes do Projeto e dos princípios em que se apóia? Uma sugestão de resposta -- geral, mas evidente -- pode ser encontrada em SANTOS:<sup>6</sup> implicaria em um novo modelo de desenvolvimento, no qual o alvo principal fosse proporcionar a oportunidade e condições de realização humana a todos os níveis da sociedade; e esse modelo seria decorrente de uma reorientação das estruturas sociais, ou seja, das relações de poder nela imperantes. De qualquer forma, o texto que se segue relata com suficiente precisão o que de fato ocorreu:

"Os cursos foram elaborados segundo a metodologia de trabalho desenvolvida pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura, do Rio Grande do Sul, cristalizada em mais de treze anos de atuação junto às famílias rurais gaúchas. Se o método de cursos foi adaptado da FEPLAM, o conteúdo técnico dos mesmos foi inteiramente elaborado pela EMATER-AM, rigorosamente dentro da programação de extensão da área e espelhando unicamente as recomendações tecnológicas que os próprios extensionistas estavam disseminando na região". (Artigo, 4)

#### d) definição do conteúdo dos cursos

"*Cursos.* Os cursos contêm unicamente a informação técnica que está sendo transferida pela extensão rural no município. As próprias comunidades decidem que cursos desejam receber, com que frequência querem se reunir, bem como o local e a hora das reuniões. Tudo isso dá um caráter de extrema flexibilização ao método, que representa uma intensa combinação de meios auditivos, escritos, visuais, além de práticas e demonstrações". (Artigo, 5)

O texto acima parece indicar que o nível de decisão dos produtores, no que tange a escolha dos cursos, a frequência das reuniões, local e horário é total. Sugere que, na *etapa de execução*, propriamente dita, uma participação mais intensa se torna viável. Não se tem, a partir dos documentos em pauta, muita informação sobre esta etapa, por sua própria natureza; pelo fato de ser um processo em andamento. De qualquer forma, ao ser redigido o Artigo, em que se tem apoiado parte desta análise, já estava em marcha o primeiro curso; e a informação que o texto fornece a respeito relativiza a compreensão inicial, pelo menos no que se refere a este primeiro curso, revelando certo diretivismo na definição do seu conteúdo e de seus objetivos:

---

6. Ver um resumo de sua postura no primeiro capítulo deste trabalho.

"Todas as 30 comunidades que integram a etapa piloto do projeto estão oferecendo o Curso de Associativismo Rural, planejado para preparar a comunidade para uma participação mais efetiva no projeto. Para atender à necessidade de aumentar a produção de alimentos na região, foram preparados os cursos de mandioca, arroz, milho e feijão. Para a introdução de cultivos econômicos, foram elaborados os cursos de guaraná e seringueira, alternativas para a juta, praticada como monocultura na região". (Artigo, 4)

Não resta dúvida que, ao menos para este caso, a escolha do curso não foi feita pelos produtores. Ele foi "planejado para preparar a comunidade para uma participação mais ativa no projeto", o que indica, de relance, a compreensão que se tem do conceito de *participação* e também da forma de conseguí-la. Diante disso, quem garantiria que a referida *necessidade* de aumento de produção -- ou da produção *desses* alimentos -- é sentida e definida conscientemente pelos produtores?

Ainda sobre este tópico, encontra-se em FONSECA & FREITAS os seguintes dizeres:

"A mecânica do trabalho obedece, via de regra, ao seguinte ordenamento: (1) de acordo com a vocação agropecuária da região, é feito um planejamento dos cursos e das épocas em que os mesmos serão oferecidos em cada comunidade; (2) os agricultores são convidados a se inscreverem no curso ou cursos que mais lhes interessam; (3) uma vez formado um grupo para determinado curso, o monitor e os participantes definem a periodicidade, hora e local para se reunirem (...)" (FONSECA & FREITAS, 11,12)

Esta passagem afirma que os produtores podem decidir que cursos mais lhes interessam e se inscrever ou não neles, o que está de acordo com outro texto (Artigo, 5), transcrito. Por outro lado, reforça uma outra constatação feita noutro período; a de que não têm qualquer ingerência sobre a definição dos cursos a serem oferecidos na região. O primeiro (Artigo, 4), diz que foram preparados para atender à necessidade de produção de alimentos na região e introdução de cultivos econômicos; o segundo, acima, diz que foram planejados de acordo com a vocação agropecuária da região, *estabelecendo-se, inclusive a época em que seriam oferecidos em cada comunidade*. É evidente que não se pode questionar a vocação agropecuária de cada região, e nem modificar a época propícia de plantio de um produto, mas fora estes fatos, muitas opções foram feitas, para as quais não se registra ter levado em conta a opinião dos produtores. Resta, então a este, inscrever-se ou não no curso que esteja em cartaz em sua comunidade.

e) avaliação dos resultados

"Uma cuidadosa metodologia de avaliação está sendo desenvolvida para acompanhar o projeto. Seu propósito é realizar uma análise de custo/benefício e uma comparação de seus resultados com o dos métodos convencionais de extensão, até então utilizados".  
(Artigo, 4,5)

Um último item a considerar neste segmento é o estudo da participação dos produtores rurais no processo de avaliação do Projeto. Trata-se de uma avaliação de custo/benefício. O que se quer problematizar aqui, está ligado ao problema da comparação dos elementos da avaliação. Como custos do projeto, FEPLAM relaciona quatro: a) específicos do projeto; b) gerais do projeto; c) por produtor assistido pelo projeto; e d) por contato com a comunidade. Para a avaliação dos benefícios, cita cinco: a) ganhos em conhecimento; b) ganhos em adoção; c) ganhos em produção, produtividade e renda; d) ganhos em participação social e e) mudanças de atitudes.

O que se torna complexo nessa avaliação é o fato de estar claro que os custos enumerados no texto de FEPLAM recairão sobre o Estado e sobre a organização do projeto. Entretanto, os benefícios não pretendem compensar as despesas, senão de forma indireta e a longo prazo, através de um esperado aumento de produção e de sua qualidade, solucionados os decorrentes problemas de escoamento, armazenagem, comercialização etc. Assim, os eventuais benefícios do Projeto serão mais imediatamente sentidos pelos produtores nele envolvidos. Cabe, ainda, indagar em que nível os ganhos e mudanças serão percebidos pelos próprios produtores -- crítica e conscientemente -- como benefícios; e em que medida julgarão que compensam *seus* custos. Neste sentido, uma forma de o produtor participar nesta etapa, seria fazendo incluir na pesquisa elementos que lhe permitissem avaliar seus custos e seus benefícios.

Reconhece-se que esta análise está longe de esgotar a realidade com a qual se envolveu e que algumas das conclusões não são completas pelo motivo de os fatos se terem dado diferentemente do que está nos documentos. Daí, a necessidade de uma pesquisa de campo que possibilitasse uma maior aproximação dos mesmos; de como as coisas aqui vistas realmente se deram.

De qualquer forma, acredita-se ter podido obter desses textos o que de mais importante se buscou: a forma como seus autores se declaram participativos, demonstrando em seu discurso estar conscientes de algumas de suas implicações; a forma como suas atitudes confirmam ou não esse discurso, revelando suas reais posturas; e a forma como o que se pôde ver da operacionalização



do projeto parece refletir uma ou outra postura, permitindo entrever um conflito dialético entre intenções -- intelectualmente suportadas --, e atitudes -- determinadas pela ideologia de classe.

A conclusão que se oferece para este segmento, ainda terá que ser na forma de inquietações: ao se tentar, hipoteticamente, operacionalizar, nesse mesmo contexto, o conceito de participação proposto neste trabalho, como obter uma participação satisfatória na *concepção* de uma ação da complexidade e do envolvimento político do Projeto em questão? Isso não implicaria em igualdade de *condições* não dadas no real histórico presente? Parece que a mesma pergunta se coloca, com maior ou menor dramaticidade, para as etapas de *planejamento/montagem* e *avaliação* restando possibilidades mais imediatas para a etapa de *execução*.

### 1.3. *Participação na Concepção.*

FONSECA & FREITAS citam em seu trabalho os contatos mantidos durante a viagem de estudo ao Estado do Amazonas. São eles: a) o Governador do Estado e seus secretários de Produção e de Comunicação Social; b) o Presidente da Emater, seu Coordenador de Operações, seu Gerente Técnico de Comunicação, supervisores e técnicos locais; e c) monitores de campo, líderes e produtores rurais das comunidades Colônia Rondon e São Sebastião.

Desta relação obtém-se que duas comunidades, dentre as trinta integrantes do projeto piloto foram visitadas nesta etapa.

Com efeito, as pessoas entrevistadas por este autor, na Colônia Rondon, dentre os quais o presidente da comunidade, se recordam da visita. Ao serem indagadas sobre "*como ficaram sabendo<sup>7</sup> a respeito do Projeto; que informações tiveram e quem lhes havia passado essas informações*", reproduziram pormenorizadamente o encontro. Interessa-nos no momento, entretanto, a resposta dada por esta -- e por todas as outras comunidades entrevistadas -- à segunda parte da questão, que pretende levantar o grau de participação das comunidades na concepção do Projeto.

Em todas as comunidades entrevistadas os produtores se recordam de ter tomado conhecimento do Projeto -- através do extensionista ou do monitor agrícola -- como sendo composto por gravador, rádio, projetor, monitor, etc., o que autoriza a conclusão de que a metodologia básica do Projeto -- senão para as duas visitadas por FONSECA e FREITAS, pelo menos para a grande maioria das comunidades da região -- já estava definida a esta altura. Assim, se houve

---

7. Ver item 1.1.1. do capítulo 2 deste trabalho.

abertura para participação do produtor nesta etapa, esta só foi concedida a duas das trinta comunidades que compõem o protótipo de Itacoatiara.

Não se tem registro se alguma apreciação crítica coletiva foi feita pelos produtores, a respeito da "nova idéia", quando daquele primeiro contato. A maioria dos produtores com que se dialogou afirma ter gostado imediatamente da idéia e não ter tido sugestões a dar. Argumenta-se, no entanto, que, mesmo que tivessem sido solicitados a considerar criticamente sobre o assunto, muito provavelmente, sua herança de dependência e subordinação aos parâmetros urbanos e à autoridade, suas limitações de conscientização,<sup>8</sup> e a forma pronta e estruturada como viram pela primeira vez o Projeto, teriam conduzido ao mesmo resultado<sup>9</sup>.

De qualquer forma, pode-se concluir, com apoio em FONSECA & FREITAS<sup>10</sup>, que não houve a preocupação em ser participativo nesta etapa. A evidência disso está em que a metodologia, por ser adaptada da experiência da FEPLAM, já estava praticamente definida e não se tem indícios de que houvesse predisposição para reconsiderá-la. Este último ponto fica claro na sequência do mesmo texto, onde são selecionados para participar do detalhamento do protótipo de Itacoatiara (etapa de planejamento), representantes da Emater, Embrater, Feplam e firmas fornecedoras de equipamentos. Não se nota qualquer referência às comunidades diretamente atingidas pelo protótipo; e mesmo a esse nível de reunião não se inclui na agenda qualquer oportunidade de questionamento da concepção geral do projeto proposto.<sup>11</sup>

Nota-se também que as comunidades não reagiam a ele, de moto próprio, favorável ou desfavoravelmente. A única resposta que se pôde obter a perguntas do tipo -- Que achou? Que ia ajudar vocês? Que ia atrapalhar em algo? --, foi; "achei que ia ser bom, né?" -- Por quê? -- "Porque vai ajudar a gente a entender melhor as coisas, né? E qualquer coisa nova que venha a ajudar a gente é bom, né? Eu digo que sim."<sup>12</sup>

Constata-se, assim, que "o reconhecimento da necessidade de mudança"<sup>13</sup> não oferece evidências de ter sido "interna" aos grupos de produtores de Itacoatiara.

8. O sentido em que o termo é aqui aplicado está na nota 38 do 2º capítulo.

9. Ver; a esse respeito, item 1.1.3. do capítulo 2.

10. FONSECA & FREITAS, op.cit, 16.

11. Este parágrafo é reproduzido no item 1.1.(b) deste capítulo.

12. FREITAS, *Education for Critical Consciousness*, 26, afirma que o mutismo "não significa ausência de resposta, mas sim uma resposta que carece de criticidade". Citado por LIMA, V. op cit, 86.

13. Ver item 1.2.1., do capítulo 2 deste trabalho.

As respostas dos monitores de Telextensão para o pedido de que descrevessem a forma e circunstâncias como se deu seu primeiro contato com o Projeto são as mais variadas. Essas circunstâncias, entretanto, podem ser agrupadas, em alguns aspectos gerais, de interesse para este trabalho, em três situações típicas.

A primeira é aquela em que os monitores convocaram, a pedido do extensionista, uma reunião, onde foi apresentada e discutida a "nova idéia". Compareceram a essa reunião aqueles produtores que puderam ser convidados pelo monitor (não havendo ainda o rádio, nem sempre o monitor podia ser avisado com antecedência, encontrando, assim, o produtor em meio a atividades que não podia parar, ou não havendo tempo -- ou mesmo interesse -- em ir avisar os mais distanciados), e que tiveram condições ou interesse em atender ao seu chamado. Com o interesse demonstrado pelos presentes, foi ele imediatamente indicado para monitor, devendo, dias depois, passar uma semana na sede do Município recebendo seu treinamento, bem como instruções sobre as primeiras atividades requeridas da comunidade, no sentido de criar a infraestrutura necessária ao recebimento dos equipamentos e materiais.

A segunda situação é aquela em que os monitores foram convidados, na qualidade de monitor agrícola, para participar de um curso novo que ia ser muito bom. Lá, eles ficaram sabendo do que se tratava e trouxeram a novidade para a comunidade, saindo à busca de adesões. Num desses casos, o argumento forte utilizado foi que "sem matrículas no curso a comunidade não recebe o rádio".

Uma terceira forma de ocorrência foi a de ter sido, como os outros membros da comunidade, convocado para uma reunião, pelo Presidente. Essa reunião se destinava a eleger -- a pedido do técnico da Emater, mas sem a presença deste -- um representante da comunidade para ir à cidade fazer um curso novo. Maiores detalhes seriam recebidos na Emater, porque o presidente não sabia reproduzir com clareza o que o técnico lhe havia dito. Sabia, sim, que ia ser muito importante para a comunidade.

O fato de uma pessoa ser eleita representante de uma comunidade para ir fazer um curso na cidade -- mesmo sem muita informação sobre ele -- não é incomum. Isso já devia ter ocorrido na maioria das comunidades da região algumas vezes: em relação à Prelazia (curso de catequista e catequista de crianças), ao Projeto Rondon, à SUDHEVEA e à própria Emater, com os treinamentos de monitor de campo ou agrícola, entre outros.

O que essas informações, apesar de suas peculiaridades e nuances, oferecem de importante para este trabalho, na realidade, é o fato de, tanto

o monitor quanto seus companheiros de comunidade terem tido conhecimento da concepção do projeto -- já na forma de artefatos --, em muitos casos, após estarem tomando parte nele. O que leva a crer que, na maioria dos casos, o "querer", veio antes do "saber" e de muitos aspectos necessários -- como o julgamento crítico -- do "poder".<sup>14</sup> E o fato de terem "tomado conhecimento" do Projeto, enquanto concepção, implica em que não participaram desta etapa.

O mesmo tipo de questionamento foi levado ao técnico do Escritório Local. Percebe-se, pelo que se pôde apurar dos cinco depoimentos colhidos, que sua participação nesta etapa foi mais intensa, conquanto com diferenças de um técnico para outro.

O texto comum, resultante da concordância dos cinco relatos individuais indica que quando FONSECA & FREITAS chegaram a Itacoatiara, a informação que tinham sobre o Projeto era praticamente nula. Não foi possível recuperar o nível de elaboração conceitual e metodológica da nova idéia, com que os técnicos da Embrater chegaram àquele município. Obteve-se apenas que durante essa visita alguns técnicos foram solicitados a opinar sobre uma concepção -- já bastante delineada, em termos metodológicos --, de como solucionar o problema levantado pelo Governador Lindoso. Uma coisa é certa: está-se próximo do momento da concepção do Projeto. O fato é que esse instante exato, nem Fonseca sabe precisar. De qualquer forma, isso é de menor relevância.

Duas interpretações, entretanto, se pode sugerir para a forma como a idéia nasceu:

a) FONSECA & FREITAS, que já conheciam a metodologia da Feplam -- e isso é certo, pelo menos para Fonseca<sup>15</sup> --, foram a Itacoatiara verificar até que ponto poderia aplicá-la à região, e determinar os ajustes necessários -- que se resumiriam, grosso modo, à introdução do rádio.

b) Ao visitar as comunidades da região, e em contato com os produtores e lideranças locais de Colônia Rondon e São Sebastião e dos técnicos do Escritório, surgiu a idéia de se aplicar a metodologia da Feplam.

Em qualquer dos casos, essa gênese foi muito rápida, a ponto de dar aos extensionistas a impressão de uma idéia pronta: um "pacote", a respeito do qual suas manifestações iniciais (em presença de FONSECA & FREITAS) só foram elogiosas ou interrogativas.

14. Essas três condições para a participação: saber, querer e poder, são desenvolvidas no item 1.1. do capítulo 2 deste trabalho.

15. Este técnico já vinha prestando serviços de consultoria àquela fundação, há algum tempo.

As entrevistas revelam que esses técnicos locais continuam crentes na validade do Projeto. Demonstaram, entretanto, que nutriam inquietações e perplexidades -- já àquela época -- que não expuseram; e não são capazes de dizer por quê. É interessante notar, inclusive, que essa situação não se restringiu a um subjetivismo sem consequências e de importância apenas para este trabalho: ela foi importante a ponto de merecer menção de FONSECA & FREITAS:

"Talvez porque o treinamento não alcançou também os extensionistas, estes, via de regra, não estão dando o apoio devido aos monitores e nem se encontram muito sensibilizados para atuar nas comunidades através deste esquema de liderança." 16

Torna-se, assim, visível -- a partir de um padrão semelhante de comportamento do técnico, do monitor e do produtor: a ausência de resposta, ou a resposta acrítica --, o efeito causado pelas estruturas verticais que impregnam, tanto as relações sociais quanto funcionais.<sup>17</sup> Parece ser este tipo de atitudes que BRAATZ<sup>18</sup> pretende evitar ao propor a participação, pelo menos psicológica, ao nível organizacional.

#### 1.4. Participação no Planejamento/montagem

Entende-se que esta etapa já se manifesta, em algumas de suas providências e características, naquela que se vem de comentar, assim como nas que se seguirão. Mas é certo também que ela tem um momento mais intenso e nítido neste Projeto; aquele em que se propõe o detalhamento do protótipo. Trata-se, de qualquer forma, de uma etapa de decisões sobre objetivos e ações a ser realizadas.

Tendo em mente esta perspectiva, cabe verificar em que medida o produtor rural, o monitor e o técnico extensionista participaram no planejamento.

Ao se caracterizar esta etapa na ação em estudo, englobou-se nela toda a parte de montagem do projeto, que inclui ações que operacionalizem os quatro componentes básicos da metodologia proposta. É sobre essas atividades que se debruçarã agora, uma vez que os outros componentes do planejamento já teriam sido definidos na reunião de março de 1980, para a qual os produtores não foram convidados<sup>19</sup>, e não se tem notícia da presença dos técnicos do Es-

16. FONSECA & FREITAS, op.cit., 11.

17. Relações funcionais, isto é: que se dão em uma organização formal.

18. BRAATZ, op.cit. Cf. capítulo 1 deste trabalho.

19. Cf. 1.1.(b), onde se definem os participantes e se reproduz a agenda da reunião.

critório Local.

A primeira atividade ligada a esta etapa, em que os produtores tomaram parte, foi a *organização das comunidades rurais*.

O documento de FONSECA & FREITAS esclarece que esta atividade já foi encontrada bastante adiantada. As pessoas mais antigas nas comunidades, ao ser indagadas sobre a origem dessa organização, fazem, em geral, alusão ao padre que por lá apareceu no início dos anos setenta. Em outros casos, menos frequentes, como os das colônias, essa organização aparece como tendo sido de iniciativa de pessoas que vinham de comunidades que tinham a experiência e eram incentivadas pelas autoridades locais. O documento acima descreve essas comunidades assim:

"Mesmo nas comunidades menores, embora as famílias não estejam agrupadas em torno de uma praça, ou ao longo de uma rua ou estrada, estão disseminadas em pequenas propriedades, ao longo dos rios. Cada comunidade (...) tem algo parecido com um centro comunal ou ponto de reunião, onde os produtores e suas famílias se congregam para atividades escolares, de saúde, religiosas ou de assistência técnica. Assim, quando há a necessidade de reunir, a informação é passada aos moradores e eles se ajuntam nesta unidade comunitária. Geralmente a comunidade está constituída de vinte a sessenta famílias, que se ocupam da produção agropecuária, seja ela de terra firme (geralmente mandioca/farinha) ou de várzea (quase sempre juta e malva)".

Ainda assim, houve a necessidade de que as comunidades se mobilizassem para a construção de um barraco que guardaria o gerador, a bateria, o rádio, o gravador, o projetor e os outros materiais de uso em classe. Nos casos em que a comunidade não tinha o centro de reuniões, ele teve que ser construído. Erigiram, também, a antena do rádio, que, fornecida pela Emater, era instalada no alto de um mastro de dez metros de altura.

Entre as primeiras perguntas que se fazia aos produtores sobre sua comunidade, procurava-se saber se ele achava que ela estava organizada de forma correta, ou satisfatória. As respostas foram a princípio inesperadas, pois, ao invés de falar sobre infraestruturas, facilidades e serviços de que dispunham, os produtores começavam a falar em suas dificuldades de união e participação. Este tipo de resposta, pronta e consciente, reflete influência positiva do curso de Associativismo Rural, recém-concluído. Uma grande parte revelou que a comunidade tinha problemas, no sentido de que somente poucas famílias viam vantagem no trabalho conjunto, preferindo, as outras, se isolar. Informam que o Projeto de Telextensão ajudou um pouco a congregar novas pessoas, mas, em relação ao número de famílias que compõem a comunidade, o de

participantes continuou insignificante. Isso se deu, constatou-se, porque o curso, que comportava de 15 a 30 inscritos, frequentemente contava com até quatro membros de uma mesma família. Ainda assim, raras vezes atingiu o número máximo de participantes, ficando com uma média de 16 alunos por comunidade.

A conclusão a que se chega é que uma pequena parcela dos integrantes das comunidades já vivia, de certa forma, cooperativamente, e que, certamente, foram esses grupos que se mobilizaram para receber o Projeto. Uma conclusão decorrente é que o curso de Associativismo Rural, "planejado para preparar a comunidade para uma participação mais ativa no projeto", terá os efeitos esperados prejudicados, uma vez que terá atingido apenas uma pequena parcela daqueles que realmente seriam despertados e preparados por ele; tendo sido cursado por pessoas já praticantes desse tipo de ação.

A atuação dos monitores nesta etapa se caracterizou por liderar seus companheiros de comunidade na mobilização para a criação da infraestrutura necessária à operação dos cursos. Após o treinamento recebido,<sup>20</sup> tinha condições de orientar a implantação dessa fase. Foi um período em que saiu em campo, à busca de adesões à idéia do Projeto e de inscrições no primeiro curso.

Quanto aos técnicos da Emater, definiram juntamente com os da Embrater e um representante do Escritório Central, quais comunidades seriam contempladas pelo Projeto. A reunião de março de 1980, na Emater, já havia estabelecido, além do município em que se implantaria o protótipo, o número de comunidades a ser utilizadas pela experiência: trinta. Os critérios utilizados para a escolha foram variados, podendo-se citar a distância em que se encontram, em linha reta, do Escritório, a dificuldade de acesso, o tipo de produção (várzea ou terra firme) etc., informações essas encontradas na experiência de trabalho dos extensionistas locais.

A segunda atividade compreendida como de montagem do projeto se relaciona à *escolha e treinamento dos monitores*.

Na maioria dos casos o monitor de Teleextensão foi escolhido pela comunidade e coincide com o monitor agrícola, que já tinham. Ao serem indagados sobre como o escolheram, informam que o extensionista lhes havia solicitado que os elegessem, com apenas duas restrições: que soubessem ler e fossem "desembaraçados" (facilidade de expressão e relacionamento).

---

20. Este treinamento se constitui em uma fase metodológica descrita por FONSECA & FREITAS. Para efeitos do Projeto, ela se dá cronologicamente antes da fase em estudo. Mas, como a organização das comunidades já havia começado, para a introdução do monitor agrícola, e mesmo antes disso, como já se viu, é mencionada primeiro.

Em apenas duas das dez comunidades visitadas apurou-se que o monitor havia sido, de alguma forma induzido pelo extensionista, não tendo havido, nesses casos, eleição; mas era, de qualquer forma, considerado pelos entrevistados, como a melhor opção.

Um fato relevante a ressaltar, entretanto, é que em poucos casos as pessoas sabiam exatamente para quê o estavam escolhendo. Sabiam, por experiências anteriores, que ia receber um curso sobre alguma atividade nova que deveria ser requisitado a exercer na comunidade; e que essa atividade seria um projeto novo que vinha para a comunidade, "com umas estórias de cursos e rádios e sei lá mais o quê". Os detalhes sobre esse projeto, ficariam sabendo do próprio monitor, ao retornar. Isso revela que a comunidade (ou a parte mobilizada dela) agiu com escassa informação e, provavelmente, sem crítica.

As atividades anteriormente citadas, de construção do barracão, antena, etc., se deram, na maioria dos casos, com o retorno do monitor, e sob liderança deste, o que sugere que sua figura representa, perante a Extensão, uma minoria ativa (do ponto de vista da ação estudada), e é vista com indiferença por uma maioria apática. Dessa maioria, alguns entrevistados afirmam ser sua figura necessária e bem escolhida, revelando apenas indiferença. Não foi possível, por limitações desta pesquisa, verificar se o que se considera aqui como apatia tem raízes em conflitos internos e jogos de interesse, que dêem origem a pequenas classes internas ao grupo. Limita-se, apenas, pelo que se sentiu na forma de responder daquelas pessoas, e em algumas indicações em que se traíram, em sua neutralidade, a levantar a hipótese positiva.

A terceira atividade é a *preparação dos cursos específicos e respectivos materiais de apoio*.

Todas as comunidades entrevistadas foram questionadas sobre como teriam sido elaborados os cursos e que contribuição haviam dado para isso. Perguntou-se se tinham tido a oportunidade de se manifestar sobre conteúdos, necessidades ou assuntos de interesse, como dificuldades que gostariam de ver tratadas nas aulas. Ninguém soube dizer nada a respeito. Não foram consultados sobre o assunto e não participaram de sua elaboração.

A esse respeito, o documento de FONSECA & FREITAS revela:

"De acordo com a vocação agropecuária da região é feito um planejamento dos cursos e das épocas em que os mesmos serão oferecidos em cada comunidade".

Os depoimentos dos produtores estão em coerência com o período acima citado.



Neste momento metodológico, a participação dos extensionistas foi consideravelmente mais intensa, porque eram um elo necessário no processo de montagem: aquele em que se prepara o conteúdo técnico de cada manual. Este conteúdo deveria ser exatamente aquele indicado para as características da região, razão porque deveria ser elaborado a nível de Escritório Local. Esta atividade, entretanto, parece não ter sido satisfatoriamente realizada -- e isso se depreende de seus próprios depoimentos --, prejudicada por rotinas de trabalho a cumprir no campo, cronograma apertado, dificuldades de suporte (como xerox, datilografia, documentação etc.) e outros empecilhos alegados.

O fato é que se entende que a equipe do Escritório não aproveitou inteiramente a oportunidade que se lhes ofereceu de assumir sua parcela nesta atividade. A impressão que se tem é que não teve a consciência da importância do momento; ou se a teve, furtou-se a assumir os custos (em termos de responsabilidade, esforço, tempo, empenho, etc.) da verdadeira participação: a conquistada.<sup>21</sup>

Esta era a oportunidade para ter assumido o comando operacional do Projeto. Poderia ter requerido maiores informações, podia ter solicitado os manuscritos e originais dos Manuais para crítica e revisão, antes da impressão, podia tê-los levado às comunidades para crítica, ou chamado o monitor para um teste de linguagem; ou antes disso, para validação dos manuscritos etc. Acredita-se que essas exigências teriam sido atendidas todas, pois se estaria transferindo uma carga difícil (para qualquer um que esteja afastado das comunidades) dos ombros da Emater, Embrater e Feplam, sem necessidade de se dispensar seu apoio.

A forma de perceber o que ocorreu, é que pela introjeção do autoritarismo histórico de nossa sociedade -- e mais aguçado ainda a nível institucional, pela hierarquia de mando -- e também pelo receio de assumir uma grande responsabilidade, sem as correspondentes autoridade e prerrogativas, os técnicos se limitaram a cumprir ordens; a executar à risca as instruções recebidas, permitindo que o processo e o Projeto permanecessem em mãos menos indicadas, pelo fato de não serem conhecedores da região.

Esclareça-se que, se houve alguma revisão dos originais, por parte do Escritório Local -- e parece que houve, pelo menos uma, do manual de Associativismo Rural --, não teve a conotação aqui sugerida, e nem ao menos a

---

21. Esta situação gera certa perplexidade, por ser de difícil interpretação, provavelmente por falta de dados mais completos, e por sugerir, na forma como se apresenta, a posição de CHANTRAN, op. cit, 7. Cf. reprodução de seu texto, indicado pela nota 19, do capítulo 2 deste trabalho.

preocupação de adequação da linguagem à do produtor.

Assim esse material foi redigido, e produzido -- a partir das informações técnicas fornecidas pelos técnicos de Itacoatiara, mas sem o que se poderia chamar de *participação* destes -- pelas equipes de Manaus, de Brasília e do Rio Grande do Sul, sem o concurso que se poderia esperar nesta fase, dos produtores, monitores e técnicos locais.

A quarta e última atividade desse momento de montagem é a *implantação dos canais físicos de transmissão e recepção de mensagens*. A parte que coube à comunidade nesta missão foi aquela já descrita, de levantamento do mastro da antena. Quanto a especificações técnicas, adequação metodológica ao conjunto do Projeto, outras opções de solução do problema do isolamento, e outras informações sobre sua relevância, achou-se desnecessário indagar seu nível de conhecimento.

Nessa fase os monitores atuaram como gerentes locais e os técnicos como coordenadores de área, responsáveis pelas comunidades por eles atendidas.

#### 1.5. *Participação na Execução/operacionalização*

Esta é a etapa em que o projeto é operacionalizado. Os cursos começam a ser dados, sob a liderança do monitor. Os alunos inscritos, já com seu Manual de Trabalho, estudam nos momentos de folga, fazem os exercícios, frequentam as aulas, tiram dúvidas, debatem os assuntos em grupos, solicitam, por rádio, esclarecimentos do extensionista, tomam decisões sobre sua realidade, e sobre o que lhes convém ou não etc.

Parece ser este o epicentro da situação descrita no Artigo, ao dizer que

"No projeto de telextensão, todo cuidado foi posto, no sentido de retirar da ação educativa qualquer sugestão impositiva ou de comunicação vertical. Ao contrário, procura oferecer idéias e conceitos que dever ser discutidos e avaliados pelos grupos de produtores, sem a presença inibidora ou diretora do agente de extensão. Dessa maneira, os materiais são elaborados de molde a ajudar os agricultores a interpretar por si mesmos a realidade em que vivem e a buscar as soluções que mais lhes convenham."

De fato, este momento não se resume em executar um planejamento prévio. A participação dos produtores, monitores e extensionistas não fica limitada a pôr e manter o Projeto em andamento. Há aspectos qualitativos a ser apreciados.

Um primeiro, é que a possibilidade de discutir e avaliar os conteúdos e sugestões oferecidos permite ao grupo decisões realmente "internas", sobre as "novas idéias" a adotar ou rejeitar. A nível dessa etapa específica

o "saber" é oferecido sem pressões excessivas (uma certa pressão existe, pelo fato de os conteúdos serem oferecidos prontos e "conterem unicamente a informação técnica que está sendo transferida pela Extensão Rural na região"<sup>22</sup>); o "poder", conquanto seja, em grande parte, proporcionado historicamente, pelas possibilidades que tenham desenvolvido de criticar, é oferecido na forma da autonomia que os grupos têm de discutir, julgar, amadurecer as idéias e se posicionar em bloco, podendo assim, fazer frente às pressões do extensionista; e o "querer", resultante de reflexões grupais, passa a incorporar as diversas experiências individuais, sendo, por isso, muito mais cauteloso, fundamentado e crítico.

Um segundo aspecto se refere ao conteúdo dos cursos. À época em que esta pesquisa foi executada (julho de 1981), grande parte das comunidades já havia concluído o curso de Associativismo. Sabe-se ainda, que não tiveram oportunidade de participar na definição e elaboração de seu conteúdo e nem na sua escolha, para ser o primeiro. De fato, os produtores afirmam que não o escolheram e os monitores se lembram que foi o manual sobre o qual tiveram seu treinamento inicial. Na realidade ele foi "planejado para preparar a comunidade para uma participação mais ativa no projeto".<sup>23</sup>

De qualquer forma, seu conteúdo é extremamente propício à reflexão sobre a realidade em que vivem e estimula uma tomada de consciência e posição sobre sua história e futuro, no sentido de aglutinar os participantes em torno da idéia que a união faz a força e que organizados eles podem muito mais. Desconsiderando-se o aspecto já mencionado da forma como se deu a seleção dos participantes no curso, pôde-se notar uma nítida vantagem, em termos de conscientização<sup>24</sup> dos que completaram o curso de Associativismo Rural, sobre os que não participaram,<sup>25</sup> muito embora não se possa determinar -- pelas próprias características da seleção -- qual a contribuição real do conteúdo do curso sobre essa atitude.

O terceiro aspecto se refere ao caráter social conferido ao rádio. Seu poder de superar o isolamento das comunidades foi rapidamente compreendi-

---

22. Cf. Artigo, 5.

23. Cf. Artigo, 4.

24. O termo é aqui usado no sentido da nota 38, do capítulo 2 deste trabalho.

25. Foge ao escopo deste trabalho a análise de conteúdo dos manuais, onde se poderia descobrir, através da ideologia que impregna os cursos, formas de dominação, manifestas no inculcamento da ideologia hegemônica aos produtores. Essa inculcação poderia se dar através da "transferência" de padrões culturais hegemônicos, que estariam a impregnar esses "artefatos". Um estudo deste tipo deveria considerar, entre outros aspectos, a forma como a participação dos produtores na elaboração dos conteúdos dos cursos poderia filtrar esses "conteúdos culturais invasores" e impor os seus.

do pelos produtores, criando inclusive, um volume de trabalho não previsto pelo Escritório, pois passou este a receber chamadas de emergência, por doença, acidentes, como corte de terçado, ou picada de cobra; solicitação de verificação de preços mínimos, situação de parcelas de crédito a liberar, localização de parentes na cidade e inúmeras outras solicitações. O rádio foi utilizado, inclusive, pelas famílias mais "indiferentes" ao Projeto, tendo sido, de certa forma, um fator de integração na comunidade, pois sendo operado somente pelo monitor, permitiu seu contato com aqueles produtores mais distanciados.

Este autor entrevistou algumas comunidades não atendidas pela Extensão Rural e verificou que a única informação que podiam dar sobre o curso desenvolvido em outras comunidades é que tinham um rádio que facilitava muito as coisas. Ao se perguntar sobre o curso, ou projeto de teleextensão, afirmavam nada saber, mas ao se utilizar a palavra rádio, já reconheciam que tinham ouvido falar que era muito bom, pois poupava muitas viagens à cidade.

Considera-se que os benefícios desta *etapa* foram em grande parte prejudicados pela pouca intensidade de participação permitida nas etapas anteriores. No sentido de não se perder de vista a dimensão da totalidade social que se está analisando, quer-se comentar três exemplos de reflexos das outras etapas sobre esta:

a) Perdeu-se no alcance do curso, dentro da comunidade. O número de alunos restringiu-se a uma elite pré-existente a ele. Um trabalho prévio com a comunidade, no sentido de diagnosticar com ela suas principais necessidades e dificuldades, tais como eventuais divisões internas, apatias, receios, desconfianças -- que não existem manifestamente, e tampouco por acaso --, poderia criar um campo bastante mais favorável à operação do curso. Ao contrário, preferiu-se desconsiderar todo o aspecto político interno das comunidades e acreditar nos sorrisos de aprovação encontrados, e a esperar que o próprio curso de Associativismo Rural, de uma forma isenta, levasse os produtores a uma introspecção, ajudando a sanar os problemas "eventualmente existentes". Neste sentido, ao invés de atuar como elemento de integração, os cursos podem estar reforçando elitismos e divisões internas à comunidade. Um trabalho cuidadoso, no sentido de se proporcionar condições o mais democráticas possíveis ( em termos da totalidade dos integrantes da comunidade) de representação e um treinamento desse representante (monitor de teleextensão) em que se contemplasse esses aspectos, além daqueles de caráter técnico, seriam, acredita-se, benéficos. É certo que a criatividade local poderá, em muito, aprimorar estas limitadas considerações, se concordar com seu sentido.

b) Um pequeno teste de compreensão da linguagem do Manual de Trabalho, improvisado por este autor e aplicado a quatro pessoas (as mais instruídas) de duas comunidades, revelou que os textos aleatoriamente escolhidos eram de difícil compreensão, apesar de estes entrevistados terem, antes do teste, afirmado que haviam compreendido bem a lição, e terem feito corretamente todos os exercícios constantes.<sup>26</sup> Uma maior participação dos produtores -- mesmo que através de algum mecanismo de representação -- e dos extensionistas na elaboração do conteúdo instrucional, provavelmente teria reduzido o problema de linguagem.

c) O intenso tráfego de informação existente entre as comunidades e o Escritório não garante ao rádio o cumprimento de seus objetivos primeiros. É evidente que qualquer utilização dada pelos produtores e ele terá sua validade, pois estará facilitando suas vidas. No que toca aos objetivos específicos do Projeto, entretanto, há que se questionar até que ponto esse fluxo expressa a "voz" do produtor, no sentido de um retorno de natureza semelhante ao proposto nos cursos. Em outras palavras, em que nível, este canal é utilizado como via de retorno do produtor sobre os conteúdos do curso?

KAPLUN<sup>27</sup>, ao analisar sua experiência com o cassete-fono, de grande semelhança com este Projeto, constata que sua intenção inicial de criar um meio de comunicação verdadeiramente participativo, por ser bi-direcional (oferecendo a via de retorno e expressão do produtor), estava sendo prejudicada por problemas no uso que esses produtores estavam fazendo dele:

"nossa experiência é a de um sistema que ofereceu efetivamente canais de participação, que se mantiveram permanentemente abertos, mas cuja abertura não foi aproveitada pelos participantes na medida esperada.

A prática nos levou assim a revisar alguns pressupostos teóricos, um tanto românticos e simplistas, que se manejam neste campo novo que é a comunicação participativa. Muitos de seus proponentes, com efeito, partem do pressuposto de que basta dotar os setores populares de meios de comunicação para que a participação se produza imediatamente, de modo espontâneo, quase automático. Põe-se a ênfase em sistemas, em meios tecnológicos de comunicação alternativa, no controle e posse desses meios. Os resultados de nossa experiência nos induzem a pensar que os meios para participação são sem dúvida uma parte importante da questão, mas não toda a questão".<sup>28</sup>

---

26. Este teste é descrito mais detalhadamente no capítulo 3.

27. KAPLUN, *La Comunicación Participativa como Praxis y como Problema*.

28. KAPLUN, op.cit, 66.

De lado a utilização desse meio com fins sociais, há que se indagar as *condições* de que os produtores disponham para oferecer ao extensionista uma resposta crítica e consciente; e até que ponto o canal foi desenhado para proporcionar a oportunidade de expressão livre do produtor, que não sejam apenas solicitações de cadastros, informações sobre estratos bancários, pedidos de ajuda etc. Uma coisa é certa: só um produtor consciente é capaz de fazer este tipo de utilização de tão precioso instrumento.

Uma forma de se relacionar estas partes com o todo social e demonstrar sua necessidade, é reconhecer que a participação requerida nesta *etapa* do Projeto não seria conseguida se vista apenas como mais um componente técnico do mesmo. Isso, porque não se pode "instruir" um monitor, por exemplo, em participação, através de um curso intensivo; é necessário que se modifique toda a estrutura de relações entre as pessoas nele, direta ou indiretamente envolvidas. Não se pode desconsiderar a perspectiva de status e poder que motiva o monitor a aceitar o cargo -- uma vez que, pelo menos neste caso, é só que recebe para fazer as vezes de extensionista --, e pedir que ele abra mão de certas prerrogativas e oportunidades de manipulação, assim como de seu orgulho, para ir buscar os companheiros isolados, esquecendo diferenças e conflitos de interesses, se não se foi capaz de permitir que participasse na concepção e no planejamento da ação em que agora é solicitado a atuar. É preciso uma modificação importante nessa estrutura de relacionamento entre os envolvidos no projeto, mesmo que isso seja prejudicado pela estrutura verticalizante imperante na sociedade global.

#### 1.6. *Participação na Avaliação*

As entrevistas realizadas para este trabalho se deram ao mesmo tempo em que era executada a primeira etapa da avaliação formal do Projeto de Telextensão.

A quase totalidade das pessoas entrevistadas não tinha conhecimento algum sobre ela. O monitor foi informado alguns dias antes sobre a equipe que visitaria a comunidade, com a solicitação de que convocasse uma reunião no centro comunitário, para facilitar o acesso aos produtores. Pareceu inútil insistir em indagações sobre opiniões ou sugestões a respeito. O desconhecimento era tão grande quanto a novidade de um grupo do Rondon aportando em sua comunidade, de prancheta na mão e sorriso nos lábios.

Desta forma, sua participação nesta etapa se resumiu em receber amavelmente os entrevistadores em suas casas ou na roça, onde foram pegos de

surpresa ( foram poucos os casos em que houve tempo para o monitor convocar a reunião, uma vez que esta tem que ser feita, passando-se a notícia de casa em casa) e dedicar pacientemente do seu tempo a responder a uma bateria que variava de 80 a 180 perguntas.

De qualquer modo, considera-se que, do ponto de vista das comunidades, o evento foi uma festa, e lhes ofereceu oportunidade de repensar o projeto; inclusive aquelas famílias que não participaram de sua implantação e do primeiro curso, porque, embora em proporção muito menor, também foram entrevistadas. Ainda sob este prisma, considera-se que a avaliação mais significativa é aquela que se processa informalmente, com a troca de idéias e impressões, no decorrer das aulas, nos encontros no centro comunitário, nas festividades e nos mutirões e ajurís.

Do ponto de vista da Extensão, obteve-se satisfatoriamente os elementos de juízo que se foi buscar.

Chama-se a atenção, então, para apenas um detalhe sobre esta etapa: o que ocorreu, na realidade, foram pelo menos duas avaliações: uma, registrada nos questionários preparados pela Embrater/Feplam e outra, provavelmente muito diferente, produzida na consciência dos entrevistados e não registrada de forma recuperável. Na primeira, avaliaram-se os custos do Projeto em relação aos benefícios esperados pela Extensão, em termos de seus objetivos reais. Na segunda, avaliaram-se os custos do produtor, ao participar das atividades comunitárias, em relação aos benefícios dela obtidos. Acredita-se que esta última seja, a partir de uma ótica horizontal e humanista, sumamente mais importante, mas que se tenha perdido em sua maior parte, por não ter sido compartilhada.

## 2. CONCLUSÃO

Na qualidade de uma proposta governamental, para a qual se buscou o concurso e participação de populações rurais de Itacoatiara, o Projeto de Telextensão Rural permitiu ser analisado a partir das possibilidades que ofereceu da real participação. Nesse sentido, buscou-se destacar dois pontos: as oportunidades oferecidas e sua discussão, e o aproveitamento feito pelos produtores, monitores e extensionistas, desses espaços.

Destaca-se que uma análise interna aos processos extensionistas, não desenvolvida aqui, teria concluído, certamente, por um significativo "ganho", em termos de participação dos produtores nas ações da EMATER, entre a metodologia proposta e os métodos convencionais aplicados na região. De fato,

essa flexibilização da programação, no sentido de permitir uma maior atuação dos produtores foi sensível. Há que se reconhecer, por exemplo, que os produtores, ao fazer o curso e discutir os seus temas, sem a presença do extensionista, adquiriram uma grande força, em termos de possibilidade de decisão. Eles passaram a poder debater em grupo assuntos vitais, o que lhes propiciou um crescimento, em termos de consciência e de coesão, no sentido de terem mais força para assumir e suportar posições e interesses de classe.

Ao se precisar, entretanto, o conceito de participação, aplicando o marco teórico desenvolvido no início deste trabalho, conclui-se que a intensidade de participação, em todas as etapas, foi relativamente baixa. Uma análise global demonstrou que mesmo na etapa de execução, onde o Projeto pretendeu inovar, em relação aos processos convencionais, os produtores se viram na contingência de operacionalizar um planejamento sobre o qual não puderam opinar.



## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O estudo que se tem desenvolvido até aqui buscou compreender em que medida se deu a participação no Projeto de Telextensão Rural, e desta forma apresentar subsídios para a questão da possibilidade de participação popular em iniciativas governamentais, ou do Estado, no atual estágio de desenvolvimento político-social.

Um primeiro ponto ressaltado nessa discussão é que ninguém participa sozinho.<sup>1</sup> Isso é válido também para o estudo das relações entre grupos e classes sociais. Daí decorre que se tenha sempre que considerar com clareza quem é, ou quem são, "os outros", em uma relação determinada. Ao falar-se de uma classe, há que se descobrir a outra (ou outras), com a qual interage. Ao se considerar o Estado, por exemplo, tende-se a buscar seu "participante" em algum segmento da chamada sociedade civil; ao analisar apenas um segmento da sociedade, isolado do seu contexto, há que se descobrir os pólos internos que configuram interesses e forças particulares e distintas, que representam "o outro", de forma que possa ser contraposto ao primeiro.

---

1. Cf. introdução do capítulo 2.

Este procedimento, aplicado ao presente trabalho, permitiu distinguir, no âmbito do Projeto de Telextensão Rural, a partir das posturas manifestas pela pesquisa, pelo menos quatro grupos de interesses, basicamente conflitantes, representados pelo produtor, pelo monitor de telextensão, pelo técnico extensionista e pela direção do Projeto, que aqui se associa ao Estado. Pelo fato de, em muitos casos, o monitor se identificar e confundir com o grupo de interesses "produtores", e o extensionista, com o Estado, três eixos de polarização entre esses interesses ficaram explícitos. São eles:

a) Produtor - Estado. No caso, o primeiro pólo, é representado pelos produtores (incluindo os monitores) das comunidades de Itacoatiara, e o segundo, pelo Escritório Local da Emater-AM, através de seus técnicos.

b) Produtor - monitor. Esta distinção interna entre os produtores rurais foi observada em duas circunstâncias: quando o monitor representa um sub-grupo, dentro da própria comunidade, que manifesta características, interesses e aspirações distintas do resto do grupo; e quando este monitor atua como cooptado pela Extensão, assumindo, como contrapartida à sustentação oficial do sistema representativo de classes,<sup>2</sup> que lhe é oferecida, posturas e valores do outro grupo.

c) Estado - Extensionista. Ficou bastante claro que, em determinados momentos os interesses do extensionista, enquanto fração de classe, divergem daqueles do Estado. Esta é uma área de cooptação e de conflito; uma zona de impasses, pelo fato de o jogo de lealdade e interesses de classe se darem internamente ao próprio Estado. E isso ocorre quando elementos de seu aparelho assumem posturas comprometidas com valores não hegemônicos.

Reconhece-se aqui as limitações deste trabalho, em proceder a uma análise deste tipo, no sentido de buscar determinar as ideologias e interesses de classes daquelas representadas pelos diversos atores envolvidos no Projeto. O esforço foi feito, no entanto, no sentido de se distinguir as relações de participação, sem o quê, este estudo de inviabilizaria. Considera-se satisfatórias, assim, as distinções naturalmente emergidas da pesquisa aqui realizada, acima apontadas.

Três principais categorias apareceram neste estudo, como base para a análise. Elas estão subjacentes a toda a discussão deste trabalho de uma forma integrada, e somente podem ser separadas para efeitos analíticos. São

---

2. Cf. BRANDENBURG, op.cit., capítulo 19 deste trabalho.

elas a *participação crítica*, a *participação decisória* e a *intensidade de participação*.

a) A participação crítica é aquela viabilizada historicamente pela sociedade, através de um legado cultural de crítica e pluralidade de idéias, e da construção de relações justas e igualitárias. Esse tipo de participação é historicamente desenvolvido em sociedades democráticas, em que são valores inalienáveis a livre expressão, troca e circulação de toda criação humana; de todas as expressões culturais dessa sociedade.

b) A participação decisória também está ligada ao nível de horizontalidade das relações sociais em que se manifesta. Esta categoria está preocupada com o jogo de forças sociais que selecionam "quem decide sobre o quê"; está preocupada com a forma como os diversos interesses da sociedade intervem nas decisões que os afetam. Relaciona-se, enfim, à forma como é distribuído o poder, na sociedade, e como este poder beneficia as classes ou grupos que o detêm.

c) A intensidade de participação é resultante das duas anteriores: é tanto maior quanto maiores possibilidades tenha um grupo de atuar criticamente sobre suas relações sociais e de interferir efetivamente nas decisões que o afetam.<sup>3</sup>

As categorias acima cristalizam as *condições de participação* dadas em uma atividade coletiva, ou em alguma *etapa* específica dessa ação. Essas condições é que se foram buscar, ao estudar-se o projeto de Telextensão.

Uma primeira conclusão a que se chega, a partir de uma visão global da forma como o Projeto se desenvolveu até o presente é que ele permitiu a participação nos cursos, mas não no Projeto em si. Constatata-se que os cursos foram metodologicamente desenhados para ensejar a participação; mas não houve muita oportunidade de participação da definição metodológica e de conteúdo dos mesmos. O conteúdo do curso de Associativismo Rural foi elaborado no sentido de levar os produtores a uma maior conscientização, permitindo inclusive, que isso ocorresse sem a presença inibidora do técnico; no entanto não permitiu a participação na definição dos conteúdos e nem na escolha daquele curso, para ser o primeiro. Nota-se assim, uma relação dialética entre as propostas do curso e a realidade do Projeto em que está inserido: ao mesmo tempo prepara para participar e reforça a estrutura vertical da socie-

---

3. Ver nota 38, do segundo capítulo, sobre conscientização e atuação crítica.

dade global. O conflito fica mais nítido ao se constatar que o Projeto não horizontalizou o que era vertical (por exemplo, as relações entre as classes representadas pelos produtores e pelos técnicos, envolvidos nesse processo), mas que reforçou -- pelo menos procurou isso -- a horizontalidade do que já era (ou parecia ser) horizontal, isto é, as relações entre produtores. Ainda assim, não se tem evidências para crer que o Projeto tenha contribuído substancialmente para aproximar os pólos "produtor-monitor" acima descritos.<sup>4</sup>

Não se pode dizer, por outro lado, que não tenha havido oportunidades para importantes conquistas, por parte do produtor, e mesmo do extensionista. Uma possibilidade de participação entre produtor e extensionista pode-nos ser oferecida, como exemplo, pela comunidade São José, na Colônia do Pi-quiã, onde se encontrou o monitor e alguns produtores empenhados em produzir um "curso", constando de slides e gravação em cassete, destinado a ensinar a comunidades interessadas, a construir viveiros de seringueira, em que são fortes, a partir dos recursos existentes no local. O que se propunham fazer, afinal, era utilizar o equipamento do Projeto, para produzir seu próprio material de instrução, que contasse com suas próprias fotos, seu texto, sua linguagem e sua voz. O trabalho, no entanto, era penoso, prejudicado por falta de conhecimentos de fotografia, gravação, montagem, edição etc. Ao ser indagado a respeito, o monitor afirmou ter tido alguma instrução, na parte de manejo da máquina fotográfica, com o técnico. Entretanto, foi a única ajuda que lhe ocorreu pedir e que recebeu, a respeito.

Acredita-se que esta seja uma possibilidade real de participação; um caminho compatível com a metodologia do Projeto e com a estrutura social vigente. Parece demonstrar ser possível uma articulação que permita às comunidades maior atuação na concepção, planejamento, definição de conteúdos e formas, montagem e mesmo produção de cursos, com o apoio do Escritório. E ao extensionista se transferiria a responsabilidade de dar apoio a todas as etapas do Projeto, inclusive, se necessário, alterando aquela concepção inicial.

Disso resulta que, conquanto a proposta governamental não tenha contemplado o espaço para uma relação participativa a nível de decisão, no eixo "produtor-Estado", esta participação já é historicamente viável, se for do interesse do produtor lutar por ela. As condições para uma expressão crítica, ainda que tênues, existem -- pelo menos em parte do grupo de produtores

---

4. Esses pólos são encontrado e comentados já no item 1.4 do capítulo 4, quando fala da "organização das comunidades rurais". Cf. também, no mesmo capítulo, itens 1.2 e 1.5 (a).

-- e foram reforçadas pelo curso de Associativismo Rural. Esses espaços podem ser ocupados via extensionista, enquanto classe de interesses diferentes dos do Estado; uma classe mais "próxima" de seus interesses e aspirações, e sensível a elas. Acredita-se que essas circunstâncias já sejam um dado sensível na realidade vivida em Itacoatiara.

A participação decisória do extensionista foi dificultada pelas ligações funcionais deste ao Estado. Entretanto, o técnico goza de uma posição de força em relação ao desempenho do Projeto, por depender dele, grande parte do processo, tanto a nível de elaboração e montagem, como de execução. Neste eixo, também há espaço para negociações e conquistas. É importante frisar que, devido a sua posição estratégica no processo -- o extensionista, enquanto grupo de interesses se relaciona tanto com o produtor quanto com o Estado, e é por seu intermédio que se dá a relação "produtor-Estado" -- suas conquistas, no sentido de uma maior participação decisória no Projeto irão criar novas oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de relações participativas no eixo "produtor-extensionista".

A conclusão a que se chega é que o Projeto de Telextensão Rural, enquanto modelo de atuação do Estado, em relação aos produtores rurais, reproduz, em suas grandes linhas, as estruturas de relações e poder hegemônicas em nossa sociedade. Por outro lado, sua metodologia inova, em relação à metodologia convencional de Extensão, entre outros, por ele mesmo explicitados, pelo fato de fornecer espaços -- e mesmo subsídios, a nível de conscientização -- para movimentos de conquista, da parte dos produtores e extensionistas.

Destaca-se, como resultado deste estudo, que a participação não é oferecida pelo Estado, na forma de uma horizontalização espontânea das relações, e uma oferta gratuita de acesso às decisões. O que de fato ocorre é que ele, por motivos históricos e apenas macro-societalmente explicáveis, cede espaços para ocupação. E se esses espaços não são ocupados por quem precisa deles, a mudança não se dá. Essa constatação parece autorizar a idéia de que não há participação *concedida*, mas apenas *conquistada*.<sup>5</sup>

Entende-se, assim, a evolução de PINTO e BORDENAVE, entre outros, quando, após terem negado a possibilidade de participação das classes subalternas em iniciativas governamentais, passam a descobrir que supervalorizavam seu poder e intenções de repressão. Na realidade, quando se fala, acima, de explicações macro-sociais, está-se referindo à dinâmica de uma sociedade, que evolui no tempo e gera dentro de si forças novas e dialéticas que modi-

---

5. Ver "participação permitida vs. conquistada", item 1.1.3.2. do cap. 2.

ficam a todo o instante o quadro das relações entre as classes. Neste sentido, a sociedade brasileira já não pode ser vista como sendo a mesma de 1964. Factos novos aconteceram. Se as oportunidades de participação ainda não são oferecidas espontaneamente pelo Estado -- e é da lógica do sistema capitalista que nunca o sejam -- a situação de conscientização das populações e das diversas classes sociais já não é a mesma. E essa nova situação passa a exigir novas bases de contrato social. O estado atual de desenvolvimento das forças produtivas está a exigir novos padrões de relação entre as classes de interesses. As exigências de sobrevivência do capital são outras, quer a nível interno quer externo ao país.

As necessidades de aumento de produção e produtividade -- para abastecimento dos centros urbanos, transferência de renda e acumulação do capital -- e de melhoria do nível de vida, via aumento da renda líquida -- para, entre outros, ampliação do mercado ao produto industrial <sup>6</sup>, entre outros factores determinam novas relações, novas regras para o jogo, incluindo o reconhecimento da necessidade de participação mais intensa -- apesar dos limites sempre existentes, determinados pela necessidade de manutenção da estrutura de privilégios -- das classes produtoras, como fórmula de sustentação dessa nova ordem económica.

É sob este prisma que se compreende os espaços para participação, encontrados no Projeto de Telextensão Rural. Esses espaços, entretanto, não foram devidamente aproveitados. Registrou-se, na análise feita, que o rádio, por exemplo, não é devidamente utilizado como um canal de retorno <sup>7</sup>, no sentido de se apresentar como um instrumento de participação. De qualquer forma, a Telextensão Rural, no Médio Amazonas ainda está em sua fase piloto, e certamente constará das experiências nesta etapa as propostas de consideração e discussão aqui apresentadas.

Considera-se, a título de finalização, que o grande problema que perpassa toda a discussão deste trabalho, bem como de toda a ciência social, qual seja, a determinação das causas reais e primeiras da opressão social, foi, mais uma vez, discretamente evitado.

Entende-se que o objetivo primeiro da Ciência seja o de proporcionar ao homem melhores condições de vida e de realização humana e que, ao nível

---

6. Para desenvolvimento deste tema, ver MARTINS, *Capitalismo e Tradicionalismo*.

7. Cf. Ítem 1.5(c).

das Ciências Sociais, dever-se-ia encontrar caminhos para uma sociedade justa e igualitária. No entanto, discussões como a apresentada no início do item 1.1.3.2., do segundo capítulo, são contornadas, pelo receio de fugir ao campo da Ciência e cair no domínio da filosofia e da religião.

Fica, de qualquer forma -- e obedecendo à tônica deste trabalho -- este último problema: onde encontrar as condições necessárias a que o homem se torne intrinsecamente (e não por coação, pois a história tem demonstrado que não há quem coaja) *participativo*? onde encontrar condições a que ele venha a desejar, para si e para os outros, igualdade real de oportunidades de realização como ser humano?

Este autor acredita que a *conscientização* seja um elemento poderoso, neste sentido, mas que se esgota ao libertar o oprimido; não pode garantir que este não se vá transformar em opressor. Os *sistemas políticos* também podem contribuir, criando uma estrutura social mais horizontal e um sistema de leis que coíba as arbitrariedades, mas não modifica aqueles que vão operar esta "máquina". E esses operadores conseguem dela o que querem.

Resta então -- e esta é a nossa proposta -- que se modifique o homem; que se lhe proporcione encontrar o que perdeu e cuja falta vem tentando preencher com paliativos, tais como status, propriedade e poder; que se lhe permita preencher aquele espaço vazio a que Santo Agostinho se referiu, ao concluir de toda sua busca: "criaste-nos para vós, e nossa alma só encontra repouso quando descansa em vós".

## APÉNDICES



## APÊNDICE A

### BIBLIOGRAFIA ANOTADA SOBRE PARTICIPAÇÃO

#### 1. SUMÁRIO

- 2. Introdução
- 3. Bibliografia
  - 3.1. Participação Social
  - 3.2. Pesquisa Participante
  - 3.3. Planejamento Participativo
  - 3.4. Comunicação Participativa

#### 2. INTRODUÇÃO

A revisão de literatura apresentada no primeiro capítulo deste trabalho não teve a intenção de comentar todos os textos disponíveis sobre o tema participação. Foi, antes, uma tentativa de levantamento dos principais problemas existentes na área, a juízo deste autor, que permitesse a posterior sistematização de seu estudo. Nesse sentido, buscou-se eleger representantes de determinadas correntes de idéias — aqueles que abordassem problemas ou aspectos de uma discussão de forma mais completa e intencional —, e evitar enfadonhas repetições.

Reservou-se, assim, este momento para a apresentação de todos os autores a que se teve acesso, com um breve comentário, que tanto pode ser um resumo da obra quanto o destaque de pontos julgados relevantes, no texto compilado.

Procurar-se-á agrupar esses documentos dentro das quatro grandes

áreas sugeridas no capítulo inicial: *participação social*, *pesquisa participante*, *planejamento participativo* e *comunicação participativa*. Como esta tentativa não foi feita então, permitir-se-á, agora, repetir os títulos já analisados, de forma a não deixá-los de fora deste esforço.

Ocorrerá, por vezes, que o título do documento não sugira nitidamente o tópico sob o qual é colocado. Neste caso, por exemplo, o próprio texto dirá quando um documento sobre educação deva ser colocado sob "comunicação" ou "planejamento". Ainda assim, esse agrupamento será, de certa forma, arbitrário, quando o texto tratar de mais de uma prática. Tentar-se-á optar pelo assunto dominante.

### 3. BIBLIOGRAFIA

#### 3.1. *Participação Social*

ALVES, Márcio Moreira. *A força do povo. Democracia participativa em Lages*. São Paulo, Brasiliense, 3. ed. 1981.

"A *Força do Povo* é o relato de práticas populares, onde o povo "tomou a palavra". Onde Dirceu Carneiro (eleito prefeito de Lages (SC) em 1976, pelo MDB) e sua equipe atuam como "animadores sociais", procurando conscientizar o povo da força que tem e não conhece, de sua capacidade construtiva, afinal, da idéia de que tudo é construído pelo trabalho.

Num país acostumado à bajulação dos tecnocratas que detêm o poder sobre a população e a ela não prestam conta dos desmandos cometidos em seu nome; onde a História é a história das elites ou de seus homens representativos, onde é cultivada a ideologia da "nulidade popular", base da dominação tecnocrática, Lages aponta uma alternativa.

Não se pode fazer pelo povo *sem* o povo, da mesma forma prega no vazio quem utiliza o conceito povo *em* épocas rituais, nas datas nacionais, *em* inaugurações de obras públicas por politiqueiros ávidos de poder, que *falam* de povo *mas* badalam a elite.

Em Lages a democracia deixou de ser um ritual com convivência popular, uma frase oca onde políticos profissionais procuram suporte para suas ambições pessoais e de classe.

Lages realiza uma prática democrática fundada num estilo administrativo *em* que a mobilização popular e a participação *direta* do povo, dos di-

retamente interessados nas decisões, constituem a característica fundamental."

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1980.

Num balanço global da evolução do desenvolvimento de comunidade no Brasil sob os impulsos dos Estados Unidos, das Nações Unidas, da Igreja Católica e dos particularismos das classes dominantes, discute o aspecto da ideologia que distorce a ação de desenvolvimento de comunidades de base, na direção dos compromissos de classe (manifestos ou não) de seus animadores oficiais. Sugere a perspectiva do que pode ser feito quando esse desenvolvimento se libera da tutela da minoria ou do atrelamento ao governo para compromissar-se, exprimir e fortalecer a consciência das classes subalternas.

———. *Participação social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 2.ed. 1978.

Estuda a participação social da população do Distrito Federal, a partir de condições existentes, a nível societal e de conscientização; e de componentes conceituais do processo. São eles: a) para participação direta, a produção de bens e serviços, a gestão da sociedade e o usufruto dos bens da sociedade; b) para participação indireta, o associativismo.

As conclusões finais reúnem as deduções que vão emergindo no corpo do trabalho e desmascaram a pseudo-participação que, ao invés de provocar mudanças estruturais na sociedade reproduzem e mantêm as desigualdades sociais.

BAQUERO, Cesar Marcello. Participação política na América Latina. Problemas de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 53: 7-34, julho, 1981.

Propõe-se a elaborar um quadro de referência teórico para o estudo da participação política na América Latina. Considera que nos países em desenvolvimento essa análise se tem restrito ao processo eleitoral, através do voto, mas que deve incluir outras formas de ação individual e coletiva. Nesse intuito, examina os diferentes posicionamentos existentes sobre participação política em países desenvolvidos, para o estabelecimento do referido quadro. Busca, assim, reconceituar "participação política" dentro de parâmetros mais apropriados ao processo político característico dos países em desenvolvimento. Essa tarefa inclui a análise dos seguintes aspectos: a) concei-

tuações de participação política; b) a influência do desenvolvimento econômico na dinâmica da participação; c) a participação autônoma "vis-a-vis" da participação mobilizada, e d) os indicadores convencionais e não-convencionais de participação política.

BATISTA, Myrian Veras. *Desenvolvimento de comunidade*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.

Procura oferecer elementos de teorização como contribuição ao esforço de vinculação do processo de desenvolvimento de comunidade ao desenvolvimento global. Parte da hipótese que essa vinculação dependerá, principalmente de sua capacitação para efetuar a integração de seus programas locais aos planos de desenvolvimento dos demais níveis: estadual e nacional. Sugere que parte substancial desta tarefa deverá realizar-se no âmbito da política. Porém, para que isso aconteça, será necessário que os técnicos estejam aptos a encaminhar análises e modelos estratégicos de ação que alimentem essa tomada de decisões e instrumentalizem a sua operacionalização.

Essa integração se daria através de três etapas programáticas: a "Participação Programada" das comunidades nos programas e projetos governamentais desenvolvidos na região, a "Instrumentação" dessa participação e a "Programação Participada", na qual as comunidades organizadas e capacitadas, passariam a fazer parte na tomada de decisões de programas governamentais de desenvolvimento, a seu nível.

CHANTRAN, Pierre. Le développement rural peut-il se fonder sur la participation? *Promotion Rurale*, 33: 3-11, maio/jun. 1970.

Apoiado em uma concepção humanista de desenvolvimento, procura derivar uma definição de Extensão Rural. Para isso, cita a Lei francesa: "(divulgação agrícola é ) a difusão de conhecimentos técnicos, econômicos e sociais necessários aos agricultores, realizada com a participação dos mesmos". Redefine os objetivos e políticas da Extensão a partir desta postura humanista. Questiona se a participação, entendida como "tomar parte em", é sempre possível. Encontra dois tipos de obstáculos: aqueles característicos da sua própria natureza e aqueles que provêm dos homens a quem ela é oferecida. Estabelece então três situações de participação, em relação a iniciativas oficiais: facilitada, difícil e impossível. Aborda o problema da motivação para a ação, a partir de três condições: saber, querer e poder. Discute então a

possibilidade de participação em Extensão Rural, em seis níveis: de definição de políticas; de objetivos; de elaboração de planos de ação; de decisão; de ação/execução e de avaliação.

DIAS, Rosinha Borges. *Algumas considerações sobre o processo de participação*. Belo Horizonte, s.d. 5p. mimeo. UFMG.

Estabelece condições para a participação: a problematização da realidade, que leva à conscientização e o acesso a informação, que permite julgar a validade da ação. Discute o espontaneísmo, em contraposição ao diretivismo. Distingue "participação comunitária", que visa a adesão a planos verticalmente traçados, de "participação política", que possibilita a elaboração de propostas próprias.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. *A participação social no cotidiano*. São Paulo, Cortez Ed. 1980.

Analisa os conceitos de marginalidade e participação social. Para pesquisar a participação social das classes "subalternas" ou "marginais" -- clientela do serviço social institucional -- a autora foi investigar o cotidiano das pessoas. "É no cotidiano que o homem depara-se com escolhas, onde atua e cria sua própria história. É o cotidiano reflexo da sociedade e é nele que se exercitam a crítica e a transformação do próprio cotidiano ou da própria história do homem".

Discute a ambiguidade do objetivo de aumento de participação, incorporado pelo serviço social institucional. Esta política social é contraditória, diz a autora, uma vez que, numa sociedade capitalista, o Estado tem por tarefa garantir as condições de produção e reprodução do capital e do trabalho, garantindo também um exército de mão-de-obra que permita uma taxa de exploração da força de trabalho, favorecendo a acumulação rápida de capital.

MENDONÇA, Evany Gomes de Matos. *Ensaio de aproximação à compreensão do fenômeno da participação*. Tese. PUC-RJ. 1978. 236p.

Através de uma abordagem fenomenológica, e por meio do método dialético, busca compreender a participação social, situando-a na totalidade da

praxis humana. Delineia inicialmente, apoiada em Karel Kosik, um quadro referencial teórico que distingue "formas" e "graus" do conhecimento e "qualidades" da praxis humana que lhes correspondem. Procede, em seguida, à análise de conteúdo de documentos formais oficiais do campo da saúde, procurando identificar as referidas "formas" e "graus" de conhecimentos em suas formulações de "participação comunitária" e as "qualidades" da praxis cujo acionamento propõem.

PINTO, João Bosco. *Trabalho com grupos e mobilização comunitária*. s. n. t. 15p. mimeo.

Analisa o conceito de "comunidade", a partir de suas relações internas. Classifica esses grupos em expressivos ou instrumentais. Problematisa, em seguida o trabalho com grupos e propõe um detalhamento de metodologia de pesquisa, organização, mobilização e desenvolvimento comunitário.

———. Educação de adultos e o desenvolvimento rural. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Jan Diaz (orgs.) *Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Apesar de sua ideologia intrinsecamente conservadora, podem os programas de Desenvolvimento Rural Integrado permitir concepções inovadoras e, até certo ponto, não convencionais de educação de adultos? Podem programas de desenvolvimento rural, financiados diretamente pela estrutura capitalista, permitir um componente educativo que traga em si a semente da transformação da sociedade atual? Essas e outras questões cruciais são colocadas e discutidas pelo autor ao propor a educação de adultos como fator importante do desenvolvimento rural. Nota-se neste artigo uma nítida evolução do pensamento de Pinto, quanto às possibilidades reais de participação autêntica do produtor em programas oficiais de desenvolvimento.

SANTOS, Paulo de Tarso. Educação e desenvolvimento: modelos alternativos com dados da realidade brasileira. In: ———. *Dialogar é preciso*. São Paulo, HUCITEC, 1981. pp. 63-79.

Apresenta três modelos de desenvolvimento, dentre os quais optará por um: a) modernização tecnológica sem transformação social planejada; b) modernização tecnológica com transformações sociais não estruturais; e c) transformações estruturais com modernização tecnológica. "Por transforma-

ção social se entende a reorientação da maneira segundo a qual estão dispostos os elementos básicos da organização social, especialmente: o poder, a renda e a cultura.

Para o autor a democracia é uma forma de participação do povo na tomada de decisões(poder); na distribuição da renda, em benefício da maioria, sobretudo assalariada, e na distribuição da cultura, com estímulo à manifestação popular.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Peoples' participation in Latin America: who are the protagonists? *Ideas and Action*. Roma, 138: 9-14, jun. 1980.

Aborda o tema desenvolvimento e discute suas definições ao longo dos anos 60 e 70. Trata do aparecimento da alternativa de participação social; da emergência das organizações populares e de base; dos experimentos em participação em vários países. Diferencia mobilização de participação, sendo esta, um movimento de baixo para cima, e aquela, o contrário. Neste sentido, discute a presença do Estado na busca de participação popular. Distingue níveis de participação: econômico, político, e cooperativo. Preconiza a participação na formulação, implementação e avaliação de projetos e planos como absolutamente indispensável.

UTRIA, Rubem Dario. *El processo de desarrollo y la participación popular*. Santiago, CEPAL, 1970. 20p. mimeo.

Devido à natureza eminentemente social do processo de desenvolvimento, todos os fenômenos e processos que nele se cumprem, afirma o autor, envolvem certo grau de participação popular. Ainda em condições de sub-desenvolvimento as massas populares participam como contribuintes, como mão-de-obra, como consumidores, como suporte político dos grupos dominantes, através do voto e de muitas outras formas. Mas esta se constitui uma participação passiva, sem nenhum significado para o desenvolvimento. O autor prossegue propondo algumas condições para que uma participação popular resulte em desenvolvimento. Que seja: ativa, consciente, deliberada, organizada, eficiente, decisiva e intensa.

### 3.2. *Pesquisa Participante*

A OBSERVAÇÃO participante. Uma alternativa sociológica. The militant observer. A sociologic alternative. São Paulo, 1975. *IDAC Documentos*, 9: 14-40.

Apresenta de forma sistemática a metodologia do observador participante (no original, militante). Apoiar-se em Stavenhagen, para quem só há duas linhas possíveis para a pesquisa eficaz: "Ou o indivíduo trabalha com os oprimidos para construir, a partir do interior do grupo um conhecimento que contribua para a superação da situação opressora ou trabalha no outro pólo da relação de dominação estudando os grupos e os mecanismos pelos quais asseguram a continuidade de seu poder". Propõe-se a explicar o método de trabalho, a examinar as condições para sua aplicação e os fundamentos científicos nos quais se baseia, e a verificar-lhe os conceitos de sociedade, ciência social e o papel do pesquisador.

LE BOTERF, Guy. *Discussão do método de "pesquisa participativa"*. Brasília, Secretaria de Educação, Fundação Educacional, IPEA/IPLAN/CNRH/UNESCO. (Documentos, 6) 1978. 16p. Trabalho apresentado no curso de treinamento em planejamento e administração educacional para o desenvolvimento da Ceilândia.

Preconiza uma discussão, com a comunidade analisada, de cada etapa da pesquisa. Propõe um processo interativo: de ida e volta. Discute os postulados implícitos na pesquisa clássica e em sua metodologia. Propõe novos postulados e objetivos para uma "pesquisa participativa". Entre eles, a formação dos participantes do processo e a ação no sentido da mudança desejada. Critica-se por estar apenas ao nível elementar de participação: a discussão dos resultados de cada fase com os pesquisados.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. *Educação Popular*. Rio de Janeiro, 1977. 24p. Suplemento 17.

Apresenta uma proposta de análise de uma prática de educação popular, dividida em quatro partes: (1) por que analisar uma prática de educação popular? Ou seja, qual a utilidade dessa análise? (2) situa a educação popular no conjunto das práticas sociais: que prática é esta? Em que sentido é popular e em que sentido é educação? O que lhe compete cumprir na sociedade



de hoje? (3) para essa análise é necessário identificar e relacionar os aspectos que revelam em que termos cada programa educativo está cumprindo a atribuição social da educação popular. Esta parte trata desses aspectos, admitindo que eles dizem respeito à realidade social existente; à atuação educativa e à instituição através da qual a ação educativa, em cada programa, chega às camadas populares; (4) as conclusões apresentam um esquema da proposta de análise desenvolvida na terceira parte.

MONTEIRO, Sílvia Tavares. *Elementos para interpretação de comunidades rurais amazonenses*. Manaus, EMATER-AM, 1980. 26p. mimeo.

No sentido de colaborar com extensionistas engajados num processo de desenvolvimento rural co-participativo, propõe para debate alguns elementos a ser considerados no processo de "estudo de realidade municipal". Baseia-se na certeza de que para provocar o desenvolvimento do homem rural é necessário uma ação extensionista planejada e participativa, principalmente nas bases do sistema. Seu raciocínio se apresenta a partir de três formas de abordar o grupo rural (critica o termo "comunidade"): a) ele é uma resultante do relacionamento dos indivíduos com o meio ambiente; b) é resultante do relacionamento entre indivíduos que formam o grupo; e c) do relacionamento do grupo em si com outros grupos, particularmente urbanos.

VIELLE, Jean P. *Investigación participativa para la planeación de la educación de adultos*. México, 1978. 15p. Extraído de alguns temas de educação de adultos. (Série Educación de Adultos, 10).

Propõe-se a discutir o tema da educação permanente. Neste sentido estabelece seus princípios básicos. Analisa, em seguida alguns pontos do tema "educação de adultos", para depois contrapô-la com a educação permanente. Propõe, finalmente, a pesquisa participante, como forma adequada ao planejamento e realização da educação de adultos.

### 3.3. Planejamento Participativo.

BORDENAVE, Jan Diaz. *La planificación de las estrategias comunicativas del sector rural. Una necesidad fundamental*. Caracas, s.d. 17p. mimeo.

"Aceitando-se um novo conceito da Comunicação Rural como um processo participativo e dialógico de solução de problemas da população rural, esta comunicação pode oferecer importantíssimas contribuições ao desenvolvimento agrícola e rural do país. Entretanto, sua contribuição será maximizada se o país resolve sistematizar seu uso, mediante o traçado de uma "Política Nacional de Comunicação Rural", levada a cabo por um "Sistema" que desenvolva um "Programa Nacional", financiado por um "Fundo" especial."

BRAATZ, Rudi. A validade da gerência participativa na cultura latina. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 7(4):71-96, out./dez. 1973.

Estabelece premissas e pré-requisitos para estudar a participação. *Premissa*: não vai falar de participação genuína, mas sim, e apenas, da participação psicológica, que otimiza a consecução dos interesses da empresa. Entende que a primeira só será viável com o amadurecimento do processo lento de democratização organizacional, em que se possa pensar em socialização do conhecimento, socialização da renda e distribuição do poder. *Pré-requisito*: há que se definir a natureza humana, sobre a qual se aplicará a teoria: o homem é bom (Rousseau) ou mau (Hobbes, Downs)?

A partir daí desenvolve temas tais como a necessidade de homogeneidade de crença nos objetivos da empresa. Nesse sentido não devem haver questões fundamentais entre os participantes. A situação do indivíduo na escala de satisfação de necessidades de Maslow vai modificar sua participação. O tipo de personalidade pode alterar os níveis de participação.

CAMPOS, Ana Maria. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 14(3): 27-45. jul./set. 1980.

Partindo da premissa de que o planejamento social, para atender às necessidades humanas básicas é diferente do planejamento para o crescimento econômico, faz algumas sugestões para a reformulação dos valores e das suposições em que se deve apoiar o planejamento, de forma a propiciar que o povo

e as comunidades possam associar-se aos técnicos e especialistas que estão a nível central de Governo, no esforço de desenvolvimento. O modelo tenta integrar o planejamento central e a participação da comunidade nos esforços em busca do desenvolvimento social.

CORNELY, Seno A. *Planejamento e participação comunitária*. São Paulo, Cortez & Moraes, 2ed. 1978.

Qualifica Ruben D. Utria de radical, quando este afirma: "Participação significa estar presente, de forma ativa, na designação e no escolher de alternativas, de caminhos, e ter possibilidades reais de utilizar toda e qualquer alternativa bem como de combiná-las." Sua posição é de que "a participação universal, altamente consciente e deliberada, não parece ter sido alcançada em parte alguma. De resto, como bem acentua Lucien Mehel, nem todos podem participar de tudo.(...) Hoje se admite que participação é um produto, e como tal, exige insumos, devendo, pois, ser induzida pelos técnicos e pelo governo. Neste sentido, entende-se aqui participação comunitária como a incorporação dos responsáveis locais nos planos de governo". Desenvolve estudo de caso.

———. Subsídios sobre planejamento participativo. *Revista Brasileira de Planejamento*. São Paulo, 7: 20-7, abril, 1978.

Conceitua o planejamento participativo como um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria.

Estabelece, em seguida, alguns pressupostos nos quais deve-se apoiar este planejamento e os cuidados para que ele não se desfigure em manipulação, cooptação, tutela, adesão acrítica etc. Prossegue com análise dos grandes passos do planejamento: levantamentos, diagnose, prognose, planificação, execução e avaliação.

Nota-se uma grande mudança de postura teórica do autor, de seu trabalho anterior, que é, originalmente sua tese de livre docência em desenvolvimento de comunidade (PUC-RGS), para este artigo, publicado no mesmo ano da sua segunda edição.

DEMO, Pedro. Planejamento participativo. Elementos de uma discussão preliminar. In: Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.

O planejamento, que sempre será um fenômeno impositivo porque acredita em coordenação, em influência, em orientação, etc., pode ter dificuldades de um equacionamento justificável em face das exigências de abertura democrática. Geralmente tende a ser dominador, mas é possível, igualmente, por ânsia participativa, esquecer a necessidade de coordenação. Em si, ambas as partes se necessitam: não há coordenação satisfatória sem participação das bases, e não há participação condizente das bases sem o elemento coordenador.

EMBRATER. *Procedimentos para o planejamento local de extensão rural*. Brasília, 1981. 36p. il. No prelo.

Propõe aos técnicos do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, uma metodologia participativa de planejamento local, que leve sempre em consideração que "o Programa de Extensão Local deve ser considerado pelos interessados como sendo seu, e não uma coisa estranha, de que eles participam ou não, tendo em vista seus próprios interesses. Evidentemente, este estágio não é alcançado pelo Escritório Local logo no início do seu trabalho, mas constitui o alvo para o qual devem ser dirigidos todos os esforços." Apoiada em Cornely, afirma entender o planejamento participativo como "um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem".

GUSSO, Divonzir Arthur. Planejamento educacional. Aspectos básicos de uma transição de métodos e conceitos. In: Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.

"O mundo -- e o nosso país em particular -- está em busca de novos conceitos de vida e de sociedade que não podem ser traçados como extrapolação dos estilos e métodos e teorias dominantes nos últimos decênios. Serão, talvez, caminhos novos. E esses caminhos novos estão a exigir pressupostos de

uma reconstrução dos sistemas de planejamento educacional, no contexto de um processo de aperfeiçoamento democrático e de busca de novos estilos de desenvolvimento com ênfase na redução das desigualdades sociais e na generalizada melhoria da qualidade de vida". Discute uma pauta conceitual e metodológica.

HADDAD, Paulo Roberto. *Participação, justiça social e planejamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

Analisa quatro temas essenciais: o papel do economista no governo, a avaliação do planejamento regional no Brasil sob o enfoque das desigualdades sociais, a experiência de elaboração de planos de desenvolvimento regional integrado e a evolução do processo de planejamento em Minas Gerais, destacando aqueles temas de maior interesse para um debate mais amplo sobre o planejamento no Brasil.

Ao fazer uma análise conceitual do planejamento, hoje no Brasil, o autor mostra que, apesar de todos os problemas inerentes a um país de dimensões continentais e em vias de desenvolvimento, grande parte dos nossos problemas pode ser solucionada através da mobilização de três potenciais disponíveis no atual contexto histórico, mas ainda não devidamente considerados no processo de planejamento: o potencial redistributivo, o potencial de participação e o potencial energético.

LOPEZ, Gustavo & CHONG, Juan. Microplanejamento educacional participativo e intersetorial para o desenvolvimento integrado das áreas urbanas marginalizadas. Pautas metodológicas. In: Brasil, Ministério da Educação e cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.

O caráter participativo e intersetorial do microplanejamento se entende, principalmente, pela necessidade de envolver, no processo, os diferentes grupos sociais que vivem uma realidade e que devem ser protagonistas do progresso de suas próprias populações. O desenvolvimento integrado implica, entre outros, os seguintes aspectos: (1) a preservação e criação dos valores sócio-culturais; (2) a modificação das estruturas que propiciam a marginalização das populações; (3) a mobilização e organização dos membros da comunidade; (4) a utilização dos recursos próprios da comunidade, e (5) a ação conjunta dos diferentes setores institucionais que atuam na região. Desenvolve considerações metodológicas e conceituais.

OECD. *Participatory planning in education*. Paris, 1974.

Coletânea de "papers" apresentados na conferência da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OECD, em janeiro de 1973. Registra e interpreta algumas correntes importantes da experiência dos países integrantes da organização, na área do planejamento de longo prazo em educação. O enfoque em participação leva a discussão na direção das dimensões pedagógicas e organizacionais.

A obra está composta de três partes: na primeira, apresenta uma retrospectiva das discussões da Conferência, assim como seu documento-agenda e de orientação; a segunda consiste daqueles documentos que relatam experiências úteis do planejamento e participação, cobrindo exemplos que vão do nível nacional ao de instituições específicas; e a terceira, ainda baseada em experiências, enfatiza desenvolvimentos conceituais que sugerem que o planejamento seja visto como um processo participativo.

PROCENGE. *A organização do planejamento participativo*. Recife, 1980.  
(PROCENGE, 6).

Para a autora, organizar o planejamento significa definir: a) quem participa do planejamento (lato senso); b) qual o papel de cada participante nesse esforço; c) quais as relações que devem existir entre os diversos participantes como decorrência de seus respectivos papéis; e d) como devem se conduzir os participantes.

Os condicionantes desse processo são: a) a estrutura do agente e das funções gerenciais (da organização); b) a estrutura de poder vigente no meio social em questão; c) a cultura organizacional; d) disponibilidades de recursos, e e) objetivos, objetos, dimensões, produtos, processos e técnicas de planejamento.

Apresenta conceituações de planejamento, participação e planejamento participativo, bem como os princípios em que se apóiam essas definições.

### 3.4. Comunicação Participativa.

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA, 19. Recife, 1980. 15p.

*Relatório dos grupos de trabalho, comentários da Assembleia Geral, sugestões da sessão de encerramento.* Recife, nov. 1980.

O trabalho apresenta relatórios sobre os seguintes temas: a) teoria e pesquisa em comunicação participativa; b) comunicação participativa: implicações políticas; c) comunicação participativa e educação popular; e d) comunicação participativa e desenvolvimento rural.

AMORESE, Rubem Martins. *Extensão rural e comunicação por identificação: uma proposta cristã de mudança social.* Brasília, 1980, 19p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de Comunicação e Mudança Social, no Deptº de Comunicação, UnB.

A Extensão como atividade de transferência de inovações já tem, pelo menos, 1981 anos. E as preocupações com temas considerados modernos, tais como a dominação, o verticalismo, a invasão cultural, o diretivismo e a participação, já foram, metodológica e praticamente vivenciados àquela época. Neste sentido, muitas das idéias de autores considerados de vanguarda nesta área, têm a idade do cristianismo.

———. et alii. *Comunicação participativa numa sociedade de classes.* Brasília, 1980. 32p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de Comunicação e Cultura, no Deptº de Comunicação, UnB.

Friedrich propõe um modelo alternativo de comunicação: o modelo humanizador, calcado no diálogo, e na visão do homem como sujeito do processo. Moraes & Monteiro, em "Comunicação participativa numa sociedade de classes?" (UFPe) afirmam não ser isso possível, quando proposto por entidade governamental, pois o produtor rural e o extensionista têm, conforme a teoria de classes, interesses conflitantes. Marangon, relata resultados animadores conseguidos com a busca do aumento de participação dos produtores em estratégias de ação local da EMATER-MG. Diante do conflito teórico entre Friedrich e Moraes & Monteiro, como julgar a validade ou não da experiência concreta de Minas Gerais?

BELTRÁN, Luis Ramiro. *Farewell to Aristotel: "horizontal communication"*.

Bolívia, 1979. 40p. mimeo. Preparado para um "número de comunicação internacional", de "Communications", a ser publicado em 1979, e para a Comissão Internacional para o Estudo de Problemas de Comunicação, UNESCO.

Sistematiza a evolução do termo comunicação, a partir de sua concepção tradicional aristotélica; de *quem diz o quê a quem*. Em seu percurso, passa criticamente por Lasswell; pelas concepções eletrônicas do processo; pelo esquema de estímulo-resposta do Behaviorismo. A isso tudo contrapõe a perspectiva de Paulo Freire, estabelecendo paralelos críticos entre educação e opressão; domesticação e libertação; comunicação vertical e comunicação horizontal. Ao estabelecer algumas considerações sobre o tema, que chama de "operativas", estabelece uma progressão por que passa o processo de comunicação horizontal: *acesso - diálogo - participação*. Afirma ser o acesso um fato quantitativo. O diálogo, eminentemente qualitativo. E a participação um fato qualitativo/quantitativo.

BORDENAVE, Juan Diaz. *Comunicación y desarrollo*. Chasqui, Quito, 19:27-53. s.d.

Propõe que o conceito de comunicação esteja ligado ao conceito de desenvolvimento de uma sociedade. Apresenta, então, um enfoque estrutural-personalista de desenvolvimento, apoiado em pensadores cristãos, como Mounier e Perroux. Define a comunicação como um ingrediente orgânico a todas as relações sociais e dentro desta perspectiva, propõe a comunicação participatória, citando as três condições e os seis níveis em que pode se dar, de Pierre Chantran. Sugere conteúdos de comunicação para o desenvolvimento.

———. *Comunicação e Educação: o que Deus uniu o homem não separa*. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.). *Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

Critica, entre tantas dicotomias e polarizações que herdamos do pensamento grego, a necessidade histórica e real de separar educação de comunicação. Constata, por exemplo, que são muitos os comunicadores que não percebem que estão educando quando comunicam e os educadores que não sabem



comunicar. A vítima de ambos especialistas, a população em geral, é agredida pelos comunicadores não educativos e é frustrada pelos educadores não comunicativos.

Propõe o reencontro desses dois pólos, nos programas de comunicação /educação rural. Cita tentativas e propostas neste sentido: a de Calvelos, com o vídeo-tape no Peru; o MEB, no Brasil; os audio-cassetes de Kaplun no Uruguai e a experiência da EMATER-MG, baseada no modelo humanizador da comunicação de Odilo Friedrich, entre outros.

———. *A comunicação rural em nova perspectiva*. Londrina, 1979. 13p. mimeo. Trabalho apresentado no I Seminário Paranaense de Comunicação Rural.

Apresenta um modelo alternativo ao que chamou de "informação rural", por encontrar neste conceito uma falácia que consiste em acreditar que a decisão de adotar inovações está baseada principalmente na persuasão, no convencimento das pessoas. Daí, o grande investimento feito em campanhas, audiovisuais, alto falantes, cinema, folhetos, líderes, etc. Propõe que se desenvolva a capacidade de diálogo não coagido e dirigido. O processo de comunicação, segundo ele, não é um processo neutro; ele está determinado pelo poder relativo dos participantes. "Ora, como conseguir que os interlocutores que não têm poder consigam tê-lo? A resposta só pode ser uma: a *organização*, unida com a *conscientização* e a *politização*. O objetivo da comunicação seria, então, facilitar a solução dos problemas da agricultura e da vida rural em benefício da população rural, mediante a abertura de fluxos e canais para que exista um diálogo amplo e construtivo sobre ditos problemas. Parte desse diálogo seria a transferência de tecnologia, mas haveria muitos outros conteúdos tão relevantes quanto ela".

———. *Development communication in the rural areas: strategies and models*. UNESCO, 1977. 353p.

Estuda a forma como modelos de comunicação refletem os modelos de desenvolvimento aplicados em um país, em um dado período. Descreve 17 "casos" de estratégias alternativas de comunicação, destinadas ao desenvolvimento de áreas rurais de vários países com diferentes propósitos.

Seleciona e organiza fatos e dados dos casos estudados para detetar parâmetros e variáveis comuns; apresenta definições contemporâneas de desenvolvimento rural, por pessoas renomadas; explora a filosofia e objetivos da

comunicação para desenvolvimento adotada por algumas importantes organizações internacionais; apresenta recentes orientações da comunicação, incluindo teorias e modelos e novas linhas de comunicação participativa. Conclui com uma tentativa de síntese.

———. *La comunicación participatoria en la America Latina*. Rio de Janeiro, 1980. 52p. mimeo.

Estuda três recentes correntes de pensamento e ação no campo da comunicação e desenvolvimento: a) comunicação participativa; b) comunicação alternativa; e c) comunicação autóctone.

Entende que a comunicação participativa só tem sentido enquanto contribua para preparar o terreno para o estabelecimento de uma sociedade participativa. Em outras palavras, a comunicação participativa não é um fim em si mesma, senão um dos meios para preparar uma nova ordem social. No fundo, o que está em jogo é a aprendizagem e a prática de um novo tipo de relação entre as pessoas e entre as classes sociais; entre o povo e o governo, como corporização do Estado. Este trabalho pretende analisar algumas das forças endógenas e exógenas que afetam o processo participativo. Para isso descreve cinco experiências levadas a cabo na América Latina, propondo-as como tema para debate.

———. *Participation in communication systems for development*. Rio de Janeiro, 1980. 26p. mimeo.

Procura definir participação. Contrapõe-na à idéia de "participação dirigida", frequente nos modelos de desenvolvimento de comunidade e de extensão. Sua idéia-base é de que é impossível realmente democratizar os meios de comunicação e colocá-los ao serviço do povo, dentro de um sistema capitalista. A partir daí, e citando as Comunidades de Base no Brasil, propõe que qualquer tentativa de comunicação participativa tenha que ter em conta o aspecto político da luta de classes.

———. *A comunicação e a adoção de inovações agrícolas na América Latina*. Rio de Janeiro, IICA/OEA, 1975. 17p. mimeo. Trabalho apresentado no Seminário sobre Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Rural. CIAT, Cali, Colômbia, 1974.

Propõe uma nova postura na pesquisa e na ação de comunicação rural:

aquela que rompe com os esquemas importados e adequa-se ao caso latinoamericano. Defende a posição de que o processo é político por natureza e deve considerar os aspectos estruturais e infraestruturais da sociedade.

———. & CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunicação e Planejamento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

A comunicação e o planejamento são dois processos sociais necessários para maximizar o grau de justiça, de liberdade e de solidariedade em nossas sociedades em desenvolvimento. Entretanto, no contexto do sistema capitalista dependente, no interior da camisa de força do desenvolvimento modernizante e na subordinação vertical ao Estado capitalista, ambos os processos correm o sério perigo de servir só aos interesses das classes dominantes e à expressão da já grande influência dos países tecnologicamente mais desenvolvidos.

O fato é que uma marcada esquizofrenia permeia e desorienta a comunicação e o planejamento desviando-os de sua nobre finalidade de facilitar o diálogo e a participação de todos na construção conjunta de uma sociedade mais justa, livre e solidária. Este desvio é encoberto por discursos que atribuem à comunicação e ao planejamento a missão de levar os cidadãos a usufruírem os benefícios da dupla igualdade: igualdade de *poder* e igualdade de *ter*.

BRANDENBURG, Álfio. *Liderança, extensão e mudança social*. Curitiba, EMATER -PR/ACARPA, 1981. 13p. il.

Discorre sobre vários tipos ou padrões de liderança: carismática, institucional ou oficial, tradicional ou patriarcal e democrática. Historicamente, a liderança tem estado com o mais forte. E isso, prossegue, já é cultural no Brasil. A liderança rural no Brasil defende os interesses de categoria dos mais abastados, legitimados pelo sistema. A rigor, em uma perspectiva socio-política, dois tipos básicos de liderança podem ser identificados: a) uma liderança tradicional de dominação que age de forma dissimulada. Esta liderança é a que tem força porque normalmente é a oficializada pelo sistema representativo das classes; b) uma liderança autêntica, que representa os reais interesses da categoria que responde, mas que, ainda emergencial, não é significativa oficialmente e não tem força perante o sistema de classes.

CALVELO RIOS, Manoel. O camponês peruano no vídeo artesanal. A imagem que não deforma a realidade. *Revista OCB*. 1(6):42-6. nov./dez. 1978.

Relata sua experiência com capacitação de homens do campo vinculados às cooperativas, num total de aproximadamente cinco mil organizações, compostas por quase quatro mil comunidades agrícolas e mil e duzentas cooperativas.

Utilizou para isto circuitos fechados portáteis de televisão. O técnico vai ao campo e faz uma pesquisa participante, onde, em contacto com as cooperativas, faz registros, fotografa e revela no laboratório, compõe a pista de áudio, faz o roteiro; enfim, manipula todas as etapas do processo produtivo pedagógico, até o momento de sua aplicação no curso, contando sempre com a presença e intervenção dos cooperados.

CAPRILES, Oswaldo. Venezuela: política de comunicación o comunicación alternativa? *ININCO*, s. n. t. pp.52-61.

Associa o modelo dominante de desenvolvimento ao modelo dominante de transmissão-recepção de signos. Apresenta a evolução da polêmica com o surgimento dos estudos "alternativos". Nasce um novo modelo, que propõe nova ética de comunicação; que permita "o diálogo permanente, a participação espontânea e pertinente, nunca arbitrária nem condicionada, geradora de decisões coletivas e socialização da produção e seus frutos".

Propõe quatro características genéricas desse novo paradigma: a) que seja uma relação dialógica, com igualdade de intervenção dos participantes; b) que se comunique sobre tudo que tenha interesse social ou comunitário; trata-se "do sentido da produção, circulação e recriação do sentido": o sentido político da existência social; c) que se proponha a estabelecer um aqui e agora diferente do dominante; e que d) estabeleça o equilíbrio acesso-participação, que assegure igualdade de intervenção de todos nas decisões acerca da existência, utilização, organização e programação dos meios. Conclui com a questão: como ser possível a verdadeira participação grupal no seio de um sistema global estruturado diferentemente?

CAREY, James W. A cultural approach to communication. *Communication*, 2:1-22, 1975.

Propõe o estudo da comunicação como o exame do processo social atual, onde formas simbólicas são criadas, aprendidas e utilizadas. Nossas ten-

tativas de construir, manter, reparar e transformar a realidade são publicamente atividades observáveis que ocorrem num tempo histórico. Nós criamos, expressamos e comunicamos nosso conhecimento e atitudes em relação à realidade através da construção de uma variedade de sistemas simbólicos: arte, ciência, jornalismo, religião, senso comum, mitologia. Como fazemos isso? Qual a diferença entre essas formas? Quais são as variações históricas e comparativas? Como as mudanças na tecnologia de comunicação influencia o que nós concretamente criamos e compreendemos? Como os grupos na sociedade lutam a respeito da definição do que é real?

Compara duas visões da comunicação, que podem caracterizar a abordagem convencional da comunicação e a abordagem cultural proposta: a visão de *transmissão*, em que as mensagens são transportadas geograficamente, e a visão *ritual*, em que a mensagem é criada participativamente no seio do grupo.

CARVALHO, Horácio Martins de. *As ambiguidades da comunicação participatória: notas para um debate*. Recife, 1980. 25p.mimeo.

Discute o aspecto anti-democrático dos meios de comunicação de massa, em contraposição aos meios populares. Relativiza, entretanto, a idéia de que os meios populares sejam sempre democráticos; sob o capitalismo esses meios não podem ser democráticos porque estão sob a direção da classe dominante. Propõe problemas à formação de uma disciplina "Comunicação Participativa", para ensino. Associa a comunicação à democracia e discute as suas possibilidades dentro de um modo de produção capitalista. Critica o ultra-esquerdismo dos estudiosos do assunto. Coloca o tema do Estado e aborda o problema da comunicação associada a instituições e hierarquias.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Analisa o termo "extensão" a partir de três pontos de vista: a) semântico, sugerindo que alguém estende algo a alguém que não tem, englobando assim no termo, ações que transformam o camponês em "coisa", objeto da ação extensionista; b) gnosiológico, mostrando que "conhecer não é um ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe"; e finalmente, c) a partir de suas relações com o conceito de invasão cultural.

Nesses três sentidos Freire identifica participação com comunicação -- que só se pode dar numa relação dialógica entre iguais --, em contra-

posição ao termo "extensão". Para o autor, comunicação é co-participação no ato de conhecer.

FRIEDRICH, Odilo Antônio. *Comunicação rural. Proposição crítica de uma nova concepção*. Brasília, 1978. 68p. mimeo.

Faz uma crítica aos modelos verticalizantes de comunicação e propõe um, que iguala os participantes do processo enquanto sujeitos. Seu modelo humanista de comunicação propõe a existência de dois comunicadores mediados pelo objeto do conhecimento.

GRAZIANO, Margarita. Para una definición alternativa de la comunicación. *ININCO*, s. n. t. pp.71-4.

Trabalha com definição dos conceitos de comunicação alternativa: "Comunicação Participativa" e "Comunicação Horizontal". Entende que essas são propostas de mudança das relações entre o emissor e o receptor, em termos de: a) possibilidade de uma comunicação de retorno, através da b) participação na produção de mensagens c) diferentes das convencionais; que atendam a necessidades outras.

Define acesso e participação: a) acesso envolve a possibilidade de *eleição* (opção) de canais e a utilização da *comunicação de retorno*; b) a participação se dá com o envolvimento do público na produção de mensagens e no manejo dos meios de comunicação.

"Comunicação alternativa são aquelas relações dialógicas de transmissão de imagem e signos que estejam insertas em uma praxis transformadora da estrutura social enquanto totalidade."

KAPLUN, Mário. La comunicación participativa como praxis y como problema. La experiencia del casete-foro. *ININCO*, s. n. t. pp.62-70.

Descreve um sistema de comunicação que considera participativa: o cassete-foro, e avalia a experiência. Entre os problemas encontrados, comenta os seguintes: a) a dificuldade de obtenção de retorno na comunicação; os participantes tinham o canal, mas não o usavam convenientemente: por quê? Sua pesquisa obteve como resposta o condicionamento cultural ao silêncio: a falta de hábito de fazer ouvir sua voz. A comunicação participativa, conclui o autor, nesse caso, exige paciência; b) a dificuldade demonstrada em perceber suas reais necessidades; o pouco desenvolvimento de sua consciência crítica.

KEARL, Bryant E. *Comunicação para o desenvolvimento agrícola*. Trad. de Raul Colvara Rosinha. Brasília, EMBRAPA/DID. 1979. 27p. mimeo.

"A atenção, nos últimos anos, tem mudado para considerar o pequeno produtor e sua família como gente, e não simplesmente como unidades numa equação de produção agrícola. Uma vez aceito que o bem-estar de cada indivíduo e de cada unidade tem validade, em termos de objetivos nacionais, novas exigências surgirão para a comunicação. O que será razoavelmente aumentado é o julgamento de que, no máximo possível, as decisões que se relacionam com desenvolvimento necessitam ser descentralizados e colocados junto das pessoas que elas afetam".

MARANGON, Benito. *Constatação de mudanças resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação em relação aos níveis de participação dos agricultores envolvidos em estratégias de ação*. Belo Horizonte, EMATER-MG, 1980. Documento apresentado no 1º Seminário de Comunicação Rural da Região Sudeste. Campinas, julho, 1980.

Constata mudanças de atitudes de extensionistas no sentido de uma maior abertura ao diálogo e à participação, resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação em relação aos níveis de participação dos agricultores envolvidos em estratégias de ação local.

Desenvolve gráficos e tabelas, através dos quais pretende atribuir níveis de abertura à participação do agricultor, por parte do técnico, através de atitudes por este assumidas ao aplicar determinado método de extensão.

MAZZI, Ângela Parente Ribeiro. *Comunicação e desenvolvimento rural: da prática da persuasão à alternativa do diálogo*. Tese. UFRJ/Escola de Comunicação, 1979. 75p.

História a evolução recente das tendências da comunicação rural, abordando os temas dominação, invasão cultural e modernização tecnológica. Através da análise do paradigma dominante anuncia a alternativa emergente: da persuasão ao diálogo.

Após a crítica do que chamou de modelo de transferência e persuasão, com apoio na escola, nos meios de comunicação de massa e na extensão rural, contrapõe a esses, estratégias de comunicação participativa apoiadas na educação, na democratização da informação e na capacitação técnica e transferência de tecnologia.

MORAIS, Adília M.S. & MONTEIRO, Z.M.M. *Comunicação participativa numa sociedade de classes?* Recife, 1979. 29p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de pós-graduação em Comunicação Rural, na Fundação CE-COSNE/UFPe.

Críticam trabalhos proponentes de modelos de comunicação participativa a ser desenvolvidos a nível do Estado. Apoiados em Althusser, dizem não ser possível a participação entre classes antagônicas, como, por exemplo, entre o produtor e o técnico extensionista. Sua crítica aborda os trabalhos de Friedrich, Kaplun, Bordenave e outros.

PINTO, João Bosco. *Extensión o educación: una disyuntiva crítica*. Lima, IICA, 1972. 27p. mimeo.

Faz uma análise crítica do modelo de ação da extensão rural na América Latina. Essa crítica se dá em três instâncias principais: sociológica, epistemológica e educacional. Propõe uma revisão das bases teóricas e metodológicas da extensão, a partir dos conceitos de *realidade*, de *estrutura social* e de *mudança*. A partir dessa postura, procura redefinir o papel educativo da extensão como um processo de mudança estrutural contínuo, que utiliza, para isso, como instrumento de ação a pesquisa participante e o planejamento participativo.

———. La comunicación participat6ria como pedagogia del c6mbio: fundamentos epistemol6gicos (La pedagogia de la comunicaci6n popular). *Cadernos de Comunicaça6o*, Recife, 2:7-17, 1980. Conferência pronunciada no 19 Seminário Latinoamericano de Comunicación Participat6ria, promovido pelo CIESPAL, Quito, 1978.

Procura condicionar o processo comunicativo ao processo geral de produça6o e às relaça6es sociais daí advindas. Deriva dessas relaça6es, a impossibilidade de comunicaça6o participativa, a partir de iniciativas oficiais, conquanto acha que poda ser feito por pessoas ou grupos comprometidos com as classes subalternas. Assim, a comunicaça6o participativa assume as feiça6es de um instrumento teórico-prático nas m6os das classes exploradas para sua luta libertadora. É um instrumento pedag6gico e de luta política, em que se contrapõem forças e interesses, no sentido de atribuir e tornar hegem6nicos determinados sentidos da realidade em que vivem.



ROSINHA, Raul Colvara. *Meios de comunicação: nacionais ou locais? Uma opção para países em desenvolvimento*. Brasília, EMBRAPA, 1980. 14p. il.

Qual o papel da comunicação no desenvolvimento? Supondo que as divergências teóricas a respeito estão relacionadas à dificuldade de se obter consenso sobre o que sejam comunicação e desenvolvimento, propõe-se a tratar do assunto.

Ao abordar o caso da comunicação rural no Brasil, afirma: "É necessário estimular a inventividade de extensionistas, comunicadores e agentes de mudança, no sentido de definirem novos veículos ou de adaptarem os existentes à comunicação dialógica local. É preciso que *todas* as pessoas envolvidas no processo de comunicação tenham participação ativa na seleção do *quê*, *como* e *quando* comunicar."

TERRERO, José Martinez. Investigaciones sobre comunicación grupal. *ININCO*. s.n.t. pp.75-9.

Desenvolve uma pequena história das idéias da evolução do conceito de comunicação, a partir da II Grande Guerra, com o difusionismo, até às idéias atuais de desenvolvimento grupal e participativo. Pontilha essa história com os autores e títulos mais expressivos.

UNESCO. International Commission for the study of Communication Problems. *The right to communicate: a socialist approach*, por Jadwiga Pastecka. s.l. 8p. mimeo. (39).

Com base na premissa de que não é a forma como as pessoas se comunicam que determina a estrutura social, *mas* é justamente esta que determina a forma como as pessoas comunicam, propõe a análise do conceito "direito de comunicar", do ponto de vista da lei socialista. Para isso, aborda, ao nível individual, grupal e internacional o direito de buscar informação (e ter acesso a ela); o direito de receber informação (principalmente sobre áreas, decisões e atividades que o atinjam mais de perto); o direito a co-criar informação (que envolve não somente a participação no processo de produção da informação, *mas também* na ação social que gerou a notícia); e o direito a emitir informação, discutindo o aspecto de que para expressar seus pensamentos, o indivíduo tem que ser capaz de pensar por si próprio.

WILLIAMS, Raymond. Cultural studies and communications. *The Times Higher Education Supplement*, julho. 1973. 8p.

Propõe a abordagem cultural da comunicação como uma nova, mais aberta e profunda concepção do que seja a comunicação. Alega que durante muitos séculos, meios foram buscados para se estudar poemas, pinturas, construções, músicas, novelas, filmes, sinfonias, jornais, anúncios, discursos políticos etc.; uma gama de práticas culturais, separadas como artefatos para estudo mais específico, mas que também têm que ser vistos como prática comunicativa. Seu ponto central é que comunicação é uma prática e não somente uma peça ou artefato; que é feita por homens reais em lugares reais, num contexto de relações sociais reais e significantes.

Insera a comunicação em estudos culturais porque está preocupado com práticas e com relações entre práticas. A palavra cultura é uma indicação necessária disso. Associa, então, o estudo do desenvolvimento cultural ao estudo das relações sociais de produção dessas práticas.

## APÊNDICE B

### 1. AGENDA PARA ENTREVISTA

#### 1.1. *A Comunidade*

- Há quanto tempo o sr mora aqui?  
Como veio para cá? Por quê?  
Gosta daqui?  
Se pudesse o sr gostaria de morar em outro lugar? Onde? Por quê?
- Que entende pela palavra "comunidade"?  
Como está organizada sua comunidade?  
Como apareceu esta comunidade? O sr se lembra? Alguém sabe?  
Como foi que vocês se organizaram para construir a escola, a igreja e o centro comunitário?
- Isso foi antes ou depois de ter começado o Projeto de Teleextensão?  
Ele ajudou alguma coisa, neste aspecto? Por quê?
- Acha que sua comunidade está organizada de forma correta?  
O que o sr acha que poderia ser feito para melhorar?  
Já deu essa idéia a alguém? Quem? Que aconteceu?

#### 1.2. *O Projeto de Teleextensão Rural*

- Como ficou sabendo do Projeto? Como ouviu falar pela 1<sup>a</sup> vez?  
Que informações teve?

Quem lhe contou a respeito, e como?

- O sr gostou logo da idéia, quando ouviu?  
Que pensou?
- O sr achou que podia ser diferente do que lhe estavam contando?  
Tinha idéias para dar? Ou concordou logo com tudo?  
Deu suas idéias? A quem? Adiantou para algo?
- Por quê o sr decidiu tomar parte  
não tomar parte?

### 1.3. *O Monitor*

- Que acha da idéia de monitor, do jeito que ele existe agora?  
Vocês já tinham monitor agrícola, antes do Projeto chegar?  
É o mesmo da Telextensão? Ou vocês têm dois?  
Acha que com o monitor de Telextensão alguma coisa mudou? o quê?
- Como foi que vocês escolheram o monitor de vocês?  
Por quê foi assim que vocês fizeram?
- Acha que ele foi escolhido da forma correta?
- O que o sr acha do monitor?  
Acha bom, ruim, ajuda, não ajuda, etc?  
Acha que deveria ser outra pessoa ou está bem assim? Por quê?
- Que achou da idéia de mandar o monitor para Itacoatiara fazer treinamento?  
Acha que foi necessário, ou não? Por quê?  
Acha que foi um bom treinamento que ele recebeu?  
Acha que com esse treinamento ele ficou com condições de ajudar melhor vocês? Ele ajuda, ou não?  
O treinamento modificou alguma coisa nele, para melhor ou para pior?

### 1.4. *O primeiro curso*

- Se o sr fosse começar esse curso que o sr fez, acha que poderia ser diferente em alguma coisa para ser melhor?  
O sr tentou dar essas idéias antes ou durante o curso? A quem?  
Que aconteceu? Adiantou ou não?
- Como foram elaborados os assuntos do curso?  
Em quê o sr ajudou?

O sr disse que coisas queria mais saber?

As dificuldades que sentia, as técnicas mais adequadas etc?

- Acha que as palavras utilizadas nos manuais e no gravador são difíceis de entender?

Acha que foi usada uma linguagem muito difícil ou não?

- O que o curso ensinou foi, na sua opinião, bom para se fazer?

O sr pretende seguir as recomendações do curso? Por quê?

- O sr utilizou o manual?

Que achou dele? Por quê?

- Como foi que vocês escolheram o curso de Associativismo para ser o primeiro?

Se o sr pudesse, teria escolhido outro? Qual? Por quê?

- Vocês já escolheram o próximo curso?

Como foi a escolha?

Que curso escolheram? Por quê?

#### 1.5. A Avaliação

- O sr já sabia dessa avaliação que a Emater está fazendo?

Como soube? Quem lhe contou?

Que achou dela?

- O que o sr achou dessa conversa toda que tivemos? Acha que esqueci de perguntar alguma coisa importante que o sr gostaria de dizer? O quê?

## 2. COMUNIDADES ATENDIDAS PELO PROJETO DE TELEXTELEFÔNIA RURAL

COMUNIDADE	LOCALIDADE	MONITOR
Urucurituba	Sede do Município	Aldino dos Santos Lima
Divino Espírito Santo	Paraná do Pai Tomás	Deusdedit E. Pena
Cristo Rei	Costa do Surubim	Melquiades R. dos Santos
Rui Barbosa	Costa do Quelê	Antônio Maia da Silva
N.S. Perpétuo Socorro	Boca do Padre	Raimundo Caldeira Lima
São Lázaro	Igarapé do Assacú	José Manoel S. Ramos
Santo Antônio	Ressaca do Cumarú	Aluizio Araújo Pereira
Cristo Redentor	Ilha do Cumarú	Claudio dos Santos Feitosa
São Sebastião	Ilha do Risco	Raimundo Nunes Lima
Santa Maria	Boqueirão	Lindalva dos Santos Osak
Divino São Sebastião	Paraná do Serpa	Raimundo Matos da Silva
Aparecida	Costa do Arapapã	Carlos Lavareda Miranda
São Tomé	Silves	
N.S. Aparecida	Paraná do Limão	Manoel Paula dos Santos
Santo Antônio	Lago do Agostinho	Samuel de Souza Martins
Itaubal	Marg. Dir Rio Amazonas	Raimundo Sérgio
Itapeassú	Paraná do Ramos	Arnaldo Serrão dos Santos
Colônia do Piquiã	AM-010	Joaquim de Souza Reis
Colônia Rondon	AM-010	Raimundo Machado de Souza
São José	Rio Carú	Esmeraldo Ferreira Neves
Cararazinho	Rio Urubú	Waldemir R. Fernandes
Cristo Rei	Rio Anebã	Manoel Américo Maia
N.S. da Penha	AM-010	Benedito Paes
Machado de Assis	Paraná I do Risco	Antônio Ferreira N. Filho
N.S. das Graças	Costa da Conceição	Jorge Silva Rabelo
N.S.P. Socorro	Lago do Batista	Gregório Lopes da Silva
São José	Rio Arary	Reginaldo Alencar Nogueira
Natária	Rio Arary	Hermes Figueiredo Jacob
Santa Tereza	Rio Arary	Raimundo José de Campos
N.S. da Conceição	Costa da Conceição	

#### BIBLIOGRAFIA GERAL

A OBSERVAÇÃO participante. Uma alternativa sociológica. The militant observer. A sociologic alternative. São Paulo, 1975. *IDAC Documentos*, 9:14-40.

ALVES, Márcio Moreira. *A força do povo*. Democracia participativa em Lages. São Paulo, Brasiliense, 3ed. 1981.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1980.

———. *Participação social*. São Paulo, Cortez & Moraes, 3ed. 1978.

AMORESE, Rubem Martins. *Extensão rural e comunicação por identificação. Uma proposta cristã de mudança social*. Brasília, 1980, 19p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de Comunicação e Mudança Social, ao nível de mestrado do Deptº de Comunicação, UnB.

———. et alii. *Comunicação participativa numa sociedade de classes*. Brasília, 1980, 32p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de Comunicação e Cultura, a nível de mestrado, no Deptº de Comunicação, UnB.

BAQUERO, César Marcello. Participação política na América Latina. Problemas de conceituação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 53:7-34, julho, 1981.

BATISTA, Myrian Veras. *Desenvolvimento de comunidade*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. *Farewell to Aristotel: "horizontal communication"*. Bolívia, 1979. 40p. mimeo.

———. *Communication research in Latin America: the blindfolded inquiry?* Leipzig, IAMRC, 1974. mimeo. Ensaio submetido à Conferência Científica Internacional sobre Comunicação de Massa e Consciência Social num Mundo em Mudança, em Leipzig, set. 1974.

———. Alien premises, objects and methods in Latin American communication research. In: ROGERS, Everett M. (ed.) *Communication and development. Critical perspectives*. Beverly Hills, Sage, 1976.

BORDENAVE, Juan Díaz. Comunicación y desarrollo. *Chasqui*, Quito, 19:27-53.

———. Democracización de la comunicación: teoría y práctica. *Chasqui* (III fase), Quito, 1:13-20, out./dez., 1981.

———. *La planificación de las estrategias comunicativas del sector rural: una necesidad fundamental*. Caracas, s.d., 17p. mimeo.

———. Comunicação e educação: o que Deus uniu o homem não separa. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Jan Díaz (orgs.), *Educação rural no terceiro mundo. Experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

———. *A comunicação rural em nova perspectiva*. Londrina, 1979. 13p. mimeo. Trabalho apresentado no I Seminário Paranaense de Comunicação Rural.

———. *Development communication in the rural areas: strategies and models*. UNESCO, 1977. 353p.



- BORDENAVE, Juan Diaz. *La comunicación participatoria en la América Latina*. Rio de Janeiro, 1980. 52p. mimeo.
- . *Participation in communication systems for development*. Rio de Janeiro, 1980. 26p. mimeo.
- . *A comunicação e a adoção de inovações agrícolas na América Latina*. Rio de Janeiro, IICA/OEA, 1975. 17p. mimeo. Trabalho apresentado no Seminário sobre Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Rural. CIAT, Cali, Colômbia, 1974.
- . & CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunicação e planejamento*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LE BOTERF, Guy. *Discussão do método de "pesquisa participativa"*. Brasília, Secretaria de Educação, Fundação Educacional, IPEA/IPLAN/CNRH/UNESCO. (Documentos, 6), 1978. Trabalho apresentado no curso de treinamento em planejamento e administração educacional para o desenvolvimento da Ceilândia.
- BRAATZ, Rudi. A validade da gerência participativa na cultura latina. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 7(4):71-96. out./dez., 1973.
- BRANDENBURG, Álfio. *Liderança, extensão e mudança social*. Curitiba, EMATER-PR/ACARPA, 1981. 13p. il.
- CALVELO RIOS, Manoel. O camponês peruano no vídeo artesanal. A imagem que não deforma a realidade. *Revista OCB*. 1(6):42-6. nov./dez. 1978.
- CAMPOS, Ana Maria. Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 14(3): jul./set., 1980.
- CAPRILES, Oswaldo. Venezuela: política de comunicación o comunicación alternativa? *ININCO*, s.n.t. pp.52-61.
- CAREY, James W. A cultural approach to communication. *Communication*, 2:1-22, 1975.

- CARVALHO, Horácio Martins de. *As ambiguidades da comunicação participatória: notas para um debate*. Recife, 1980. 25p. mimeo.
- CASTELS, Manuel e IPOLA, Emilio de. *Metodologia y epistemologia de las ciencias sociales*. Madrid, Aynso, 1975.
- CHANTRAN, Pierre. Le développement rural peut-il se fonder sur la participation? *Promotion Rurale*, 33:3-11, maio/jun., 1970.
- CHRISTIANS, Clifford G. and CAREY, James. The logic and aims of qualitative research. In: WESTLEY, Bruce & STEMPER, Guido (eds.) *Research methods in mass communications*. Prince-Hall, 1981.
- CONFERENCIA INTERGUBERNAMENTAL SOBRE POLÍTICAS DE COMUNICACIÓN EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE. *Informe final*. San José (Costa Rica) UNESCO, julho 1976, 86p.
- CORNELY, Seno A. *Planejamento e participação comunitária*. São Paulo, Cortez & Moraes, 2ed. 1978.
- . Subsídios sobre planejamento participativo. *Revista Brasileira de Planejamento*. São Paulo, 7:20-7, abril, 1978.
- COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. *Educação Popular*. Rio de Janeiro, 1977. 24p. Suplemento 17.
- DAHRENDORF, Ralph. Out of utopia: toward a reorientation of sociological analysis. *American Journal of Sociology*. 64:115-127. 1958.
- . *Class and class conflict in industrial societies*. Stanford, Stanford University Press, 1959.
- DEMO, Pedro. Planejamento participativo. Elementos de uma discussão preliminar. In: Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.
- DIAS, Rosinha Borges. *Algumas considerações sobre o processo de participação*. Belo Horizonte, UFMG, s.d. 5p. mimeo.

DURHAN, Eunice. Comunicação e elaboração cultural nos pequenos grupos. In: ———. *Comunicação e consciência crítica*. São Paulo, Loyola, 1979.

EMBRATER. *Procedimentos para o planejamento local de extensão rural*. Brasília, 1981. 36p. il.

FEPLAM. *Projeto de telextensão rural*. Proposta de avaliação. s.n.t., 15p. mimeo.

FETT, John H. et alii. *Pesquisas sobre comunicação rural no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1970, mimeo. Apresentado no I Congresso Brasileiro de Informação Rural.

FILSTEAD, William. *Qualitative methodology: first-hand involvement with social world*. Chicago, Markham, 1970.

FONSECA, Luiz & FREITAS, Wilmar Rosa de. *Projeto de telextensão rural para a bacia do Médio Amazonas*. Documento preliminar. Brasília, 1979, 25p. mimeo.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 4ed. 1979.

———. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10ed., 1980.

———. *Ação cultural para a liberdade. E outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ed. 1978.

———. *Education for critical consciousness*, Seabury, N.Y., 1973.

FRIEDRICH, Odilo Antônio. *Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção*. Brasília, 1978. 68p. mimeo.

GOLDING, Peter. O papel dos meios de comunicação no desenvolvimento: crítica a uma ortodoxia teórica. In: WERTHEIN, Jorge(org.) *Meios de comunicação: realidade e mito*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

GOLDING, Peter & MURDOCK, Graham. Theories of communication and theories of society. *Communication Research*, 5(3), jul. 1978.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia. O que é a Sociologia?* Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.

GRAZIANO, Margarita. Para una definición alternativa de la comunicación. *ININCO*, s.n.t. pp.71-4.

GUSSO, Divonzir Arthur. Planejamento educacional. Aspectos básicos de uma transição de métodos e conceitos. In: Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.

HADDAD, Paulo Roberto. *Participação, justiça social e planejamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

HAVENS, Eugene. *The question of methods for the social sciences*. University of Wisconsin, Madison, s.d., 25p. mimeo.

———. & CANAC, William L. *The role of technology in rural development: the logic of disarticulated accumulation*. Madison, University of Wisconsin, 45p. mimeo. Trabalho apresentado no Simpósio sobre "Appropriate Technology for Developing Countries", em Washington.

HESKETH, José Luiz e OTTAWAY, Richard N. Características dos agentes de mudanças. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 19(3):27-33. jul./set., 1979.

IPRU. *Cassette-foro rural 1980-1981*. Montevideo, IPRU, maio de 1981. 22p. il. mimeo.

KAPLUN, Mário. La comunicación participativa como praxis y como problema. *La experiencia del cassette-foro*. *ININCO*, s.n.t. pp.62-70.

———. *Cassette-foro rural. Un sistema de comunicación de doble vía*. Montevideo, IPRU, 1977, 6p. mimeo. Artigo preparado para publicação na revista "CIED informe".

- KEARL, Bryant E. *Comunicação para o desenvolvimento agrícola*. Trad. de Raul Colvara Rosinha. Brasília, EMBRAPA/DID, 1979. 27p. mimeo.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ed., 1976.
- KRECH, CRUTCHFIELD & BALLACHEY. *O indivíduo na sociedade*. Um manual de psicologia social. São Paulo, EDUSP/Pioneira, 1969.
- LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. *A participação social no cotidiano*. São Paulo, Cortez Ed., 1980.
- LIMA, Venício Artur de. *Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- LOPEZ, Gustavo & CHONG, Juan. Microplanejamento educacional participativo e intersetorial para o desenvolvimento integrado das áreas urbanas marginalizadas. Pautas metodológicas. In: Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral. *Subsídios ao planejamento participativo*. Brasília, MEC/DDD, 1980. Textos selecionados.
- MARANGON, Benito. *Constatação de mudanças resultantes da reflexão sobre modelos de comunicação em relação aos níveis de participação dos agricultores envolvidos em estratégias de ação*. Belo Horizonte, EMATER-MG, 1980. Documento apresentado no 1º Seminário de Comunicação Rural da Região Sudeste. Campinas, julho, 1980.
- MAZZI, Ângela Parente Ribeiro. *Comunicação e desenvolvimento rural: a prática da persuasão à alternativa do diálogo*. Tese. UFRJ/Escola de Comunicação, 1979, 75p.
- MELO, José Marques de. (coord.). *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- MENDONÇA, Evany Gomes de Matos. *Ensaio de aproximação à compreensão do fenômeno da participação*. Tese. PUC-RJ, 1978. 236p.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 5.ed. 1975.

MONTEIRO, Sílvio Tavares. *Elementos para interpretação de comunidades rurais amazonenses*. Manaus, EMATER-AM, 1980. 26p. mimeo.

MORAIS, Adília M.S. & MONTEIRO, Zélia M.M. *Comunicação participativa numa sociedade de classes?* Recife, 1979. 29p. mimeo. Trabalho apresentado ao final do curso de pós-graduação em Comunicação Rural, na Fundação CECOSNE/UFPe.

MOTTA, Luiz Gonzaga F. *A formação do pesquisador em comunicação: do intelectual produtivo à filosofia da práxis*. México, Universidade Anahuac, 1979, mimeo.

NYERERE, Julius. *Freedom and development*. Oxford University Press, 1973.

OECD. *Participatory planning in education*. Paris, 1974.

PASTECKA, Jadwiga. *The right to communicate: a socialist approach*. UNESCO/International Commission for the Study of Communication Problems, 39. 8p. mimeo.

PETTY, Miguel, et alii. Uma alternativa de educação rural. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.) *Educação rural no terceiro mundo*. Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PINTO, João Bosco. *Extensión o educación: una disyuntiva crítica*. Lima, IICA, 1972, 27p. mimeo.

———. *Trabalho com grupos e mobilização comunitária*. s.n.t., 15p. mimeo.

———. *La comunicación participatõria como pedagogia del câmbio: fundamentos epistemolõgicos. La pedagogia de la comunicaciõn popular*. *Cadernos de Comunicação*, Recife, 2:7-17, 1980. Conferência pronunciada no 1º Seminário Latinoamericano de Comunicación Participatõria, promovido pelo CIESPAL, Quito, 1978.

———. *Educação de adultos e o desenvolvimento rural*. In: WERTHEIN, Jorge & BORDENAVE, Juan Diaz (orgs.) *Educação rural no terceiro mundo*. Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PINTO, João Bosco. *Introdução às categorias de modo de produção e formação social*. IICA, s.d. 14p. mimeo.

PROCENGE. *A organização do planejamento participativo*. Recife, 1980. (PROCENGE, 6).

REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO RURAL. *Telextensão rural*. Reduzindo distâncias na educação. Brasília, 2(2):3-5, mar./abr., 1981.

ROGERS, Everett M. New perspectives on communication and development. In: ———. (org) *Communication and development*. Critical perspectives. Beverly-Hills, Sage, 1976.

———. *Communication and development: the passing of the dominant paradigm*. In: ———. *Communication and development*. Critical perspectives. Beverly-Hills, Sage, 1976.

ROSINHA, Raul Colvara. *Meios de comunicação: nacionais ou locais? Uma opção para países em desenvolvimento*. Brasília, EMBRAPA, 1980. 14p. il.

SAFAR, Elisabeth e LUCIEN, Oscar. Sobre comunicación y poder en la conyuntura atual. Conversación con Armand Mattelart. *ININCO*, Venezuela, s.n.t., pp.26-35.

SANTOS, Paulo de Tarso. Educação e desenvolvimento: modelos alternativos com dados da realidade brasileira: In: ———. *Dialogar é preciso*. São Paulo, HUCITEC, 1981. pp.66-79.

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA, 1º. Recife, 1980. 15p. *Relatório dos grupos de trabalho, comentários da Assembléia Geral, sugestões da sessão de encerramento*. Recife, nov. 1980.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. Peoples' participation in Latin America: who are the protagonists? *Ideas and Action*, Roma, 138:9-14, jun. 1980.

———. *The crisis of development and peoples' participation in Latin America*. FFHC/AD, FAO, Roma, 1980.

- SZENTES, Tamás. *The political economy of under-development*. Budapest, Akadémiai Kiadó, 1973.
- TERRERO, José Martínez. *Investigaciones sobre comunicación grupal*. ININCO. s.n.t. pp75-9.
- THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, Polis, 1980.
- UTRIA, Rubem Dario. *El processo de desarrollo y la participación popular*. Santiago, CEPAL, 1970. 20p. mimeo.
- VARGAS, Armando. *Comunicación: participación y diálogo*. Chasqui, Quito, 1:23-37, out./dez., 1981.
- VIELLE, Jean P. *Investigación participativa para la planeación de la educación de adultos*. México, 1978. 15p. Extraído de alguns temas de educación de adultos. (Série Educación de Adultos, 10).
- WILLIAMS, Raymond. *Cultural studies and communications*. *The Times Higher Education Supplement*, julho, 1973. 8p.